Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - FFLCH

Cristiano Addario de Abreu

A DISPUTA MONETÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1906). ENTRE PAPELISTAS E METALISTAS: A MOEDA COMO PROJEÇÃO E RESULTADO DO REAL

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa

Versão Corrigida

São Paulo

2014

Universidade de São Paulo

Cristiano Addario de Abreu

A DISPUTA MONETÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1906). ENTRE PAPELISTAS E METALISTAS: A MOEDA COMO PROJEÇÃO E RESULTADO DO REAL

Dissertação de mestrado apresentado
junto ao Programa de Pós-Graduação
em História Econômica da Universidade
de São Paulo, sob orientação do Prof.
Dr. Alexandre de Freitas Barbosa.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa

Versão Corrigida

São Paulo

2014

Sumário

Resumo.....	3
Abstract.....	3
Agradecimentos:	4
Apresentação	5
1 A modernização na periferia em meio À transição dos ciclos de acumulação (do britânico ao americano): a busca de progresso entre as moedas vigentes.	8
1.1. A dualidade é determinada pela externalidade dos centros financeiros	19
1.2. Divisão tripartite da economia	20
2 A disputa da moeda na primeira República: moeda e crédito entre o padrão ouro e a evolução da reserva bancária fracionária.	27
2.1. Histórico Papelista x Metalista	29
2.2 República e Encilhamento	33
2.3 <i>Funding Loan</i> de 1898. A Disputa da Moeda: reação metalista.....	45
2.4 Interesses regionais e interesses setoriais lastreando políticas econômicas.	49
2.5 Terceiro Momento Republicano: o Intervencionismo no Mercado de Café ou Convênio de Taubaté.....	55
2.7. Relação entre Dívida Externa e Moeda Nacional.....	67
3 De Rui Barbosa a Joaquim Murtinho: visões econômicas sobre moeda e capital. ..	78
Tabelas: I.....p. 13; IIp. 71; IIIp. 72; IV p.	74/75.
Conclusão.....	107
Referência Bibliográfica.....	113

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar as políticas monetárias desde a proclamação da República (1889) até o momento do Convênio de Taubaté (1906). Destacando a tensão entre as propostas monetárias possíveis num país que saía da escravidão dentro de um mundo cujo centro econômico gravitava no padrão-ouro. Buscaremos rastrear as contribuições e os problemas para o desenvolvimento econômico das diferentes correntes políticas em ação, partindo do histórico confronto, vindo do Império, entre metalistas e papelistas. Para tanto, começamos com uma retomada historiográfica desde antes do começo da República até o período do Convênio de Taubaté (1906). Num segundo momento analisaremos os discursos políticos e relatórios ministeriais de Rui Barbosa e Joaquim Murinho. Tendo nestes dois personagens como referências do período, rastreamos quais moedas foram desejadas e possíveis para a construção do desenvolvimento econômico. Assim como quais grupos e eixos econômicos sustentaram e cresceram no desenvolvimento de tais moedas.

ABSTRACT

Studying monetary policies from the beginning of the Brazilian Republic (1889) until the “Convênio de Taubaté” (1906). Highlighting the tension between the possible monetary proposals in a country emerging from slavery in a world whose economic center gravitated around the gold standard. We will seek to track the contributions for the economic development of different political currents in action, leaving the historic confrontation between bullionists Vs papelistas in Empire. For this we start with a historiographical recovery from the beginning of the Republic until the period of the Agreement of Taubaté (1906). In the third chapter we will analyze political speeches and ministerial reports from Rui Barbosa and Joaquim Murinho. Having these two leaders as references.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço antes de tudo ao Professor Dr. Alexandre de Freitas Barbosa pela orientação do trabalho. Aos Professores Doutores Lincoln Secco e Alexandre Macchiones Saes, pela colaboração no exame de qualificação. E a muitas pessoas que se somam no resultado deste trabalho tão solitário e ao mesmo tempo tão devedor com tantos. A princípio a meus pais: Albino e Jeanne D'arc. Por tanto apoio e ajuda. E especialmente à minha mãe por seu exemplo intelectual. Meus amigos Julia Gomes, Fernando Soffiatti e Elisangela Manzano por tudo e um pouco mais. Agradeço a Roberto Pereira por muitas ajudas e dicas nessa construção e especialmente a Fabio Correa que tão generosa e eficazmente sempre me ajudou. Agradeço a minha amiga e eterna mestra Laura por tantos apoios e, sobretudo, pela revisão. Ao meu amigo Pedro Penafiel por tanto companheirismo intelectual e também revisão. Ao apoio e presença de Fabio Moreira. Aos meus sobrinhos Dante e Mariana que chegam iluminando e meu cunhado Pedro. A minha avó Odete sempre presente em formação e exemplo. E, sobretudo, minha irmã Fabiana que é a mais amiga e generosa das irmãs.

Agradeço à agência CAPES e a tantos professores que me influenciaram e me formaram na Universidade de São Paulo.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a política econômica, com ênfase na política monetária do governo brasileiro, partindo do primeiro governo republicano, que teve à frente de sua pasta da Fazenda Rui Barbosa, executor de uma política monetária expansionista e chamada à época de papelista, por se tratar de emissões de papéis inconversíveis lastreados na dívida pública. Tal política, cujo aumento de numerário aprofundava essa tendência que já vinha do fim do Império, gerou uma expansão que fugiu ao controle de seus executores causando um *crash* na praça carioca (cujas polêmicas relativas às suas causas serão aqui debatidas), conhecido como **Encilhamento**. Da reação temerosa das consequências dessa política teremos alguns anos depois uma política econômica afinada com os ditames dos chamados então de metalistas: era o *Funding Loan* de 1898, sob a presidência de Campos Salles e o comando do Ministério da Fazenda com Joaquim Murtinho, para mais alguns anos depois chegarmos a uma terceira política econômica mais balizada e intervencionista, no movimento, centrado em São Paulo, que entrou para a literatura econômica com o nome de **Convênio de Taubaté** em 1906, cuja inovação cambial da Caixa de Conversão será aqui destacada. Logo, o que se pretende neste trabalho é rastrear a mudança de atitude política e parcialmente ideológica de uma classe dirigente: desde uma política expansionista com Rui Barbosa, até o liberalismo mais dogmático da dupla Salles/Murtinho, para chegar a um pragmatismo intervencionista interessado por parte dos defensores de algum plano de valorização para o café, e um controle cambial relativo em 1906. Ou, do confronto entre papelistas e metalistas, típico de século XIX, até um momento mais balizado na política monetária já no começo do século XX. Tendo como fio da análise a moeda.

Na primeira década republicana (1889-1898), temos como marcos balizadores do histórico confronto entre papelistas e metalistas dois planos econômicos antagônicos: o plano expansionista que será acusado de estar na origem do **Encilhamento** e o *Funding Loan*, bem como os protagonistas de tais planos: Rui Barbosa e Joaquim Murtinho/Campos Salles. Com essa base histórica, tencionamos estudar o confronto dos chamados papelistas com os denominados metalistas, no início de nossa República, até chegar ao momento mais equilibrado desse confronto, com uma fração da elite dirigente buscando e conseguindo, em parte, um Estado mais ativo e presente na economia, com o fito de uma valorização para o café (1906).

Estudamos esse movimento da classe dirigente de então: desde uma política mais afeita ao *laissez-faire* em 1898, ao proto-intervencionismo (de parte da mesma elite num momento subsequente), em 1906, tendo como pano de fundo uma política econômica republicana que partia originalmente da audaciosa experiência papelista do primeiro gabinete republicano: pretendemos ter, em 1906, com o ambiente político do **Convenio de Taubaté** um ponto de vista privilegiado da Primeira República, uma encruzilhada de nossa história econômica, que tende a uma síntese política entre os dois planos anteriores citados (o expansionismo do **Encilhamento** e o metalismo do *Funding Loan*). Sendo as moedas possíveis então experimentadas reveladoras daquele Brasil que iniciava uma República naquele Mundo do padrão ouro.

Tentar compreender algumas possíveis relações entre moeda e desenvolvimento no espaço Brasil, assim como a conexão do processo de monetização brasileiro com o sistema mundo capitalista então em expansão sob hegemonia britânica. Hegemonia que já sentia o despontar industrial de Alemanha e EUA. Tanto as influências práticas quanto as concepções de mundo e civilização do centro do sistema capitalista eram absorvidas e reproduzidas no Brasil periférico de então. Podemos constatar variações programáticas sobre o desenvolvimento dentro do discurso econômico desde as polêmicas entre papelistas e metalistas.

No primeiro capítulo trabalhamos com o contexto histórico de nosso período (1889-1906) em sua perspectiva mundial. Aproveitando-nos do instrumental teórico desenvolvido por Giovanni Arrighi sobre ciclos sistêmicos de acumulação, para estudar o capitalismo por fases sequenciais encabeçadas por determinados agentes históricos (os genoveses no século XV/XVI; os holandeses nos séculos XVII/XVIII; os britânicos passando a encabeçar outro ciclo desde as guerras napoleônicas. Ciclo britânico que se encerraria nas grandes guerras do século XX a inaugurar o ciclo americano justamente. Logo, nosso período recortado para estudar as políticas econômicas do Brasil o coloca dentro deste ciclo britânico. E para tanto fazemos neste primeiro capítulo essa ponte entre uma sociedade brasileira em modernização com seus desafios por monetização e o quadro internacional de então que se assentava sobre o ciclo britânico de acumulação organizado no sistema do padrão-ouro. Outros teórico utilizados neste capítulo serão Fernand Braudel e Ignácio Rangel.

No segundo capítulo partimos para nosso objeto de estudo mais especificamente: a moeda brasileira. Para tanto começamos com uma retomada histórica sobre a moeda

brasileira. Usando para nossa compreensão o debate entre papelistas e metalistas a forçarem o eixo monetário para seus objetivos.

Seguindo neste segundo capítulo a abordar a moeda praticada pelo primeiro gabinete republicano, tendo a frente Rui Barbosa, que monetizava a dívida pública. Para então abordarmos o momento do Funding Loan de 1898, praticado por Joaquim Murtinho, assim com suas consequências monetárias. E concluirmos no que chamamos aqui de terceiro momento republicano centrado na política de valorização do café conhecido como o Convênio de Taubaté (1906).

Também buscaremos grupos sociais internos a defenderem determinadas moedas em vez de outras. Assim como dando destaque sobre mudanças de posições dentro desses mesmos grupos. Além da relação entre balança de pagamentos e câmbio.

O terceiro capítulo analisaremos fontes diretas produzidas por dois personagens de nosso período: Rui Barbosa e Joaquim Murtinho. De Rui Barbosa nos focaremos no documento *O Papel e a Baixa do Câmbio*, discurso proferido por Rui Barbosa na sessão do Senado de 3 de novembro de 1891. Neste documento há toda uma defesa de suas posições enquanto Ministro da Fazenda, bem como de suas concepções de moeda e questões cambiais. Neste extenso documento temos um belo “testamento econômico” deste ministro, cuja passagem foi tão marcante pela pasta da Fazenda, mas que depois pouco produziu sobre questões econômicas. Sendo, portanto, este documento escolhido por sua extensão e profundidade em questões econômicas e monetárias. Algo que nesta intensidade, sobre economia, na obra de Rui Barbosa jamais se repetirá.

De Joaquim Murtinho analisaremos os relatórios ministeriais: o Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1897 e os Relatórios da Fazenda de 1899 e de 1901, extraídos da coletânea *Ideias Econômicas de Joaquim Murtinho*. Também buscando rastrear neste ministro sua visão de moeda, capital e concepções de desenvolvimento.

Tal trabalho nos parece necessário como forma de aprofundar o estudo desse momento fulcral de nossa história econômica, focando transformações ideológicas e pragmáticas entre frações da elite de então: entre ideologias e interesses, rastrearmos disputas e propostas de como pensavam formas de o Brasil fazer suas políticas econômicas.

1 A MODERNIZAÇÃO NA PERIFERIA EM MEIO À TRANSIÇÃO DOS CICLOS DE ACUMULAÇÃO (DO BRITÂNICO AO AMERICANO): A BUSCA DE PROGRESSO ENTRE AS MOEDAS VIGENTES.

Há, na segunda metade do século XIX, um processo de aceleração dos fluxos de comércio, finanças e indústrias nos países centrais do capitalismo que, por um lado, aprofundou a primazia comercial/naval/financeira britânica, e por outro assistiu ao surgimento de duas modernas potências industriais: Alemanha e EUA¹. Foi diante desse quadro que a ânsia de modernização na sociedade brasileira tornou-se cada vez mais inescapável em reação aos desafios lançados pelo centro do sistema econômico no ocaso do século XIX, forçando as mudanças institucionais e sistêmicas da passagem do Império para a República no Brasil.² A abolição era a questão central para pensar a produção no Brasil: como seguir e ampliar a produção, saindo desse sistema de tão fundas raízes no Brasil, mas tão nitidamente condenado pela história? É visivelmente óbvio o impacto do exemplo norte-americano nos dirigentes e homens públicos do Brasil da segunda metade do XIX: o “mar vermelho”³ que arrasou a escravidão naquela grande República seguramente assustou os dirigentes do velho Império quanto ao fim, inevitável, de tão odioso sistema de trabalho no nosso hemisfério.

Pois se nós hoje definimos claramente a guerra civil americana como um marco na modernização militar e produtiva dos EUA, na base do que será a segunda revolução industrial, assim como a guerra franco-prussiana tem uma dimensão análoga na história industrial alemã, para os homens de fins do século XIX isso ainda não estava completamente teorizado, mas já era visível, mesmo para os homens cultos de um país periférico como era o Brasil então. O exemplo industrialista norte-americano, baseado no trabalho livre, calava fundo na letargia escravista brasileira. Não foi por acaso que, onde lhe foi possível, o Brasil tentou seguir o exemplo do norte, trazendo imigrantes europeus em regime de trabalho livre, sobretudo na área do café. Conseguindo um meio de substituir a mão de obra servil pela livre, para a produção desse produto vital para nossa inserção econômica no mundo, o Brasil finalmente escapa à escravidão.

Mas a fascinação com a grande República do norte ultrapassava os limites econômicos, indo também ao político: lembremos que o primeiro nome republicano do

¹ HOBBSAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. Forense Universitária. P.101.

² Idem. p. 121.

³ BLACKBURN, Robin. *An Unfinished Revolution*.

Brasil foi o de República dos Estados Unidos do Brasil, e que a primeira bandeira republicana (que durou poucos dias) era uma réplica em verde e amarelo da bandeira norte-americana. Numa decisão mais equilibrada, o governo provisório decidiu pelo retorno da antiga bandeira do Império, mas sem o brasão da casa de Bragança no centro, e sim o céu do Brasil da noite de 15 de novembro de 1889, cortado com o lema positivista “Ordem e Progresso”.

Mas nos centraremos, neste trabalho, nas dimensões econômicas da modernização republicana do Brasil, em meio ao quadro do capitalismo histórico de então, como o caso, que será aqui tratado de forma mais detalhada em capítulo posterior, da reforma econômica de janeiro de 1890: teremos nessa reforma bancária capitaneada por Rui Barbosa, com emissão de notas lastreada em títulos da dívida pública, um caso declarado de modernização institucional inspirada diretamente em experiências norte-americanas, notadamente na matriz dos Bancos Nacionais americanos desenvolvidas no “National Banking Act” de Abraham Lincoln.

Contudo, estudando as políticas econômicas implementadas e os discursos políticos e documentos correlatos de seus executores, estamos rastreando, além de suas ações, como os contemporâneos enxergavam o Brasil e o mundo daqueles dias. Usaremos nosso atual ponto de vista privilegiado para estudarmos não apenas suas práticas econômicas, como também suas ideias econômicas: como se posicionavam politicamente e, assim, como direcionavam o Brasil sob a ótica de tais ideias.

Para tanto, usamos a perspectiva de alguns autores selecionados para a organização de tal quadro, como Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, com a perspectiva de sistema mundo por eles desenvolvida. Mais exatamente a ideia de Arrighi de ciclos sistêmicos de acumulação: trabalharemos as modernizações republicanas do Brasil sob a perspectiva da mudança do terceiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista para o quarto ciclo. Ou mais precisamente: veremos o Brasil entrar na República no auge e maturidade do ciclo britânico de acumulação (terceiro), enquanto os EUA viviam sua ascensão industrial que lhes abriria o ciclo americano de acumulação pelo século XX (quarto ciclo).⁴

Vemos então o Brasil, ainda recém saído da escravidão, diante de um sistema capitalista internacional que, em seu centro, deixava o modelo industrial-concorrencial

⁴ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.

para o capitalismo financeiro-monopolista⁵. Isso hoje nos é claro, mas para os executores políticos da época, sobretudo na periferia do sistema, esse quadro ainda estava sendo decifrado, sendo o discurso dominante ainda impregnado com a pátina liberal britânica, logo, sendo tal discurso e visão extremamente resistentes em aceitar a nova realidade ascendente de práticas industriais cartelizadas em busca da segurança de preços mínimos. Alias, é desse final do século XIX que surgem as palavras cartéis (Alemanha), *trusts* (EUA), *pools* (Grã-Bretanha) e *ententes* (França).⁶

Tal busca por segurança tanto na ponta de fornecedores, quanto na de consumidores de bens industriais mostrava-se vital no volume e economia de escala em que se desenvolvia essa que será chamada de segunda revolução industrial. Inclusive as práticas do neo-colonialismo oficialmente consolidadas no Congresso de Berlim (1885) com sua partilha da África, assustaram o mundo fora do Atlântico Norte. Mesmo em lugares distantes como China e Japão, o peso da indústria do aço com a força regendo o mercado causou arrepio quanto ao futuro dos povos não europeus. Enquanto isso, no campo europeu, muitos reclames vinham da tradição liberal britânica, que via nesse neo-colonialismo um verdadeiro neo-mercantilismo, ou seja, algo que consideravam uma regressão econômico-política.⁷ Lembremos apenas que em 1893, ano da Revolta da Armada no Brasil, Daomé (Benin) foi anexada pela França e o Havaí pelos EUA.

Pois é nesse quadro que o Brasil via-se cada vez mais forçado a um projeto modernizador. E é esse projeto sendo materializado historicamente naquele contexto mundial e em perspectiva que nos interessa aqui.

Um desafio típico daquele período para a modernização num país como o Brasil era a monetização das relações econômicas e, ainda mais, construir o hábito entre os poucos grupos monetizados de deixar o dinheiro em bancos. Sendo essa “bancarização” um desafio que era causa e consequência da especialização do trabalho para o mercado: seja este mercado o externo ou o interno ainda em formação. A saída de produtores ligados à subsistência em direção à produção mercantil apontava para a monetarização das relações sociais como o futuro geral. Mesmo que no território brasileiro muitas das trocas então se fizessem em mercadorias *in natura* e ainda mais em créditos pessoais ou “quase moedas”, tudo isso já demandava a existência de um meio de troca eficaz. Ou:

⁵ ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. Fondo de Cultura Economica. p. 191, 217, 241.

⁶ HOBBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. Forense Universitária. p.121.

⁷ Idem, p. 120, 121, 122.

Nos estágios cruciais do desenvolvimento, especialmente num país geograficamente vasto com uma fronteira esparsa (como os Estados Unidos do século XIX e o Brasil) a principal função da estrutura financeira e bancária é permitir uma crescente *monetização da economia*. Aliás, o estudo da monetização da economia, isto é, a transição de economia de subsistência à economia de exportação (com superávit de produção exportável) e depois a economia industrial, é o tema principal da história econômica brasileira (...). No período inicial aqui considerado, o que é relevante é analisar como foi introduzida no Brasil a inovação econômica de maior repercussão na história econômica: a moeda.⁸

Apenas ressaltamos que a passagem da subsistência para a economia mercantil monetizada não precisa ser apenas via exportação. Como veremos nas páginas seguintes, seguindo a teoria braudeliana de uma divisão da economia em três partes, uma economia de mercado regional com certa especialização do trabalho já garante a necessidade de um meio de troca. Os supracitados frisavam a exportação como caminho de acúmulo de cambiais para buscar uma industrialização. Pois vivia-se num mundo eurocêntrico e, mais ainda, britanicocêntrico, onde a rota do desenvolvimento obrigava cuidado e interação com os países centrais. Mas se estes autores estão focando numa moeda com trânsito internacional, sabemos que para a finalidade de uma economia regional, outras moedas já podem resolver a necessidade de meio de troca.

No quadro mundial tínhamos o auge de um agente histórico central então em maturidade como centro hegemônico: a Grã-Bretanha. O capitalismo do século XIX é o do *pax britannica* com seu imperialismo de livre comércio e padrão ouro,⁹ ainda vigentes e no auge, mas já sentindo os ruídos da segunda revolução industrial centrada na Alemanha e nos EUA¹⁰. O principal ruído dessa ascensão industrial sente-se no “excesso” da produção industrial, uma vez que temos novos centros industriais, mais modernos, capazes de concorrer com a Grã-Bretanha. Contudo, o excesso produtivo, antes de atingir as indústrias modernas, origina-se nas “indústrias agrícolas”: modernas técnicas agrícolas, com uso de fertilizantes e salitre nas velhas terras da Europa, além da conquista de novas terras nos EUA, na Argentina, no Canadá e Rússia, não apenas pelos imigrantes, mas, sobretudo, pelas estradas de ferro e navios a vapor que tornaram a produção de terras distantes acessíveis aos grandes centros consumidores. A queda dos preços agrícolas foi o começo de uma deflação geral que marcou as três últimas décadas

⁸ Pelaez, Carlos Manuel e Suzigan, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Ed UNB. 1976. p. 18.

⁹ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro : Elsevier : Campus, 2000.

¹⁰ BEAUD, Michel. *Historia do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. Ed. Brasiliense. 1987. p. 202, 203, 204, 205, 206.

do século XIX. Essa deflação agrícola foi ainda responsável pelo barateamento parcial do custo de vida das massas proletárias, que tiveram seus salários também achatados quando a deflação alcançou a produção fabril. Não é coincidência a criação da bolsa do milho em Chicago e a do trigo em Manchester exatamente por esses anos¹¹: a comunicação e transportes modernos permitiram a criação de uma centralização para formação de preços nessas praças, transformando esses grãos em *commodities*, permitindo aos agentes capitalistas de transporte e estocagem agirem de forma oligopsônica em relação aos produtores agrícolas e oligopólicas em relação aos consumidores (um esquema correlato será estudado no caso brasileiro dos atravessadores agrícolas no século XX, por Ignácio Rangel em *A Inflação Brasileira*¹², achando justamente aí uma fonte crônica da inflação no Brasil). Mas, em fins do XIX, no centro do sistema, tal centralização de preços causava uma histórica deflação.

Tal deflação ficou conhecida como a Grande Depressão dos anos de 1873-96, que Eric Hobsbawn chamou de “equivalente vitoriano da quebra de 1929”, e assustou aos apegados às ideologias de progresso ininterrupto e liberalismo, típicas do século XIX. Porém, como estamos estudando esse período sob a óptica arrighiana dos ciclos sistêmicos de acumulação, podemos ver esse processo como algo cabível dentro de uma transição sistêmica em que se desenham potências produtoras industriais ascendentes, enquanto a potência outonal (nesse caso, a Grã-Bretanha) caminha para se especializar parcialmente nas finanças. Logo, esse período conhecido como a Grande Depressão de 1873-96 “não foi, de modo algum, um desvio da experiência histórica. Todas as expansões materiais prévias da economia mundial capitalista terminaram numa escalada de lutas competitivas. Durante uns trinta anos, a escalada dessas lutas, fenômeno que marcou o fim da expansão do comércio mundial de meados do século XIX, não assumiu a forma de uma guerra aberta entre as nações, como, em ocasiões anteriores, fizera desde o início. Essa defasagem pode ser atribuída a duas circunstâncias principais, que distinguem o terceiro ciclo sistêmico de acumulação (britânico) dos dois primeiros. Uma está relacionada com o imperialismo, e a outra, com o “livre-cambismo” do regime britânico de governo e acumulação.”¹³

Ao mesmo tempo, o regime britânico unilateral de livre comércio ligou o mundo inteiro à Grã-Bretanha. Esta se tornou o “mercado” mais conveniente

¹¹ DAVES, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Ed. Record. 2002.

¹² Rangel, Ignácio. *A Inflação Brasileira* (1963). In *Os Desenvolvimentistas*. Ed: BNDES. p. 551, 558.

¹³ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.

e eficiente para obter meios de pagamentos e de produção e para colocar seus produtos primários. Tomando uma expressão de Michael Mann (1986), os Estados achavam-se “enjaulados” numa divisão global do trabalho, centrada no Reino Unido, que restringia momentaneamente sua disposição e capacidade de declarar guerra ao principal Estado capitalista, bem como uns aos outros. Não obstante, as empresas comerciais não sofriam a mesma restrição. A longa e generalizada competição selvagem de preços do fim do século XIX constituiu, por si só, uma grande escalada das lutas intercapitalistas _ uma escalada que acabou assumindo a costumeira forma da guerra generalizada entre as nações¹⁴.

Contudo, não pretendemos chegar a 1914 e o que nos interessa aqui é justamente esse desenrolar econômico do final do século XIX. Teremos também no Brasil uma queda de preços de nosso principal produto então: o café. Seguindo um ritmo próprio, também ligado ao alcance das estradas de ferro, sobretudo no oeste paulista, o café começa uma lenta e segura queda em seus preços internacionais, justamente na década de 1890, quando acabávamos de mudar de regime. O aumento da produção da “indústria do café”, tornada a imensa produção do planalto paulista acessível ao mercado mundial pelo desenvolvimento dos transportes modernos, sofreu o estímulo conjuntural interno da baixa do câmbio do começo da República, que inflava a renda dos exportadores desse produto em moeda nacional. Esse assunto será aqui trabalhado e desenvolvido posteriormente. Apenas pretendemos frisar, neste ponto, que tal quadro de queda dos preços do café passou a se agravar para os cafeicultores brasileiros a partir do ano 1896, justamente o ano do começo da reversão do quadro deflacionário internacional.

Preço de importação do café nos Estados Unidos. (em cents/libra-peso). Tb I

Ano	Preço	Ano	Preço
1886	10,7	1894	14,7
1887	14	1895	14,6
1888	13	1896	11,1
1889	16	1897	7,5
1890	19	1898	6,5
1891	20	1899	6,7
1892	14	1900	7,4
1893	16,4		
Fonte: DELFIM NETTO, Antonio. <i>O Problema do Café no Brasil</i> . São Paulo, IPE, 1959. Pg 278			

Com tempos próprios, vemos, em frentes distintas, o aumento livre da produção causar uma perda de controle sobre a lucratividade. De formas distintas, tanto em várias

¹⁴ Idem, p. 169.

frentes no centro do sistema, como no Brasil cafeeiro, o aumento da produção pôs em risco a lucratividade do sistema para muitos. Ou:

Não há contradição em dizer que houve uma Grande Depressão numa época de expansão contínua da produção e do investimento. Ao contrário, a Grande Depressão *não* foi um mito, precisamente porque a produção e o comércio da Grã-Bretanha e da economia mundial como um todo havia-se expandido e continuavam a se expandir *depressa demais* para que os lucros se mantivessem.¹⁵

Portanto, no quadro do capitalismo central do período que nos ocupamos, esse movimento da potência hegemônica para sua fase outonal ocorria, enquanto outras potências produtivas se colocam. No caso estas eram Alemanha e EUA, enquanto o que chamamos de vetor outonal da Grã-Bretanha era sua financeirização. Ou para a Grã-Bretanha, ou melhor, para o terceiro ciclo sistêmico de acumulação “a partir de 1870, terminou uma fase (MD’) de expansão financeira. Esse foi o período que os marxistas, seguindo Rudolf Hilferding, identificaram como o estágio do “capital financeiro”. Como seria esperável, Braudel discordou da caracterização de “capital financeiro” feita por Hilferding, como um novo estágio do desenvolvimento capitalista:

Hilferding [...] vê o mundo do capital como uma gama de possibilidades, dentro da qual a variedade financeira _ um fenômeno de surgimento muito recente, na visão dele _ tendeu a derrotar as demais, penetrando-as por dentro. Essa é uma visão com que me disponho a concordar, com a ressalva de que vejo a pluralidade do capitalismo remontando a um longo tempo atrás. O capitalismo financeiro não foi um rebento da década de 1900; eu diria até que, no passado, digamos Gênova ou Amsterdam, após uma onda de crescimento do capitalismo comercial e a acumulação de capital numa escala superior aos canais normais de investimentos, o capitalismo financeiro já estava em condições de assumir o comando e dominar, pelo menos por algum tempo, todas as atividades do mundo comercial¹⁶.

“A linha mestra deste estudo, derivada que é da ideia braudeliana das expansões financeiras como o “sinal de outono” dos grandes desenvolvimentos capitalistas, naturalmente respalda a visão de que o capitalismo financeiro não foi um novo rebento da década de 1900, mas teve importantes precedentes em Gênova e Amsterdam.”¹⁷ Obviamente corroboramos a afirmação acima e focamos o capital vivendo então no nosso momento em tela sua grande expansão financeira em fase londrina.

¹⁵ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994. p.168

¹⁶ BRAUDEL, 1984, p.604.

¹⁷ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994. p.166.

Contudo, como o próprio Braudel nos ensina, não há apenas um capital, e sim tipos diferentes dele. Enquanto em Londres há expansão de sua modalidade financeira, o que também chama atenção no mesmo período é sua concomitante expansão na modalidade industrial, e logo mais também financeira, na Alemanha e nos EUA¹⁸. Tal movimento, teorizado pelos nossos autores supracitados, não passou despercebido por muitos dos brasileiros engajados então no fazer político. Percebiam esses contemporâneos a Inglaterra consolidada em sua posição de centro financeiro, enquanto, ao mesmo tempo, claro estava que a pujança industrial norte-americana os colocava na direção de nosso mais dinâmico mercado externo para o café (além de estar os EUA hemisfericamente próximos do Brasil, diferentemente da Alemanha). Nessa quadra histórica vemos a transição sistêmica do ciclo britânico para o ciclo americano de acumulação, lendo em paralelo o contexto nacional: transição para a República com início ainda pífio de organização do mercado de trabalho, com o fim da escravidão. Logo, nossa investigação seguirá na conexão entre ambos: importação de trabalhadores da periferia da Europa e importações de capitais do centro econômico/financeiro dinâmico (Londres), enquanto os EUA crescem a cada dia como o maior mercado consumidor de nossos produtos e, sobretudo, do maior de todos: o café.

Estamos já sobre o terreno do nosso objeto de estudo: o Brasil recém entrado na República e suas experiências de política econômica e monetária nesse contexto mundial de transição sistêmica; como se modernizava este país buscando sua inserção produtiva mundial, bem como sua inserção creditícia. Tais experiências modernizantes, desde o começo da República sempre colidiram com atrasos sistêmicos de nosso território econômico e geográfico (como a falta de um sistema bancário, minimamente organizado, o que, curiosamente, não impediu que o capitalismo penetrasse, mesmo antes que tal sistema bancário se desenvolvesse).

Vemos, pois, um país se modernizando e inserido no capitalismo, ainda sem um sistema bancário razoavelmente organizado, assim como também antes, obviamente, da organização de um mercado de capitais; antes mesmo de uma sociedade com mercado de trabalho organizado, temos o capitalismo. Mas com que moeda? Achamos nesta questão o eixo de nosso estudo tanto na frente interna quanto externa. O Brasil usa capitais externos ou poupança externa para seus investimentos e ensaia um desenvolvimento monetário que pendula do audacioso ao conservador. Pois, se já

¹⁸ ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. Fondo de Cultura Economica. p. 191, 217, 241.

afirmamos, escorados em Braudel, que no centro do sistema há diversos tipos de capital (mercantil, industrial, bancário, financeiro), também teremos no Brasil do qual nos ocupamos diversos tipos de moedas: metálica, fiduciária, dívida pública monetizada (sendo que no período em estudo, estas duas últimas se confundiam para muitos observadores), além das “moedas de crédito privado” que vinham desde do Império se desenvolvendo em circuitos regionais.

Encontramos nesta(s) moeda(s) um eixo de decifração muito curioso de nossa passagem de economia mercantil à economia capitalista de feitiço urbano-industrial. Podemos dizer que pela(s) moeda(s) seguimos um rastro para estudar o processo que Celso Furtado chamou de *deslocamento do eixo dinâmico* da economia brasileira. Vemos as resistências de uma elite herdeira de privilégios coloniais/escravistas decidida a se reciclar preservando o que puder de tais privilégios, mantendo-se como fornecedora de produtos primários no mercado mundial capitalista. A monocultura agroexportadora sendo a forma de reprodução de manutenção desses privilégios, ainda exigia como consequência a continuidade da concentração fundiária e uma insidiosa e perversa inibição da diversificação produtiva para, conseqüentemente, inibir a distribuição de riquezas e a ampliação do diminuto mercado interno de então.

Logo, neste quadro social/produtivo, havia uma inibição produtiva que fazia com que, quando ampliávamos nosso numerário, como no caso do primeiro Gabinete republicano, o dinheiro excedente, além de ir para produção, que aumentava, tendia a ir também a especular contra a moeda.

Que fique claro: também ia para a produção, como foi no caso do episódio conhecido como **Encilhamento**, no qual tivemos, sim, um crescimento industrial; mas, como esse próprio episódio nos ensina parte da expansão monetária realmente foi para a especulação.¹⁹ Pois “aos poucos foi se consolidando a relação entre moeda e produção. Essa relação, num primeiro momento, manifestou-se com o aumento das emissões sobre

¹⁹ SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Ed. Hucitec, Ed. Unicamp. p.50.

títulos da dívida pública, com a pluralidade bancária e com o advento da Lei das Sociedades Anônimas. Ao longo do período, foram surgindo contradições nesse processo à medida que o dinheiro que especulava contra a moeda nacional era dirigido para o processo produtivo, transformando-se em capital.”²⁰

Vemos a República modernizando essa situação de associação dependente com o centro do capitalismo mundial, sendo provavelmente seus processos monetários, com *deficits*, inconvertibilidade e política emissionista, condizentes e funcionais com tal dinâmica, estando todos os curiosos arranjos bancários do período afinados com essas tentativas. Pois essa(s) moeda(s) experimentada(s) carregava(m) no viés conservador quando usava o Brasil de poupança externa através de endividamento (prática que vinha do Império e será por nós descrita), vestindo a moeda, neste caso, com o lastro metálico (como foi no nosso período de estudo tentado no último gabinete imperial, e também no *Funding Loan* de 1898). Ou, no caso da aurora republicana do Brasil, foi a moeda para a roupagem fiduciária, produzindo uma desvalorização cambial que será acusada por Celso Furtado de ter sido estratégica para o setor exportador por toda a primeira República.

Também aqui cabe comentar sobre o propalado atraso do monopólio estatal da moeda como algo que será consolidado “tardamente” no Brasil: em comparação com os EUA, por exemplo, no mesmo momento não estava tal processo no Brasil de forma alguma “atrasado”, sendo o praticado no Brasil com bancos privados como emissores uma prática estabelecida no período também nos EUA como alhures.

Com relação ao atraso da formação de nosso sistema bancário, nesse caso sim, tínhamos uma desorganização relativa que comprometia muitos pontos de nossa agenda modernizadora. Porém, mesmo com tais dificuldades, a economia monetária brasileira

²⁰ PIRES, Olivia Carolino. *Moeda e Desenvolvimento no Brasil, na Passagem para o Século XX*. Campinas, 2009. IE/UNICAMP.

já conseguia organizar a produção de forma a usar a moeda como instância capaz de separar no tempo e no espaço a produção do consumo com o fito de acumulação de riquezas por alguns. Mesmo na audaciosa política monetária expansiva do começo da República, o limite para a moeda fiduciária era o comércio internacional, sendo no espaço interno a inflação muito bem usada pelos cafeicultores para socializar prejuízos²¹, movimentando toda a sociedade num crescimento econômico com essa consciente concentração de renda.

Tinha já então essa moeda uma função sofisticada como expressão de relações sociais e como meio de separar o trabalho no tempo, para dividir desigualmente a riqueza socialmente gerada, concentrando esta em alguns grupos. Neste ponto temos que frisar que no começo da República da qual nos ocupamos o mercado de trabalho não estava consolidado, sendo a retaguarda de economia natural, ou economia de subsistência, um esteio em relação às experiências monetárias, pois a moeda ainda não tinha hegemonia para exprimir as relações de trabalho e de troca.

Neste ponto cabe uma pequena digressão sobre a geografia econômica do Brasil desde o que chamamos de economia natural até esse Brasil que tenta se modernizar ligado à moeda. Para tanto usaremos do arcabouço teórico dos já citados Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, bem como do economista brasileiro Ignácio Rangel.

²¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. 1959.

1.1. A dualidade é determinada pela externalidade dos centros financeiros

Ignácio Rangel teorizou sobre a dualidade para estudar o Brasil, país no qual a noção de retardo econômico e de ser sua economia construída de forma a complementar um sistema exterior sempre esteve presente, assim como na América Latina e em várias outras regiões tidas como coloniais/subdesenvolvidas. Mas Giovanni Arrighi, sem muito teorizar sobre, faz uso também de uma dualidade para ler o desenvolvimento histórico do capitalismo no centro do sistema em seu nascedouro. A dualidade territorialista/mercantil entre ibéricos e genoveses (1º ciclo sistêmico de acumulação) é claramente descrita como uma dualidade fundante do capitalismo histórico em Arrighi. É ainda determinante para nossa comparação Arrighi/Rangel o fato de o centro financeiro dos agentes territorialistas (estatais) dessa primeira dualidade estar externalizado: eram os genoveses os banqueiros dos reis ibéricos.

Mais especificamente, afirma-se que a expansão material do primeiro ciclo sistêmico de acumulação (o genovês) foi promovida e organizada por um agente dicotômico, formado por um componente aristocrático territorialista (ibéricos), que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder, e por um componente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro.²²

No presente trabalho é defendido ser essa externalidade dos agentes financeiros uma base da dualidade. Na obra rangeliana, a externalidade do financiamento das operações da economia brasileira sempre foi entendida como uma questão a ser enfrentada. Questionado sobre a fraqueza da poupança interna, o que nos obrigava a fazer uso de poupança externa nos endividando, Rangel desenvolveu a heterodoxa teoria de que o Brasil sofria mais de mau uso de seus recursos do que de escassez dos mesmos.²³ Tal visão de que não há escassez de capital, contrariando a opinião dominante, é recorrente em Fernand Braudel tratando da Europa do Antigo Regime. Para entender a dualidade em Arrighi e Rangel, é fundamental entender a externalidade do financiamento desses Estados, pois isso está na base da dualidade; logo, também a

²² ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.p.124.

²³ Rangel, Ignácio. *A Inflação Brasileira* (1963). In *Os Desenvolvimentistas*. Ed: BNDES. p. 610, 611, 612, 613.

questão de como esses autores vêem a falta de capitais ou sua má alocação; ou em termos rangelianos, áreas de estrangulamento da economia contra áreas com capacidade ociosa.

Para desenvolver essa questão faremos agora uma análise comparada entre o economista maranhense Ignácio Rangel e o historiador francês Fernand Braudel, pois temos entre Rangel e Braudel similitudes de análise econômica entre dois pensadores contemporâneos. Começaremos cruzando metodologias equivalentes por ambos desenvolvidas em separado, a de enxergarem uma divisão tripartite da economia, para então chegarmos a uma outra equivalência metodológica entre eles: o fato de ambos defenderem haver capitais ociosos mais do que escassez deles, Rangel discorrendo sobre o Brasil subdesenvolvido do século XX e Braudel sobre a Europa do Antigo Regime.

1.2. Divisão tripartite da economia

Estudando o economista brasileiro Ignácio Rangel, deparamo-nos com uma análise metodológica para sistematizar uma possível divisão da economia brasileira que, segundo ele, era um emaranhado de tempos históricos em convivência conflituosa. Segundo Ignácio Rangel, o Brasil seria uma realidade econômica feita de várias camadas de temporalidades econômicas sobrepostas: uma verdadeira viagem no tempo em que poderíamos ver vários (se não todos) modos de produção vividos pela Humanidade coexistindo. Ele reconhecia em nosso território o comunismo primitivo (dos povos indígenas), o escravismo (ainda renitente por questões de dívidas no campo mais retrógrado), o feudalismo (representado, segundo ele, pelo latifúndio) e o capitalismo, tanto comercial quanto monopolista.

Diante da dificuldade de sistematização de uma economia com tantas camadas sobrepostas, Rangel buscou uma síntese desse mosaico de realidades econômicas, chegando a:

três formações sobrepostas, ou stratas, reagindo entre si duas a duas, a saber:

1º) Uma economia natural, caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor, exemplificada (...) pela alparcata de couro cru do nosso sertanejo;

2º) Uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de todas as distorções, corresponde no fundamental às características do capitalismo europeu do século XIX;

3º) Uma economia capitalista de monopólio, nisso semelhante à do moderno capitalismo dos países mais avançados, mas que no Brasil tende a orientar-se para o capitalismo de Estado, sob a forma jurídica do serviço de utilidade pública, que domina no campo de comércio exterior, isto é, onde nossa economia entra em contato com a economia mundial, e nos ramos da produção interna mais diretamente dependentes desse comércio.²⁴

Obviamente ele escreve sobre meados do século XX, o que não inviabiliza o olhar a ser lançado sobre o século XIX brasileiro. E, sobretudo, tem o mérito de fazer uma clara distinção entre mercado e capitalismo de monopólio. Trabalha Rangel aqui nos quadros clássicos da tradição marxista, que enxerga o capitalismo europeu da maior parte do século XIX como um capitalismo de mercado sob *a pax britannica*, em contraste com o que se seguiria à unificação alemã e à guerra civil americana, que seria o capitalismo monopolista dos trustes, cartéis e *ententes*.

Porém é forçoso frisar aqui a semelhança do modelo rangeliano com o desenvolvido pelo historiador francês Fernand Braudel. Em sua conhecida obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*²⁵, obra em três volumes, Braudel tem como esqueleto teórico uma concepção tripartite da história econômica na qual perpassa uma visão geográfica.

Segundo ele, a primeira realidade econômica seria o que chamou de vida material: a produção para auto-consumo, ligada a uma realidade local, sendo essa realidade amonetária.

Por cima viria uma segunda camada que batizou de economia de mercado: seria a troca entre produtores numa realidade já marcada por uma maior divisão e especialização do trabalho, que aceitaria (e pediria) a monetarização das trocas; tal realidade teria como perfil geográfico um espaço que ele chama de regional e seu exemplo típico seriam as grandes feiras do final da Idade Média.

Por último, sobrepondo-se a tudo viria o que chamou de Capitalismo: dinâmica econômica marcada pelo monopólio/oligopólio, logo, distinta do que ele chama de economia de mercado, pois a lei da oferta e da procura não cabe aqui; no Capitalismo de Braudel, o que os teóricos marxistas enxergarão no imperialismo do fim do século XIX já se apresentava na era moderna da tradição historiográfica francesa (séculos XV-XIII). O seu Capitalismo é um contra-mercado, é definido por rotas

24 RANGEL, Ignácio. *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Publicações da Universidade de Bahia, 1957. P. 37.

25 BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XIII*. Ed. Martins Fontes.

comerciais monopolizadas por grupos ligados a Estados (Príncipes), bem como aos seus exércitos e armadas: no Capitalismo de Braudel a força rege o mercado. Seu exemplo clássico são as Províncias Unidas do século XVII, centradas em Amsterdam (cidade que criou a primeira bolsa de valores em 1602) com suas Companhias das Índias militarizadas a controlar todas as fases de produção e circulação e com alcance em todos os continentes. Logo, mundial.

Pois encontramos nesta digressão geográfico/econômica uma série de ideias de base para pensarmos nosso objeto de estudo: o Brasil dos primeiros anos da República, em perspectiva com o centro do capitalismo então no auge de seu terceiro ciclo de acumulação.

Entre uma economia natural de subsistência e uma associação subordinada e dependente ao centro capitalista, havia no espaço Brasil uma retaguarda de economia de abastecimento, assim como uma vanguarda econômica do complexo cafeeiro e outros produtos exportáveis: pois é nesse mosaico econômico que a República ensaia suas moedas. Entre a necessidade de expansão de numerário internamente e de meios para divisas externas, oscilou nossa política monetária lastreada por vezes na realidade, por vezes no projeto de transformar essa realidade. A moeda reflete e/ou projeta o real.

Pois assistimos nesse momento uma economia nacional se projetando, mesmo sem que sua atividade bancária estivesse preparada para responder às exigências do financiamento para a produção e do crédito para o consumo. E podemos dizer ainda: nem mesmo do salário para o trabalho! Diante dessa situação afirmamos que na história econômica do Brasil as outras épocas de realidade econômica de que nos falou Rangel sustentam a pequena ponta em crescimento de economia monetizada em busca de modernização.

Estudaremos esse desenvolvimento do meio circulante nacional, entre às contradições geradas no processo de constituição de forças produtivas. No Brasil de então a atividade econômica que dinamizava a riqueza nacional, permitindo a valorização do capital e a inserção da economia brasileira no mercado mundial era, sobretudo, a produção cafeeira, tendo que ser a moeda brasileira, portanto, funcional para o complexo cafeeiro. Contudo, perceberemos moedas diferentes sendo funcionais de formas diferentes para esse complexo. Moedas sendo ensaiadas e alcançando fins desejados ou surpreendentes: houve paradoxos das consequências em nossa história monetária. Moedas beneficiando determinados capitais em detrimento de outros:

pequeno, médio ou grande capital²⁶. Os ensaios foram por vezes surpreendentes, por vezes previsíveis. Mas o desenrolar desta narrativa monetária em perspectiva nacional/mundial é nossa intenção acadêmica neste trabalho que aqui iniciamos.

Retomando a linha braudeliana podemos relacionar seus andares econômicos com moedas eficazes para seus fins. No primeiro andar braudeliano, que ele chama de “vida material”, temos uma realidade amonetária numa economia de subsistência, logo, em que o produtor é o consumidor (a produção de alparcata do sertanejo para si mesmo de que nos falou Rangel). Essa retaguarda econômica sempre existiu no Brasil e no período do qual nos ocupamos, por mais que a tendência secular fosse sua perda de importância, ela ainda tinha uma presença nada desprezível (lembramos que foi nos anos de 1950 que a prefeitura de São Paulo proibiu, por questões sanitárias, a criação de galinhas nos quintais das casas da cidade). Tal andar econômico prescinde de moeda.

É no segundo andar, a “economia de mercado” braudeliana, no mercado interno que vem surgindo em lenta formação desde a colônia que as moedas serão demandadas. Por isso faremos aqui uma pequena digressão sobre o aparecimento dessas moedas ou “quase moedas” de que nos fala Maria Barbara Levy. Usaremos essa autora para rastrear tais moedas relacionando estas com nossos andares econômicos.

Podemos caracterizar no trabalho da referida autora²⁷ uma visão do desenrolar de nossa experiência monetária no século XIX marcada pelo confronto entre o poder Imperial central, que tenta monopolizar a emissão monetária, e as distintas regiões econômicas do Império, se debatendo em resolver regionalmente sua crônica falta de numerário. Podemos inferir nesta abordagem uma concepção de moeda cartal (que ela chama de “moeda do Estado”), ligada ao Estado nascente, em disputa com o que ela chama de “moeda de crédito privado”, emitidas nos lócus dispersos entre negociantes. Tendemos a perceber nesta disputa a expressão de um embate monetário entre o Estado e agentes privados dispersos pelo “segundo” andar braudeliano. Tendo o Estado então o monopólio do “terceiro andar”, de moedas conversíveis no comércio internacional, no nascente mercado interno ele patinava em realizar tal monopólio, sendo substituído nesta função por negociantes locais que resolviam seus problemas em paralelo. Entre o segundo strata marcado por uma “economia de mercado” e o terceiro, marcado por uma “economia capitalista de monopólio”, que nos falou Rangel, o Estado monopolizava o

²⁶ SAES, Flavio Azevedo Marques. *Estado e Sociedade na Primeira República: a Questão Monetária e Cambial Durante a Crise Cafeeira*. p.254, 255. Revista Brasileira de História. 2/09/1981.

²⁷ LEVY, Maria Barbara. *Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860*. IPEA. 1985. Vol. 15

ultimo através de cambiais e pela concentração no Rio de Janeiro do mercado de ouro existente, mas não tinham condições de impor totalmente uma moeda estatal ao o que estamos chamando de segundo andar.

[...] o Estado, ainda débil, vê-se na contingência de ceder ao espontaneísmo das práticas creditícias locais e de postergar a sua atribuição reguladora.

[...] Ainda no final do período colonial fora introduzida nas relações sociais de troca a letra de pagamento ou letra da terra, emitida por particulares para suplementar a moeda de emissão do Estado Português. Essa moeda de crédito privado vinha satisfazer às necessidades dos fluxos de pagamentos e agilizar a circulação de mercadorias. O sistema de crédito, surgido das necessidades dos agentes econômicos privados, adquiriu diferentes modalidades depois da década de 1830 e novos ativos financeiros, signos de valor, foram sendo introduzidos no mercado, germe e fruto do incremento das transações. Esses novos equivalentes de troca vinham preencher o vazio provocado pela inadequada política de recolhimento das notas do Banco do Brasil, depois de sua liquidação em 1829, e sua substituição pelas notas de emissão do tesouro Nacional.

[...] No plano das relações financeiras, este conflito se configura através da duplicidade de moedas em circulação: a moeda de crédito privado e a moeda do Estado. [...] Mostramos como os espaços econômicos se configuram em áreas autônomas de circulação. Exclusivamente no âmbito da iniciativa privada, mas contando com a aquiescência dos governos locais.

[...] apareceram nas operações mercantis moedas de crédito privado, ativos financeiros denominados de diferentes formas, tais como vales. Recibos, notas e bilhetes, além das letras propriamente ditas. A emissão desses papéis de crédito em benefício da economia privada se impôs amplamente ao lado da emissão de moedas do Estado. Nas principais cidades das mais importantes províncias, idêntico processo se repetia autonomamente, realizando no nível econômico-financeiro as aspirações jurídico-políticas de um federalismo liberal.²⁸

Escreve Levy sobre meados do século XIX, indo da liquidação do 1º Banco do Brasil até, neste ponto de seu texto, o Ministério da Fazenda de Souza Franco (1857). Podemos afirmar que tais tipos de moeda, ou “quase moedas” se adéquam ao o que aqui estamos chamando de segundo andar ou strata de nossos teóricos. Ou dito de outra forma: tais moedas atendem ao que se desenvolverá como um mercado interno. Em que a especialização do trabalho prende os produtores num feixe diminuto de produtos e serviços que podem ofertar (ou mesmo num só) enquanto os mesmos seguem demandando uma gama geral de produtos e serviços, cada vez mais variada. Assim descrevemos a criação de demanda monetária neste nascente mercado interno, que antes

²⁸ Idem

de ser nacional surgiu entranhado em realidades econômicas regionais do Brasil desde a era colonial. Tal perfil fortemente regional ainda era muito vivo no começo da República da qual nos ocupamos, sendo nacional uma pequena, mas importante gama de produtos de larga demanda e baixo perecimento, tais como charque, farinha, cachaça. Mas mesmo estes ainda tinham fortes bases regionais.

Já os produtos de luxo e os militares estratégicos ligados ao Estado pertencem a categoria de importação cotados em cambiais e serão devidamente colocados sob o prisma em que existiam: de serem produtos apenas alcançados através de moedas trocáveis internacionalmente (cambiais). Ou: moedas metálicas. Estando então estas moedas a serviço do que aqui chamamos de terceiro andar ou strata.

Enquanto que as “moedas de crédito privadas” tinham boa aceitação interna, sua evidente limitação era o comércio exterior e, mais importante por afetar internamente, sua não aceitação para pagamento de impostos. Pois moedas fiduciárias também não tinham saída internacional, mas quando em sua modalidade “cartal” ou, como as chama Levy, “moeda do Estado”, elas eram aceitas pelo Estado para pagamento de tributos. O que as tornavam o que chamamos de “moeda cartal”: uma moeda oficial aceita sem reservas dentro de um espaço nacional (moeda do estado). Mesmo não sendo metálica, logo, não servindo diretamente ao comércio internacional, eram perfeitamente válidas como papel-moeda oficial dentro do país. Tal plenitude como “moeda” dentro do Estado nacional alcançada por essa “moeda de Estado” não era compartilhada neste ponto fulcral com as “moedas de crédito privado”: estas serviam à circulação interna, mas não ao pagamento de tributos.

Como havia câmbio entre os vales emitidos por diferentes estabelecimentos (privados), qualquer excesso por instituições menos sólidas prejudicava as demais porque o público temeroso corria também às suas caixas para converter estes papéis em moeda metálica ou papel-moeda oficial. A maior restrição, porém, era o fato de não serem tais vales aceitos nos pagamentos ao governo.²⁹

Logo afirmamos que estas “moedas de crédito privado” serviam ao “segundo andar” econômico. Sim, mas até certo ponto: serviam mais regionalmente. Pois mesmo neste ponto, quando tais complexos regionais se veem no que coformará um mercado interno, tais vales privados tinham seus limites, sendo a versão completa a “moeda do Estado” fiduciária. Este fato é o mais destacado pelos autores defensores da moeda cartal: ser esta moeda, feita de qualquer material, tendo ou não tendo valor intrínseco,

²⁹ LEVY, Maria Barbara. *História da Bolsa de Valores do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.

aceita nos pagamentos de tributos é o que a torna uma moeda. Sendo assim tais “moedas de credito privada” tinham além do comércio exterior como limite, também sua não aceitação para pagamentos ao governo como um limite interno.

Podemos delinear as “moedas de credito privada” como moedas para realidades econômicas regionais e parcialmente para o mercado interno, as “moedas do Estado” (moeda fiduciária estatal) como a versão monetária para o mercado interno nacional; e a moeda em sua versão metálica a destinada ao comércio exterior (ligada ao terceiro andar de nossos autores).

2 A DISPUTA DA MOEDA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: MOEDA E CRÉDITO ENTRE O PADRÃO OURO E A EVOLUÇÃO DA RESERVA BANCÁRIA FRACIONÁRIA.

Buscaremos neste capítulo, dividido em várias subpartes, rastrear as políticas monetárias que estamos estudando partindo do histórico das tradições econômicas do panorama intelectual do século XIX. Partiremos da polêmica entre metalistas e papelistas. Para seguirmos focando em grupos econômicos que surgiam atrás das correntes em disputa.

Uma questão central para se investigar o desenvolvimento dos acontecimentos a partir da proclamação da República é rastrear quais grupos se encontravam por trás das políticas econômicas implementadas. No momento de um começo de formação ainda incipiente de mercado de trabalho³⁰ e, por conseguinte, de esboço de mercado interno, no pós-abolição, vemos estruturas produtivas e comerciais, num país gigantesco, procurando consolidação³¹. O que se diz desse período sobre Minas Gerais, que era um mosaico econômico, pode ser dito sobre o Brasil: era um mosaico de economias regionais amarradas numa estrutura política, que se consolidava então com a República, num federalismo aparentemente mais adequado a essa mesma realidade econômica.

Neste ponto cabe uma discussão sobre o papel do Estado: conseguiria, de forma weberiana, ter alguma independência técnica e burocrática em uma sociedade perpassada de interesses conflitantes, num período em que esses se tornavam mais complexos, assim em parte alcançando alguma independência com fito nos resultados nacionais maiores? Ou seria esse Estado apenas uma “ante-sala dos negócios da burguesia”³²?

Adiantamos aqui que, neste trabalho, a resposta tende mais a somar as proposições precedentes do que excluí-las.

Nesse mosaico econômico que falamos ser o Brasil de então, um elemento econômico/político unia todas as partes por cima: era a moeda, Por mais rarefeita que ainda fosse, pois ainda estando uma imensa parte da população do Brasil na época submersa numa realidade econômica de subsistência e/ou em economias de abastecimento baseadas em crédito *in natura*, a moeda era o andar superior de todo o

³⁰ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. Ed. Alameda. 2008.

³¹ CARDOSO, F. H. *Condições Sociais da Industrialização em São Paulo*. Revista Brasiliense.

³² MARX, Karl. *Manifesto Comunista*.

edifício econômico, sendo o meio de comunicação com o Estado nacional e com o mercado externo. Mesmo frente ao mundo do trabalho, ao menos dentro do chamado “complexo cafeeiro”, a moeda por mais ausente que esteja grande parte do tempo, faz, em sua esporádica aparição, deslocamentos gerais para a submissão do trabalho ao capital. Pois, dentro do sentido braudeliano, ousamos afirmar que há capitalismo no Brasil antes da formação do mercado de trabalho. Ou, num recorte monetário: há capital nos setores de vanguarda do mosaico econômico brasileiro, mesmo sendo escassa a circulação monetária e, mais ainda, escassa a penetração de um sistema bancário. Sendo o exemplo do colono, que era a situação de uma massa trabalhadora num setor de vanguarda do quadro econômico brasileiro em foco (o cafeeiro) muito esclarecedor dessa falta de numerário crônica nessa economia em modernização:

Esse caráter de quase assalariamento indica que a subordinação da agricultura ao capital surge como indireta. Dessa forma, a taxa de lucros guardava uma certa autonomia em relação à taxa de mais-valia. Não se trata aqui de permanência do atraso, resquícios feudais, ou coisa que o valha, mas do próprio desenvolvimento específico do capitalismo na periferia. Cumpre ressaltar que, historicamente falando, vigoraram diversos modos de fixação _ à terra, aos instrumentos de trabalho ou ao fundo de consumo _ da população direta ou indiretamente submetida à lógica do capital comercial.(...) Isso porque a renda do colono não era toda ela adquirida no mercado. Ou seja, as relações de produção não se mostravam tipicamente capitalistas, apesar de produzidas pelo capital.³³

Aqui nos deparamos com o impacto social de uma moeda ainda rarefeita nos primeiros anos da República. Para investigar essa moeda temos também que investigar esse capital que cobre tal sociedade, se aproveitando e potencializando essa situação.

Logo, as decisões monetárias e cambiais podem ser lidas nesta chave dual: pela visão nacional do topo do mosaico, centrado no Rio de Janeiro, de comunicação do Brasil com o sistema capitalista mundial; ou pelas várias consequências nos distintos complexos econômicos regionais dentro do mosaico brasileiro de então. Em verdade essa disputa pela moeda já vinha do Império. E aqui cabe uma retomada histórica.

No Brasil do século XIX não há apenas uma única corrente de pensamento econômico, sendo uma generalização muito simplista referir-se a esse século como sendo apenas o do livre-cambismo sob influência inglesa. Devemos mesmo falar em relação à maior parte do século XIX brasileiro, no que diz respeito ao comércio exterior,

³³ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. Ed. Alameda. 2008.p. 166.

em liberalismo e protecionismo como as duas posições marcantes no debate público. Apesar da constante pressão inglesa a favor do *laissez-faire*, para privilegiar a entrada de seus produtos industrializados, o fim dos tratados comerciais marca uma primeira etapa de decisões voltadas para os interesses internos³⁴.

Nesse Estado nacional então se criando, a gestão da moeda mostrava-se como um dos primeiros instrumentos para fazer política econômica. Destacavam-se então duas escolas: a dos metalistas e a dos papelistas. Em síntese, os primeiros eram favoráveis à conversibilidade da moeda em ouro, cuja emissão deveria ser controlada por parte do Estado. Já os papelistas defendiam a necessidade de diversos bancos emissores, bem como as vantagens do papel-moeda inconvertível, lastreados em títulos da dívida pública. Nesse debate o capital financeiro vindo do exterior era defensor da moeda conversível, pois assim estaria assegurado o repatriamento caso se fizesse necessário em graves crises.

2.1. Histórico Papalista x Metalista no Século XIX

Há, na história do Brasil, um capítulo central do embate entre papelistas e metalistas, um confronto que então se travava no Brasil como alhures: discussões sobre a validade do padrão-ouro em geral

e sobre o significado, alcance e consequências da inovação representada pela moeda fiduciária em particular, podiam ser encontradas em toda parte. Eram todas, em boa medida, reprises com variações da mãe de todas estas batalhas, a inglesa, em que tomou parte, pelo lado “metalistas” (ou bulionista), ninguém menos do que David Ricardo, um dos inventores da disciplina.³⁵

Tal debate original ocorreu na Inglaterra da primeira década do século XIX, no quadro inflacionário de anos contínuos das guerras napoleônicas: a moderna teoria monetária desenvolve-se na polêmica criada pelas prolongadas guerras com a França na passagem do século XVIII ao XIX. Em 1797 o Banco da Inglaterra corta o vínculo automático entre suas notas e os metais preciosos, que eram até então conversíveis, suspendendo assim os pagamentos em espécie (metal). O debate resultou no Relatório da Comissão do Ouro (*Bullion Committee's Report*) de 1810, continuando até a

³⁴ PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. p. 151.

³⁵ FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler; p. 16

Inglaterra retornar à conversibilidade e ao padrão-ouro em 1819, mas o retorno integral deu-se apenas em 1844 com a definição de sua Lei Bancária.³⁶ Vemos, portanto, na Grã-Bretanha da primeira metade do século XIX, a forte presença de uma experiência papalista, justamente durante os anos de consolidação de sua revolução industrial. Podemos dizer que no século da *pax britannica*, que teria o padrão ouro como um de seus pilares (como alegam tantos autores com Karl Polanyi e Eric Hobsbawm)³⁷, vemos que em quase metade dele o padrão ouro esteve em parte ausente do seu centro e tão propalado altar máximo.

Assim também foi no caso brasileiro para o século XIX onde

mesmo nos anos anteriores a 1914, estar no padrão-ouro parece mais a exceção que a regra. Com efeito, dos 122 anos entre 1808 e 1930, tivemos apenas 31 anos, ou seja, 25% do tempo onde a taxa de câmbio média anual esteve acima ou próxima das taxas de paridade. A proporção é ainda menor em 1808-1906, cerca de 20%; e para 1846-1906, período onde mais energia foi despendida sobre o assunto, estivemos com a taxa de câmbio perto da paridade em apenas 60 de 720 meses, ou seja, 8,3% do tempo.³⁸

A rigor, pode-se até mesmo dizer que o século que termina em 1914 não pertence, na verdade ao padrão-ouro, mas é de adaptação e aprendizado a esta extraordinária inovação, a moeda fiduciária, cujos poderes seriam descobertos e redescobertos, usados e abusados inúmeras vezes em todas as regiões do Planeta, no Brasil inclusive, ao longo desses anos. E em 1890, especificamente no Brasil, teríamos um episódio extraordinariamente significativo no contexto desse drama maior, onde os termos de referência eram relacionados, no final das contas, com a ambição do homem que busca ultrapassar os limites da natureza.³⁹

Ou dito de outra forma: as relações sociais e econômicas de uma sociedade que se tornava a cada dia mais complexa e dinâmica não podiam seguir atadas às possibilidades concedidas pelo garimpo.

Assim segue também no Brasil do século XIX o confronto histórico entre papelistas e metalistas. Podemos dizer que em assuntos monetários e financeiros, o século XIX brasileiro é um confronto entre essas duas correntes, estando os metalistas preocupados com a imagem e a estabilidade da moeda, enquanto que os defensores do

³⁶ DEANE, P. *A Evolução das Idéias Econômicas*, cap.4. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.

³⁷ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro : Elsevier : Campus, 2000. / HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo : Paz e Terra, 1988

³⁸ FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler; p.17

³⁹ Idem, p.18

papel-moeda não conversível acreditavam que o problema mais grave era a escassez de créditos, a baixa liquidez da economia, que travava o desenvolvimento do país.

Diante dessa divisão interna, nossa política econômica durante o II Império foi alterada pendularmente entre esses dois pólos em disputa. A preocupação dominante era, ao lado da estabilidade interna, a questão das taxas de câmbio, já que a economia vinculava-se diretamente ao exterior, tanto pela importância das exportações e importações como pela entrada de capitais. Entre os grupos organizados em torno de cada um dos pólos em disputa, grosso modo, podemos dizer que aos cafeicultores e usineiros de açúcar favoreciam as desvalorizações e aos importadores a desvalorização implicava pagar mais caro pelas mercadorias estrangeiras. Lembremos que no período o imposto de importação era a maior fonte de arrecadação do Estado.

Exemplificamos grupos interessados em uma e em outra política econômica, mas lembremos que, para o Estado, a queda da moeda brasileira em relação à libra implicava a necessidade de obter mais divisas para os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa. Assim, não havia uma linha de ação única que pudesse ser apontada como de interesse geral por parte de governo, classes produtoras e classes comerciais. A economia brasileira da segunda metade do século XIX já mostrava certa complexidade, com o surto cafeeiro e a abolição do tráfico de escravos liberando capitais e diversificando o cenário econômico do Brasil.⁴⁰

Mesmo a central relação com a Inglaterra não é de todo homogênea: a hegemonia britânica, num determinado momento, entrou a instalação de fábricas no Brasil, dada a concorrência de seus manufaturados, e num momento posterior favoreceu o aumento de crédito com a exportação de capitais, inclusive em forma de máquinas, para o Brasil.⁴¹

De forma sumária, podemos destacar alguns momentos-chave dessas políticas pendulares entre metalistas e papelistas no século XIX brasileiro, tal como, ainda na primeira metade do século, tendo expirado os tratados de comércio com a Inglaterra, a sua não renovação por parte do Brasil, assim como a reforma tarifária Alves Branco (1844), que visava a angariar mais recursos para o aumento da receita do Governo. Depois desse momento de maior atrito com o ideal britânico do livre-cambismo, temos, em 1853, um refluxo, com Itaborahy aplicando medidas monetárias restritivas,

⁴⁰ PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. p. 154

⁴¹ GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil* Cambridge University Press, 1968

defendidas pelos ortodoxos. Em 1857, Souza Franco concedia o direito de emissão aos bancos particulares. Contudo, problemas técnicos dessa experiência (assim como a crise internacional de fluxo de capitais com a falência da companhia de seguros *Ohio Life & Trust Copany*, em agosto desse ano, com repercussão no fluxo de capitais para o Brasil⁴²) levaram a um recuo para políticas ortodoxas, que só serão abandonadas quando da maior crise bancária do Império, em 1864, iniciada com a suspensão dos pagamentos pela casa bancária A.J.A Souto e Cia. Tal crise levou ao abandono da política metalista defendida até então e naquele ponto praticada pelos “saquaremas”, esse mesmo gabinete conservador, que se viu, obrigado pelas circunstâncias, ao “curso forçado” como saída da crise. “Da quimera do ouro, os saquaremas viam seu projeto ser tragado pela emissão de papel puro.”⁴³

Esse quadro papelista, iniciado em 1864, será mantido no Brasil ainda nessa década, por conta do imperativo político da guerra do Paraguai. Pois “em contrações posteriores, como a de 1864, e também durante a guerra do Paraguai e a inflação iniciada em 1865, tanto a conversibilidade como a paridade ouro da taxa de câmbio foram abandonadas temporariamente.”⁴⁴ Vemos, pois, o caminhar pendular das políticas econômicas do Império, entre ideias e questões de ordem prática, balançando tanto em direção ao objetivo de sanear situações deficitárias, quanto em alcançar maior liquidez no sistema para atender às necessidades do comércio e da produção. Tal quadro pendular segue vivo até o período que trataremos na Primeira República.

⁴² KINDLEBERGER, 2000.

⁴³ GAMBI, Thiago. *Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864*.

⁴⁴ PELAEZ e SUZIGAN. *História Monetária do Brasil*. Ed. UNB. Pg. 107

2.2 República e Encilhamento

No ocaso do Império, encontra-se o Brasil numa invejável situação financeira no quadro do capitalismo mundial, graças à valorização nos mercados mundiais de produtos fornecidos pelo país como cacau, borracha e, sobretudo, café. Temos então uma forte entrada de capitais (num momento de expansão financeira britânica, que terá um refluxo na década seguinte). Durante o último gabinete do Império, com Ouro Preto no ministério da Fazenda, chegou-se a uma intensa valorização monetária: o câmbio chegou a uma taxa média de 26 7/16 dinheiros por mil réis (o café rendera nesse ano um acréscimo de divisas de 80% sobre o ano anterior, graças a um aumento concomitante da exportação e dos preços), o que será mantido após a proclamação da República.⁴⁵

Esse bom clima presente em 1889 foi aproveitado

quando Ouro Preto consegue um grande financiamento que irá permitir a reconversão das dívidas de 1865, 1871, 1875 e 1886. Desta maneira, o que o Brasil devia ainda, relativamente a estes contratos, foi transformado em um novo empréstimo no valor de 19.837.000 libras. Esta era, então, de 90% e foi ratificado por um segundo contrato em Londres depois da proclamação da República. Esta reconversão da dívida externa foi levada a efeito com uma taxa de juros de 4% ao ano, sendo as anteriores de 5%. Tal negociação foi considerada um sucesso.⁴⁶

Esse era o clima financeiro no ocaso do Império, que permitiu ao gabinete liberal do Visconde do Ouro Preto pôr em prática um plano cuja ambição era, em suas próprias palavras, a “inutilização da República”. Confrontado com a cada vez mais bem sucedida campanha republicana, esse Gabinete se dedicou à tarefa de barrar tal movimento, em parte via incorporação de suas próprias propostas, sendo a expansão de numerário um tema no discurso republicano. Logo, o dito Gabinete Liberal deveria buscar tal expansão pela via papelistas simplesmente; contudo, diante do excepcional quadro de entrada de capitais, tal gabinete se viu na posição de alcançar algo maior: a expansão de numerário dentro do padrão ouro. Agradando grupos historicamente irreconciliáveis, pudemos então ver papelistas e metalistas satisfeitos. Mas não por muito tempo.

Defendemos neste trabalho que tal sucesso relativo era dependente da entrada de capitais no Brasil, sendo tal entrada sempre muito volátil em países cuja economia é

⁴⁵ Netto, Delfim. *O problema do Café no Brasil*.

⁴⁶ Palazzo, Carmem Licia. *Dívida Externa: a Negociação de 1898*, p 51.

baseada na exportação de *commodities* e matérias primas. Pois quando tal quadro mudasse “em virtude de uma contração da renda nos países industrializados, reduzia-se o influxo de capitais e os preços de exportação nos países produtores de produtos primários, ocasionando a desvalorização da taxa de câmbio.”⁴⁷ Logo, sendo a situação cambial muito dependente da balança comercial e, sobretudo, da balança de pagamentos. Escorados em Rui Barbosa, entre outros, vemos a conversibilidade das notas em ouro então, como uma possibilidade (Rui Barbosa a chamou de “miragem”) de curta duração. Sendo a produção de tal “miragem” originada no Gabinete Ouro Preto, podemos antecipar que a própria criação do chamado **Encilhamento** também foi nesse ponto originada, além de a especulação bursátil também ter sido lançada nesse derradeiro gabinete imperial, quando o definido por ele como detentor do monopólio emissor, o Banco Nacional, do Visconde Figueiredo, saiu a lançar com ágio suas ações na bolsa.

As ações do Banco Nacional foram distribuídas, com ágio de 45 mil-réis cada uma. Os possuidores destes títulos foram atraídos pelas perspectivas de lucratividade prometida a essa instituição de crédito pelas suas relações com a política monetária do governo. Uma verdadeira derrama dessas ações deu início à especulação. A fascinação exercida pelos títulos do Banco Nacional carregou consigo o jogo com ações de todos os bancos auxiliares a lavoura⁴⁸.

O Império, que partia, pretendia continuar via distribuição de títulos de nobreza, fortalecimento da Guarda Nacional em detrimento do Exército e, o que mais nos interessa aqui, auxílios à lavoura. O governo fez um empréstimo cujo objetivo político era o de financiar esse oneroso auxílio. O Tesouro, com sua lei bancária de 1888, passava o montante aos bancos auxiliares, que não pagavam juros ao Estado, mas cobravam de quem pegava emprestado esse dinheiro deles uma taxa de 6%. Tais bancos tinham que financiar os empréstimos agrícolas, e, claramente, estavam em situação extremamente vantajosa.

Contudo, sigamos o fio da narrativa: o Império finalmente saiu derrotado pela História, porém deixando como última administração econômica uma lembrança de sucesso temporário; mesmo que o grande tropeço econômico subsequente tivesse também origem nessa administração, não seria assim que a memória difusa lembraria.

⁴⁷PELAEZ e SUZIGAN. *História Monetária do Brasil*. Ed. UNB. Pg. 106

⁴⁸LEVY, Maria Barbara. *História da Bolsa de Valores do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977. p.146

Começamos a República numa situação perfeita para os primeiros arquitetos, que então instauravam um regime federativo, moverem o pêndulo da política econômica em direção ao polo papelista, retirando, então, nossa moeda da sombra de uma miragem metálica e aplicando o plano de fato papelista: a expansão monetária lastreada na dívida pública. Ou: a monetização de nossa dívida pública. Isso viria pelas mãos do primeiro gabinete republicano com Rui Barbosa chefiando o ministério da Fazenda, com a lei de 17 de janeiro de 1890, que liberava bancos de emissão e gerava uma forte expansão do crédito com moeda inconversível lastreada na dívida pública. A proposta defendida por Rui Barbosa era que o meio circulante não deveria ser lastreado no curso metálico, pois não seria esse que seguraria o câmbio alto, e sim a estabilidade do câmbio ao par como resultado da prosperidade econômica resultante da circulação inconversível. Assim pretendiam, com tal reforma, a emissão de moeda sobre os títulos da dívida pública, combater a queda do câmbio e a consequente retração emissora, no sentido de evitar o esgotamento de seus estoques metálicos.

Esperar a regeneração do meio circulante pela circulação metálica, n'um país de câmbio mudável como o tempo nos climas tropicaes, é cahir n'um ciclo vicioso. Essa mutabilidade do câmbio, essa sua despressão habitual denunciam a insuficiência dos recursos ordinários do paiz na liquidação de suas contas no exterior. Não é portanto a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto: é pelo contrário a estabilidade de câmbio par, efeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação conversível. Os metallistas invertem os termos do problema, e por isso suas criações não passam de castelos de carta.⁴⁹

Assim começou o sentido da política econômica da República. Nesse mesmo ano Rui Barbosa irá ainda rever parcialmente tais decisões por pressão dos bancos, voltando parcialmente à emissão metálica somada às notas lastreadas em títulos.

Iniciava-se um novo período político e a euforia difundia-se com o novo regime. Modernizações jurídicas e políticas se avolumavam, como a separação de pessoa jurídica de pessoa física, no campo legal, e a liberalização de sociedades anônimas e por ações. Infelizmente, tal euforia foi curta: uma destemperada especulação bursátil com a criação de centenas de novas companhias culminou na chamada crise do **Encilhamento**, com a quebra da bolsa do Rio de Janeiro em 1891. Concomitantemente viveu-se uma desvalorização cambial (e os dois fenômenos se confundiram no termo Encilhamento) chamada na época de queda do câmbio (Hoje quando a moeda brasileira

⁴⁹ BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República, discursos e escriptos*, Ed. Cia. Imperial 1892, p. 28

se desvaloriza dizemos que o câmbio subiu: é preciso maior quantidade de moeda nacional para a compra de cambiais. No nosso período de estudo o mesmo fenômeno era adjetivado ao inverso: era a baixa do câmbio).

A polêmica sobre essa crise nunca se encerrou, tendo a opinião pública da época largamente culpado a desonestidade especulativa, com os conservadores romantizando os últimos dias do Império, em oposição ao que chamavam de desenfreada ambição dos primeiros dias da República.

Muitas outras causas são cruzadas por diversos autores, contudo ressaltaremos aqui a crise de 1890 envolvendo a casa bancária Baring, que nesse ano sofre um letal calote da Argentina, país de que essa instituição financeira era representante nos mercados internacionais: essa crise causou um refluxo do capital britânico na América Latina por toda a década de 1890, o que naquele momento foi um duro golpe na política papalista de Rui Barbosa.

Mas para chegarmos ao **Encilhamento**, sigamos os dias heroicos para a aventura papalista, que o antecederam. O passo dado em 15 de novembro veio sepultar o desafio do Gabinete Ouro Preto, que era de preparar o III Império. Contudo, no campo econômico, o que vinha sendo feito não foi totalmente mudado. Como nos narra o sr. Alcindo Guanabara:

O ministério liberal havia contractado com o Banco Nacional a retirada de todo o papel-moeda e a substituição delle por notas suas. O governo pagaria ao banco o valor desse papel em títulos de 4% de juros ouro e 2% de amortização; e garantia o direito ao curso forçado às notas de sua emissão, “em caso de crise política ou financeira”. O sr Rui Barbosa demonstrou que essa combinação não assentava em base sólida e que, ainda que não houvesse dado a revolução que derribou as instituições, o Banco Nacional não poderia manter a sua circulação conversível. De todo esse brilhante aparelho montado pelo gabinete Ouro Preto, não resultaria senão a adoção a título gracioso do curso forçado às notas do Banco Nacional. Esse banco tinha as suas notas garantidas apenas por um lastro metálico igual a terça parte do seu valor. Essa relação entre o lastro e a circulação não basta para manter o troco à vista, senão aos paizes em que o cambio está normalmente ao par; porque, desde que essa condição não se verifica, a affluencia das notas ao troco é de ordem a esgotar rapidamente os lastros metálicos, obrigando os bancos emissores a fecharem as portas, si o curso forçado não os vier salvar.”⁵⁰

Portanto, no começo da República, a política econômica do Brasil abeirava-se de uma contradição vinda com modernizações financeiras da época somadas ao modelo

⁵⁰ GUANABARA, Alcindo. A Presidência Campos Salles: a Expansão do Papel Moeda. Rio de Janeiro. Laemmert & C. Editores. 1902. p.220.

de padrão ouro: a reserva bancária fracionária num regime de padrão ouro, sobretudo num país periférico, tende a crise, sendo que estamos aqui chamando de reserva bancária fracionária o que no período estudado era chamado de “encaixe bancário” ou “alavancagem”. Tal alavancagem do dinheiro emprestado com juros, diante do que de fato tinham os bancos em reserva metálica, obrigava os executores econômicos, a despeito do discurso metalista sobre a importância de arcar com o troco à vista, a sempre impor uma “cláusula de exceção” nos contratos bancários, permitindo-lhes o “curso forçado” em caso de corrida bancária. Essa cláusula de exceção, como era então chamado o curso forçado, podemos dizer que era a regra (como fora em 1864 sob os metalistas saquaremas), sendo o termo “cláusula de exceção” por muitos considerado um eufemismo irônico que poderia ser chamado de “cláusula de regra”.

Muito já foi escrito sobre o **Encilhamento**, mas nossa esperada contribuição para essa infundável discussão é frisar a contradição entre a reserva bancária fracionária (*fractional reserve banking*)⁵¹, então em ascensão como inovação bancária, e o padrão ouro, então no auge como padrão de lastro monetário.

Tal contradição entre a reserva bancária fracionária (então de três notas para um peso ouro, no caso brasileiro visto) e o padrão ouro de então não era uma exclusividade brasileira, sendo uma questão sistêmica do período. Como escreveu um estudioso sobre o mesmo período nos EUA:

Outra cláusula de exceção era invocada pelo próprio sistema bancário. As instituições bancárias, em conjunto, podiam enfrentar uma corrida a um dos bancos permitindo que ele suspendesse suas operações e assumir coletivamente o controle de seus ativos e passivos, em troca de uma injeção de liquidez. Através de tais operações “salva-vidas”, os próprios bancos podiam, na prática, privatizar a função de prestador de última instância. No caso de uma corrida generalizada ao sistema, eles poderiam decidir, em conjunto, suspender simultaneamente a conversibilidade dos depósitos em espécie. Recorria-se à suspensão da conversibilidade em países como os Estados Unidos, que não dispunham de um prestador de última instância. Ao impedir, simultaneamente, o saque dos depósitos em todos os bancos, estes impediam que a demanda de liquidez “ricotecheasse” de uma para outra instituição bancária.

Instabilidade na Periferia

Os resultados foram menos satisfatórios fora do centro europeu onde se adotara o padrão ouro. Alguns problemas experimentados pelos países da periferia podem ser atribuídos ao fato de que a prática de cooperação raramente alcançava regiões tão distantes. Não se deveu a uma coincidência o fato de que o Banco da Inglaterra tenha sido alvo de apoio externo em

⁵¹ EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital. Editora 34. 2000.

1890 e, novamente, em 1907. A estabilidade do sistema dependia da participação dos britânicos; assim, o Banco da Inglaterra tinha o peso necessário para cobrar ajuda externa nos momentos de necessidade. Para outros países a situação era diferente. Os principais bancos centrais sabiam que uma instabilidade financeira poderia se alastrar e, em razão desse risco de contágio, países como a França e a Alemanha podiam esperar apoio daqueles bancos. Mas os problemas na periferia não colocava em risco a estabilidade sistêmica e, por isso, os bancos centrais europeus sentiam-se menos inclinados a ir em socorro de um país, digamos, da América Latina.”⁵²

Pois podemos afirmar que o quadro acima descrito é muito similar ao brasileiro em 1891. O núcleo da crise do chamado **Encilhamento** já estava plantado pelo Gabinete Liberal, nos dias de bonança de entrada de capitais, no ocaso do Império: era a prática concomitante do padrão ouro com a reserva bancária fracionária, então de 3 para 1, outorgada por Ouro Preto ao Banco Nacional do Brasil, de propriedade do Visconde de Figueiredo. Outros fatores concorreram para alargar o abismo: a crise Baring, e as idas e vindas do empirismo papelista de Rui Barbosa tanto na quantidade de papel, quanto na de bancos emissores (o que causava uma confusão e sensação de incerteza oriunda do próprio gabinete republicano). A natureza inovadora do golpe de 15 de novembro já carregava de incertezas o quadro político, inclusive internacionalmente entre os credores e portadores de papéis brasileiros. Entretanto, uma crise no Brasil do período, definitivamente, não trazia risco sistêmico algum ao capitalismo centrado no ciclo britânico de então.

Além de todo esse quadro, temos depois de um auge em 1890/91 o constante movimento de queda dos preços do café, o que tornava nossa situação financeira mais insegura: nossa grande moeda de troca em ouro era então o café. Ou, como disse “Em fevereiro de 1906, o embaixador colombiano no Rio de Janeiro declarou: o café é... a moeda de câmbio internacional do Brasil.”⁵³

Ainda temos que admitir que, por mais que muitos considerassem os metalistas dogmáticos, tinham eles então mais estofo teórico, estando os papelistas calcados mais intuitivamente do que doutrinariamente. A grande base doutrinária dessa escola era por si só intuitiva e empirista: a *real bills doctrine*, que era

⁵² EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital. Editora 34. 2000. p.67.

⁵³ HOLLOWAY Thomas H. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café*. p.61.

a noção de que a emissão de papel-moeda em desconto de uma duplicata legítima, isto é, representando uma legítima transação de compra e venda de crédito, ocorrida espontaneamente no comércio, jamais poderia ser inflacionária. Era como se na presença de bancos de emissão, as necessidades do comércio criassem a moeda necessária para o giro dos negócios.⁵⁴

Aos papelistas tal necessidade dos negócios era medida pelas taxas de juros.

Tal descrição pode nos parecer muito lógica, mas não era para quem pensava a moeda como reserva de valor, lastreada em algum metal. A postura de Rui e dos papelistas defendia que o indicador da política monetária deveria ser o das necessidades do comércio e da indústria. Logo, o mais importante na política monetária não seria o câmbio (como era para os metalistas) e sim a taxa de juros. Esta sobe quando encarece a moeda e baixa quando a moeda é abundante: daí a importância indicadora dos juros.

Afora essa inovação, temos também um visível empirismo do primeiro gabinete republicano no que se refere à quantidade que se deveria aumentar do numerário nacional, bem como na quantidade dos bancos de emissão. Quanto à quantidade de moeda a ser expandida, temos da parte de Rui Barbosa um empirismo que inclui uma visão geográfica da economia brasileira.

Ora nós somos um país quase exclusivamente agrícola; somos um país de população esparrissima, somos atrasadíssimos em meios de transportes, somos um país onde quantidades incalculáveis de meio circulante se imobilizam em acumulações particulares, e onde o mecanismo usual das permutas, em estado ainda quase rudimentar, põe continuamente em contribuição o emprego material da moeda real, ou representativa (...) Ora tanto mais lento é o circular da moeda e tanto maior somma della, portanto, se requer para o mesmo número de operações, para a mesma quantidade de permutas.⁵⁵

Além da força argumentativa e audácia intelectual, temos que reconhecer ser o momento histórico econômico de então repleto de mistérios para os próprios executores, sendo o caminho intelectual de Rui Barbosa corajoso, mas dominado por um empirismo, um experimentalismo que assustava muitos dos seus contemporâneos. Sendo claramente perceptível na reforma encabeçada por Rui o olhar fitando os EUA por parte dos instauradores da República no Brasil: os bancos nacionais aqui ensaiados se inspiravam declaradamente (até no nome) na República da América do norte. E o

⁵⁴ FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler; p.22.

⁵⁵ BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República, discursos e escriptos*, Ed. Cia. Imperial 1892, p.72

papel moeda inconvertível, se era lastreado na dívida pública (logo, um tanto diferente dos dólares “greenback” livres de dívida de Lincoln) naquele começo da República no Brasil, ainda assim podemos perceber nas ambições de Rui Barbosa um “greenback” como meta. Afinal, no projeto inicial os juros dessa dívida monetizada iriam cair ano após ano até zerar. Mas tal como a primeira bandeira republicana do Brasil não durou muito, esse original plano repleto de “americanismo monetário” também foi logo revisto.

Tudo isso causava ansiedade e excitação que repercutiram no clima mental da crise do **Encilhamento**. Para registrarmos as idas e vindas econômicas naquele começo da República, reproduzimos o trecho de um estudioso do caso que nos relata: “A reforma bancária de Rui começa em 17 de janeiro de 1890 com a adoção de um modelo de “pluralidade emissora regional”, onde três bancos teriam monopólio sobre seus distritos, o norte, o sul, e o centro, este compreendendo a Capital.”⁵⁶

Percebemos, pois, a adoção de um modelo de “pluralidade”, tão ao gosto dos federalistas, mas com o monopólio desses bancos em suas respectivas freguesias. Tal modelo de “pluralidade emissora com monopólio regional” deve aqui ser destacado, como uma curiosidade típica do contexto que nos interessa, de conflito entre papelistas e metalistas, sendo essa “pluralidade emissora com monopólios nas freguesias” um produto típico desses dias de experimentações: a pluralidade, tão ao gosto dos papelistas, com monopólio, tão identificado com os metalistas. Como também deve ser o fato de essa política atacar de frente o banco monopolista emissor herdado do Império. O Banco Nacional, do Visconde de Figueiredo, concentrava um privilégio irritante para os republicanos, que devia ser rapidamente desfeito, passando o grosso do privilégio emissor para um banco afinado com Rui e os republicanos: o Banco dos Estados Unidos do Brasil do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink. Seguindo a narrativa:

As emissões estariam limitadas a 450 mil contos e teriam como lastro títulos da dívida pública, ou seja, nenhuma pretensão quanto à conversibilidade, mas também nenhuma alavancagem, ou seja, as emissões seriam na proporção 1:1 do lastro. Tratava-se, portanto, meramente de monetizar a dívida pública, o que não se afigurava especialmente atrativo para os bancos aí criados. O banco emissor da região central seria o Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, cujas emissões estariam limitadas a 200 mil contos.

Logo no anúncio do novo sistema, instaurou-se uma crise no ministério, em consequência da qual um quarto banco de emissão foi criado para São

⁵⁶ FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler; p. 25.

Paulo e o limite global das emissões ficou reduzido a 200 mil contos (100 mil para o BEUB, o resto em partes iguais para os outros três bancos). Posteriormente, em março, de forma a “apaziguar a campanha que a imprensa movia contra si”, e em razão de negociações com outros banqueiros da capital, Rui concedeu ao Banco Nacional e ao Banco do Brasil o privilégio de emitir o dobro do lastro em ouro, mas sem conversibilidade, até o limite de 25 mil contos cada um. Nessa ocasião, Rui reduziu de 100 para 50 mil contos o limite de emissão sobre títulos que tinha o BEUB em troca da concessão _ efetivada posteriormente em agosto _ do privilégio de emitir até 50 mil contos nos mesmos termos dado ao Banco Nacional e ao Banco do Brasil.⁵⁷

Encontramos, nessa curta descrição, a evidência de que eram vivenciadas experimentações inéditas na seara econômica, estando seus praticantes a testar, na prática, fórmulas até então desconhecidas por aqui. Os próprios executores da política se traíam nas dúvidas sobre até quanto deveriam ampliar o numerário: começam com 450 mil contos, reduzindo, logo em seguida, a 200 mil contos (uma diferença considerável). Ou quantos bancos emissores deveriam existir: começam com três, surge um quarto, depois outros dois entram (um deles, em verdade, volta: o Banco Nacional). Entre a pluralidade emissora dos papelistas e o monopólio emissor dos metalistas, criam a “pluralidade com monopólios nas freguesias”. E o mais instigador dessa caldeira de ensaios: o interesse dos banqueiros em manter a emissão com lastro ouro com alavancagem. Ou, dito de outra forma, o interesse em praticar a reserva bancária fracionária num regime de padrão ouro. O que nos dias do gabinete Ouro Preto foi lançado com alarde como notas conversíveis em ouro, sendo tais notas lançados ao triplo do que havia em lastro, foi inicialmente neutralizado por Rui Barbosa, que declarou tal “conversibilidade” uma fraude insustentável, pois a própria concessão ao Banco Nacional já previa que, em caso de corrida bancária, ele poderia suspender a conversibilidade. Contudo vemos que esse Banco Nacional (que perdeu o monopólio emissor em 17 de janeiro de 1890), teve uma compensação mais adiante, com a permissão de emitir o dobro do lastro em ouro “mas sem conversibilidade” até 25 mil contos; o mesmo privilégio concedido ao Banco do Brasil, para logo depois o banco angular da política republicana, o BEUB, entrar na mesma alavancagem do dobro do lastro ouro em até 50 mil contos. Tal insistência é aqui destacada, ressaltando que a alavancagem da reserva bancária fracionária era também testada em até quantas vezes cabia alavancar: com Ouro Preto, vestido com a capa de seriedade da

⁵⁷ Idem.p.26

“convertibilidade”, sustentou-se um ensaio de alavancagem no triplo; Rui Barbosa, já reconhecendo de pronto que essa “convertibilidade” era uma corrida anunciada, só solucionável pelo reconhecimento de antemão do curso forçado, permite a alavancagem em dobro do lastro ouro, mas sem “convertibilidade”.

Podemos perceber claramente o tatear empírico no manuseio dessas novas armas: a moeda fiduciária, ou melhor, lastreada em títulos da dívida pública (podiam ser lançados até 450 mil contos, ou 200 mil contos?), a reserva bancária fracionária (alavancada no triplo? Ou no dobro?). Nesses heróicos dias de modernização monetária e bancária vemos esse doloroso adolecer econômico, que perpassava nossos executores econômicos: vemo-los testando até onde poderiam ousar.

Porém, logo surgiram no embate com a realidade os limites à ousadia. O que neste ponto queremos focar é que o próprio ir e vir do empirismo daqueles dias do gabinete de Rui Barbosa, com oscilações bruscas diante de pressões de grupos e testes econômicos, tudo isso num clima de novo regime, gerou incerteza: o zigzaguear econômico entre moeda lastreada só em títulos da dívida pública ou em ouro também, um banco emissor, depois três, quatro, cinco. Para enfim, querer-se voltar a um só banco emissor, tudo isso fermentou ainda mais a crise do **Encilhamento**. Já afirmamos aqui que tal crise deitava raízes ainda nos dias imperiais, e reafirmamos que o reconhecimento do curso forçado, por Rui Barbosa, era uma medida de realismo prático. Contudo, vemos nesse vem e vai das políticas republicanas uma contribuição explosiva ao **Encilhamento**: se a crise Baring e o gabinete Ouro Preto têm responsabilidade, as mudanças em série do primeiro ano republicano também têm.

Pois as mudanças não paravam:

Em novembro, Rui concedeu ao Banco de Crédito Popular o direito de emitir, numa base *mista*, uma quarta parte no regime do Decreto de 17-01-90, ou seja, sobre lastro em títulos da dívida pública, e três quartas partes no regime do Decreto de 08-03-90, isto é, no dobro do lastro metálico. Em dezembro, Rui estende aos outros bancos emissores regionais o privilégio já dado ao BEUB, Banco do Brasil e Banco Nacional e culmina o processo patrocinando a fusão entre o BEUB e o Banco Nacional, criando o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB), que por sua vez, absorveu o privilégio de emitir do Banco do Brasil e do Banco Emissor do Sul, ambos se tornando estabelecimentos bancários restritos a depósitos e descontos.⁵⁸ O novo banco estava autorizado a emitir até 500 mil contos, dos

⁵⁸ Em 1893 o BREUB e o Banco do Brasil seriam fundidos no BRB, Banco da República do Brasil, que terá sua falência decretada na virada do século, já sob o peso da reação metalista à liquidez causada pelo *Funding Loan*.

quais 450 mil na base do triplo do lastro metálico sem conversibilidade; o BEUB e o Banco Nacional, antes da fusão, tinham autorização para emissões de 50 mil contos cada um. A autorização do BEUB para emissões sobre títulos públicos até 50 mil contos foi mantida no BREUB, compondo o total de modo que o acréscimo autorizado era de 350 mil contos. A propósito da radical mudança de opinião na direção da centralização da emissão, Rui diria que “variou convencido” e que “a pretensa liberdade bancária ainda não se sabe até hoje se constitui uma entidade científica e, na categoria das doutrinas mais duvidosas em economia política, vive entregue às disputas das escolas”. Sua inclinação para a pluralidade, no decreto de 17 de janeiro de 1890, era justificada porque “convinha dar às várias regiões do país arras dos sentimentos descentralizadores do governo.

Em 23 de novembro de 1891, quando Rui discursava no Senado, a oferta total de moeda crescera de 77,3% em relação ao valor observado acima para 30 de setembro de 1890, e de 148% relativamente a dezembro de 1889.⁵⁹

Estava a ação a fugir do controle dos seus ensaístas: era o **Encilhamento**. Neste ponto apenas reiteramos nosso foco no interesse pela prática, por parte dos banqueiros, da reserva bancária fracionária sobre o lastro ouro: começou no triplo com conversibilidade ainda com Ouro Preto, voltou no dobro, mas sem conversibilidade (era o curso forçado) entre alguns bancos emissores, para finalmente retornar ao triplo da base metálica sem conversibilidade quando da recentralização emissora no BREUB. Parece ser essa prática de um interesse central para os banqueiros, aparentando ser sua execução mais atraente do que a emissão lastreada em títulos da dívida pública sem alavancagem: na base 1:1.

Também concluímos essa recapitulação lembrando que ampliando a oferta de moeda, a política econômica teve efeitos sobre o custo do crédito, o aumento dos meios de pagamento reverberaram na taxa de juros, ampliando aplicações em ativos reais, logo estimulou investimentos produtivos reais na indústria. Segundo Suzigan: “Os dados indicam a ocorrência de um pico o investimento industrial durante o Encilhamento: as exportações de maquinaria industrial para o Brasil aumentaram cerca de 30% em 1890 e mais de 70% em 1891!”.⁶⁰

Talvez a maior contribuição dessa crise de modernização alcunhada de **Encilhamento** tenha sido a experiência de monetização de nossa dívida pública como solução monetária. Aqui voltamos a destacar neste estudo a inovação barbosiana de uma monetização da dívida pública com rendimento de juros regressivos até zero em cinco anos. Tal moeda, então ensaiada, nos parece ser claramente inspirada no dólar

⁵⁹ FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler; p.27, 28.

⁶⁰ SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. Ed. Hucitec 2000, p.50,51

“greenback” emitido por Lincoln. Assim como a ideia de bancos nacionais também nos EUA se inspiraram. A curiosidade de tal iniciativa, bem como sua inspiração na história monetária norte-americana merecer ser aqui posta em destaque mais uma vez. Sobretudo pela flagrante falta dessa comparação na literatura especializada por nós encontrada: o exemplo norte-americano nas ações dos instauradores da República brasileira nesta modernização monetária parece ser ignorado na maior parte na literatura sobre o assunto. Contudo, essa moeda que visava diminuir a dívida pública brasileira teve vida de curta duração. Continuando o Brasil com a moeda fiduciária convencional e o mítico padrão-ouro sempre presente em nossos homens públicos como um eterno desafio a ser alcançado.

O padrão ouro foi perseguido como uma miragem pelo Império: a crise do **Encilhamento** tem sua origem gestada no Gabinete Ouro Preto, mas ocorreu potencializada sob a República. Da miragem do padrão ouro ao imperativo histórico da moeda fiduciária no Brasil. Do Império à República.

2.3 *Funding Loan* de 1898. A Disputa da Moeda: reação metalista

Essa inibição mental para captar a realidade de um ponto de vista crítico-científico é particularmente óbvia no que diz respeito aos problemas monetários. A razão disto deriva de que na Europa não se fez, durante o século XIX, nenhum esforço sério para elaborar uma teoria monetária fora do esquema do padrão metálico. O político brasileiro, com a formação de economista, estava preso por uma série de preconceitos doutrinários em matéria monetária, que eram as regras do padrão-ouro. Na moeda que circulava no Brasil via-se apenas o aspecto “patológico”, ou seja, sua inconversibilidade. [...] Ao historiador das ideias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo que ocorre no país: a inconversibilidade, os *déficits*, as emissões de papel moeda. Essa “anormalidade” secular não chega, entretanto de constituir objeto de estudo sistemático. Com efeito, não se faz nenhum esforço sério para compreender tal anormalidade, que em ultima instância era a realidade dentro da qual se vivia. Todos os esforços se gastavam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme esforço de mimetismo – que derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade – se estenderá pelos três primeiros decênios do século XX.⁶¹

Usamos de Celso Furtado na abertura deste capítulo por vermos nesta bela e elegante síntese o que era a ação econômica real sobre moeda do Brasil de então em conflito com a ideologia dominante sobre o tema. Entre o que se aspirava e o que se fazia neste campo existiam conflitos e convergências. Porém, diante do aumento de importância do instrumento “moeda” naquele período a tensão concentrada sobre o tema carrega muitas informações. Diante da demanda crescente por moeda no espaço interno e da necessidade de acesso ao mercado de capital externo naquele mundo do padrão-ouro havia estruturas objetivas determinantes nas escolhas monetárias, além de mimetismos culturais. Seguindo com Celso Furtado, que teorizou sobre o *deslocamento do eixo dinâmico* da economia brasileira de uma economia agrário exportadora para uma economia internalizada urbano-industrial, que ocorreria a partir dos anos de 1930, vemos na Primeira República uma moeda que expressa o conflito de operar durante tal transição.

No estudo do que aqui chamamos pêndulo econômico, teremos como resultado da crise do **Encilhamento** um recrudescimento ideológico dos defensores do

⁶¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Cia Editora Nacional, 1959, p.160

metalismo. Contudo, por mais que no discurso de uma opinião pública ilustrada da época as vantagens metalistas fossem lembradas desde o *crash* carioca de 1891, as vicissitudes da instauração da República e da própria economia real, independente de regime, mantiveram o governo emitindo moeda diante de novos e inescapáveis desafios: Revolta da Armada (1893), guerra Federalista no sul no país (1895), guerra de Canudos (1897/98), assim como uma crescente pressão por meio circulante numa sociedade que ampliava sua base assalariada e uma República que modernizava estruturas governamentais. Na prática a teoria era outra.

Recapitulando nosso objeto de estudo, vemos que quando houve uma constante valorização cambial na década de 1880, o reclame geral era por liberalização do meio circulante; quando isso ocorre no início da República, os problemas resultantes dessa expansão monetária foram recebidos com um fortalecimento do discurso metalista, apesar de que, na prática, a primeira década republicana segue inflacionária enquanto precisou e isso lhe foi possível: até 1898. É nesse ano que temos uma virada metalista, quando a jovem República chegava ao limite da insolvência internacional. Só então teremos uma guinada metalista com renegociação da dívida do país com a casa londrina Rothschild, que nos aliviava a situação internacional, mas nos obrigava a uma política interna deflacionista com retirada de meio circulante e pondo a alfândega carioca como garantia desta renegociação (lembremos que os impostos de importação eram a maior fonte de arrecadação do governo então): era o *Funding Loan* de 1898.

A queda do valor das exportações refletiu nas importações, atingindo a receita do Tesouro, aprofundando o *deficit* do orçamento de 1897. O governo Prudente de Moraes (1894-1898) levantou novos empréstimos externos e fez emissões para financiar-se, o que agravou a crise no ano seguinte. Seguindo o preço do café em baixa, viu-se o governo desprovido de divisas para saldar as dívidas; a solução seria o primeiro *Funding Loan*, ou empréstimo consolidado: a conversão de obrigações de curto prazo em obrigações de maior prazo e condições especiais de pagamento.

Com essa moratória negociada em 1898, os juros de todos os empréstimos externos e garantias de juros devidos pelo governo seriam pagos em três anos, e o empréstimo de 8,6 milhões de libras esterlinas seria amortizado em 63 anos, a partir de 1911. O governo federal dava em garantia, em hipoteca, primeiramente as rendas da Alfândega do Rio de Janeiro e, necessitando, as de outras Alfândegas do país.

O governo também se comprometia a retirar de circulação o papel-moeda equivalente àquele empréstimo ao câmbio de 18d, obrigação para a valorização do meio

circulante, objeto de muitos críticos do movimento, então chamado de “baixa do câmbio”.

Apesar de a negociação para esse acordo ter sido feita ainda no governo Prudente de Moraes, o grande executor foi o presidente Campos Salles (1898-1902), que seguiu as obrigações assumidas em Londres com a casa Rothschild de forma literal. Mesmo porque Campos Salles, já eleito, mas antes de assumir, foi quem pessoalmente foi a Londres negociar o *funding*. O saneamento deflacionista, com incineração de numerário, foi sua marca governamental, tendo para tanto a figura, que será por nós estudada, de seu implacável ministro da Fazenda, o liberal Joaquim Murinho. Campos Salles foi o primeiro chefe de estado brasileiro a ir negociar diretamente nossa dívida externa.

Esse governo, capitaneado por Campos Salles e Joaquim Murinho, executou uma política econômica subordinada ao serviço da dívida externa, focada no saneamento público, chamada por eles de “ressurgimento econômico”, política que se fez com redução da base monetária, cortes orçamentários, aumento de impostos e restabelecimento da quota-ouro nas tarifas alfandegárias. Tudo para reverter o quadro emissor e valorizar o câmbio.

Mostrava-se esse Estado em modernização um agente econômico com poder de intervenção, particularmente efetivo nas relações entre credores e devedores. Esse Estado aumentava as possibilidades de extração do excedente social em benefício de determinado grupo. Usando para tanto um discurso universalista (saneamento das contas públicas), conseguia ele, nesse momento de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista na periferia do sistema, organizar-se em torno da pauta do “grande capital”.

Era o momento da “reação metalista” aos dias da eufórica inflação papelista do começo da República, com Joaquim Murinho incinerando papel-moeda. As consequências do rigor dogmático dessa política geraram frutos recessivos até 1905, tendo aquele inicial despontar industrial (de que nos falou Suzigan) sofrido uma forte retração. De forma geral podemos afirmar que no quadro intelectual deixávamos a linha pró norte-americana (país então muito mais forte que o Brasil, mas que naquele exato momento adotava as maiores tarifas protecionistas do mundo⁶²), adotada por Rui Barbosa, para nos fecharmos na matriz britânica: o governo opôs-se radicalmente a

⁶² BEAUD, Michel. História do Capitalismo: de 1500 até Nossos Dias. Ed. Brasiliense. p.198.

qualquer medida que pudesse proteger o produto industrial nacional, tendo por resultado falências e queda da atividade econômica, além de importação de certos produtos pagáveis devido à relativa valorização cambial. Classes comerciais interessadas e o já citado “grande capital” foram os beneficiados, junto com os capitais externos.

Certamente a pauta metalista ainda carregava naquela aurora republicana brasileira todo um peso histórico e intelectual de profundas raízes em nossos condutores políticos. Tanto o padrão-ouro quanto a centralização bancária estavam no centro dos projetos conservadores por todo o Império. Tendo sido a pedra angular do chamado projeto Saquarema dos conservadores do II Império. Todo esse passado metalista pesava e contava em nosso quadro político. Sendo o próprio Estado brasileiro contaminado por tal visão. Ter papéis brasileiros cotados em libra era fundamental para o financiamento do Estado. Além de grupos de funcionários públicos influentes serem historicamente defensores de uma moeda valorizada em defesa de seu poder de compra. Tais grupos eram presentes e influentes no cenário político carioca de então. Logo, tal tentativa de reversão metalista advinda com o governo Campos Salles encontrava uma representativa e forte aceitação interna. Com grupos influentes reconhecendo o padrão-ouro como funcional internamente ao Brasil.

Finalmente aqui entraremos num estudo sobre os grupos de sustentação desse nosso pêndulo econômico: para além do debate teórico-ideológico entre papelistas e metalistas, tentaremos rastrear grupos de interesse por trás de cada política, já no período republicano.

2.4 Interesses regionais e interesses setoriais lastreando políticas econômicas.

Uma análise já clássica do problema nos diz que os cafeicultores de então tinham interesse na desvalorização cambial, pois isso aumentava seu recebimento em moeda nacional.⁶³ Contudo, um estudo mais acurado nos mostra essa postura dos cafeicultores apenas mais a frente, a partir do fim dos anos 1890, já com a crise dos preços internacionais do café. No começo da década de 1890 os cafeicultores surgem mais como criaturas do que com criadores da política econômica papelistas: do alto de belos preços internacionais em 1890, os cafeicultores seguem plantando e ainda encontram uma política monetária que inflava seus dividendos em moeda nacional. Diante disso as lavouras crescem procurando aumentar lucros, e quando esses novos pés de café passam a explodir a produção (1896) é justamente (e também por causa desse aumento de pés) quando os preços do café entram em declínio no plano internacional. O crônico apelo baixista no câmbio de parte dos cafeicultores surge mais como fuga de prejuízos do que como ânsia de lucros. O *Funding Loan* foi um interregno nisso. Pois na República, com as melhoras nos meios de comunicação, fazendeiros de café e usineiros de açúcar podiam ver e serem vistos com mais força no campo da autoridade monetária: a política emissionista de papel-moeda beneficiava essas classes ao transferir a pequena margem de riqueza dos que têm remuneração fixa aos que pagam serviço; o câmbio baixava, aumentava o lucro dos exportadores que pagavam mais aos agricultores. Esse quadro marcou a República até Vargas, com essa figura central na primeira República, o fazendeiro, defendendo o quadro de câmbio baixo. Contudo já defendemos que aquele primeiro salto papalista da República teve esses fazendeiros pró baixa do câmbio mais como criaturas que provaram do remédio baixista na primeira década republicana e gostaram. Seus gritos far-se-ão ouvir após 1906, sendo o período iniciado com o *Funding Loan* de 1898 um momento de “abstinência baixista” desses fazendeiros.

Tal abstinência será aqui entendida como a política de Salles/Murtinho, calcada em grupos de interesse. Quais? Neste ponto faz-se mister notar a clássica interpretação da primeira República como um edifício organizado sobre oligarquias regionais que disputavam e dividiam o poder nacional entre si.⁶⁴ Em tal esquema, temos as lutas políticas do período como lutas entre os diversos interesses das diversas oligarquias regionais, que seriam superadas através de costuras políticas como a

⁶³ Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 1959.

⁶⁴ Fausto, Boris. *Expansão do Café e Política Cafeeira*.

“política dos governadores”. Numa crítica a essa tradição historiográfica temos a análise de Renato M. Perissinotto que questiona essa regionalização excessiva dos interesses. Diz ele “o termo ‘oligarquia regional’ traz em si dois problemas que obscurecem a análise dos chamados conflitos regionais na Primeira República: a ocultação de divergências e a ocultação de semelhanças.”⁶⁵ Segue ele:

nas análises sobre a economia agroexportadora, isto é, sobre o estado de São Paulo, o primeiro problema aparece frequentemente sob o termo “burguesia cafeeira”. Tanto este como o termo “oligarquia regional”(ou, no caso, “oligarquia paulista”) ocultam as divergências(...) no interior da economia exportadora. Todas as classes e frações de classes dominantes, as relações entre elas, as divergências e conflitos são colocados sob um mesmo termo generalizador que os obscurece. (...) Tal concepção, a das oligarquias regionais, em suma, impede-nos de analisar as relações de subordinação que existem entre as diversas frações da classe dominante, seja na economia agroexportadora ou naquelas voltada para o mercado interno; remete-nos à região com um todo, obscurecendo a relação entre as partes ou, melhor dizendo, obscurecendo a própria existência das partes.⁶⁶

Encontramos, neste trecho, duas ideias deste autor que iremos agora trabalhar:

a) numa mesma estrutura econômica temos frações de classes distintas, gerando conflitos intra-setoriais; b) a distinção entre economias exportadoras e economias voltadas ao mercado interno.

Para a questão regional, a segunda distinção é mais evidente e começaremos por ela: estariam então as diversas economias regionalizadas do país agrupadas, grosso modo, em dois setores, o setor com produção voltada ao mercado externo, com São Paulo com seu complexo cafeeiro como vanguarda; e o setor de produção voltada ao mercado interno, sendo o Rio Grande do Sul a vanguarda desse outro setor. Nesse esquema, o Rio Grande do Sul trabalharia politicamente em benefício dos interesses dos produtores do mercado interno e São Paulo para os interesses exportadores.

Contudo, esse esquema lógico encontra algumas sérias dificuldades quando confrontado com a história. Basta seguir os agentes políticos por trás das duas principais políticas econômicas da primeira década republicana: o **Encilhamento** e o *Funding Loan*. Pois por mais que o esquema lógico furtadiano da “socialização das perdas” em função da depreciação cambial em favor da cafeicultura exportadora possa dar lugar à ideia de serem os cafeicultores os arquitetos dessa política, claro está que a ação

⁶⁵ Perissinotto, Renato M.. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*, pg 203.

⁶⁶ Idem. Pg 204.

ministerial de Rui Barbosa estava escorada no meio comercial e bancário carioca. Dito de outra forma:

contrariamente ao que se poderia supor, a participação dos paulistas foi extremamente discreta no campo da política econômica durante os dois primeiros anos do novo regime, como colocou Luis Antonio Tannuri, em sua análise do período do Encilhamento: ... os horizontes da política econômica continuavam ainda a se configurar na realidade fluminense... as frações de classe que se faziam ouvir preponderantemente ainda eram, sob a República, o capital comercial e bancário do Rio.⁶⁷

Voltamos ao ponto já defendido de ser o crônico apelo baixista no câmbio, por parte dos cafeicultores, mais criatura do que criador dessa política num primeiro momento. Mais ainda: serão políticos paulistas os executores da política metalista centrada no *Funding Loan*, de Prudente de Moraes e Bernardino de Campos. Passando por Campos Salles até Rodrigues Alves, todos foram paulistas e governaram contra os interesses “baixistas” da lavoura cafeeira. Retomando o movimento pendular entre metalistas e papelistas, esses governantes estavam comprometidos com o saneamento financeiro do Estado em detrimento da liquidez da economia nacional e do desenvolvimento da lavoura e indústria: postura tipicamente metalista.

Tinham esses governantes em relação aos reclames crescentes dos cafeicultores uma visão por vezes liberal darwinista: a excessiva produção criada pelo câmbio depreciado deveria ser revertida com a quebra em massa dos inaptos. O grande representante dessa visão será por nós aqui estudado de perto mais a frente: Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda de Campos Salles. Mas contra essa visão logo iriam surgir novas posições defensoras de um Estado ativo no comércio internacional, já conectados com a percepção em gestação de que a era do *laissez-faire* estava superada, enquanto o capitalismo entrava na sua fase monopolista: esses brasileiros serão os defensores de políticas de valorização do café e outros produtos, e entrarão em cena no princípio do século XX. Dito de outra forma:

enquanto a problemática do setor cafeeiro era diagnosticada por um lado como crise de super produção, a ser resolvida pela ação das forças do mercado e, por outro, como consequência da manipulação dos intermediários, passível de ser enfrentada pela intervenção estatal. O confronto entre estes pontos de vista daria o eixo das grandes polêmicas que se iniciariam na virada do século.⁶⁸

⁶⁷ Kugelmas, Eduardo. *Moeda, Café e Poder na Primeira Republica*. Pg 263.

⁶⁸ Idem. Pg 267.

Nessa encruzilhada vemos, como na espiral de Vico⁶⁹, o pêndulo da disputa metalistas versus papelistas mudar qualitativamente, porém com suas ideias de base seguindo com novas roupagens.

Retomemos as questões sobre complexo econômico e oligarquias regionais: a) numa mesma estrutura econômica temos frações de classes distintas e subordinadas, gerando conflitos intra-setoriais; b) a distinção entre economias exportadoras e economias voltadas ao mercado interno, dentro do mosaico econômico brasileiro.

A distinção apontada em b é bem clara e nos parece correta. Contudo, como responder ao fato de três governos sucessivos da República serem presididos por paulistas e agirem contra os interesses exportadores dos cafeicultores? A resposta nos parece estar encerrada na afirmativa a, que vê “frações de classes distintas e subordinadas” “numa mesma estrutura econômica”.

Os interesses cafeicultores não podem ser homogeneizados entre grandes e pequenos produtores, entre os desprovidos de crédito e os capitalizados a ponto de, por mais que ainda e também sejam cafeicultores, têm interesses em grandes investimentos diversificados e, por vezes, calculados em moeda estrangeira. Tal distinção foi lançada por Flavio Saes ao separar o grande capital cafeeiro do médio e pequeno. Ou:

segundo a interpretação de Flavio Saes, estes confrontos só são inteligíveis à luz da clivagem entre o grande capital cafeeiro, que circula nas diversas órbitas do complexo e está presente nas ferrovias, nos bancos, e na intermediação comercial e financeira e o pequeno e médio capital, circunscrito à lavoura propriamente dita. Encarando a problemática do café e do conjunto da política econômica de forma mais sofisticada e abrangente, o grande capital tenderia a favorecer uma posição liberal e uma política econômica ortodoxa. Por outro lado, enquanto fazendeiros, tinham capacidade de auto-financiamento, não dependendo de precário sistema de crédito existente, objeto de continuas queixas e lamentações⁷⁰

Esses reclames que vinham dos produtores circunscritos ao pequeno e médio capital cafeeiro. Ou ainda:

A postura da “lavoura” quanto ao câmbio a distingue claramente (...): favorável, em princípio, à moeda nacional desvalorizada (câmbio baixo) raramente consegue levar seu diagnóstico além do elemento especulativo. As flutuações do câmbio (a exemplo das do preço do café) seriam fruto da ação

⁶⁹ Vico, Giambattista. *Ciência Nova*. Lisboa Ed: Fundação Calouste Gulbekian, 2005.

⁷⁰ Kugelmas, Eduardo. *Moeda, Café e Poder na Primeira Republica*. Pg 268.

de especuladores. É certo, o argumento da especulação como fonte de crises também aparecia em análises de outros grupos; mas aparece quase sempre como acusação a algum agente específico. (...) Entretanto, parece certo que os “grupos cafeicultores urbanos” (comércio, finanças, transporte) tendiam tanto a preferir o câmbio alto (em desacordo com a “lavoura”) como a ter uma visão mais geral dos mecanismos econômicos situados por trás das flutuações cambiais. O câmbio alto seria preferido dada a ampla necessidade de importados (caso das estradas de ferro) ou a importância de certa estabilidade cambial (no caso de financiamento para cálculo dos juros ativos); e a visão mais geral talvez se justifique por sua maior proximidade do mercado cambial. Como compradores e vendedores constantes de cambiais, podiam perceber como exportação, importação e fluxo de capitais determinavam, na essência, o movimento da taxa de câmbio. A especulação poderia apenas acentuar certas tendências.⁷¹

Eis aqui a explicação mais cabível para a dissonância política dos governos Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves (três paulistas), diante da grande massa dos cafeicultores: a diferença entre grande capital cafeeiro, por eles defendido, médio capital e pequeno capital cafeeiro, origem dos reclames da lavoura.

Reconhecemos numa política deflacionista a concentração de crédito num grupo já capitalizado, enquanto a consequente escassez dele asfixiava os simples produtores, o que tendia a concentrar ainda mais a produção, com a expulsão dos pequenos produtores. Logo, entende-se como três presidentes paulistas seguidos trabalharam pelo saneamento do Estado estando contrários aos pequenos e médios produtores de café, mas escorados no chamado grande capital cafeeiro. Que como todo grande capital, nunca está baseado numa só raiz.

Aqui cabe um pequeno comentário sobre o contexto histórico do surgimento de três presidências seguidas de “republicanos históricos” paulistas. Pois o mais curioso desse processo de saneamento econômico do estado levado a cabo por Campos Salles foi o contexto político em que surgiu, colocando os civis paulistas em comparação com visão econômica dos militares. Pois se a República surge de um golpe militar, ela se consolida num processo de apoio popular centrado no que então era chamado de jacobinismo⁷², durante as crises do governo de Floriano (1891-1894). Foi durante tal governo liderado por este que entrou para a História como o “Marechal de Ferro” que a República se consolida. Consolidação esta organizada em clubes jacobinos com

⁷¹ SAES, Flávio Azevedo Marques. Revista Brasileira de História, 2 set/1981. *Estado e Sociedade na Primeira República: a Questão Monetária e Cambial Durante a Crise Cafeeira (1896-1906)*. p. 254

⁷² Penna, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República*. RJ. Ed Sette Letras, 1997.

publicações e comícios que fervilharam no Rio de Janeiro no governo de Floriano Peixoto. Uma vez que:

“A defesa da República empolga a população, especialmente a da capital, mas não apenas esta: se a proclamação do regime republicano foi assistida por um povo “bestializado”, na conhecida expressão da época, sua consolidação, ao invés, contará com a participação popular: o povo se engajou na defesa da República, integrando batalhões republicanos, participando de comícios e manifestações.”⁷³

Era o momento de ação popular por uma República que, por vários caminhos, ao fim entrou para a História como oligárquica. Enquanto que em Canudos, na revolta da vacina e em outras explosões populares, o messianismo e uma desconfiança popular contra as elites muitas vezes assumiram uma forma anti-republicana, durante a presidência de Floriano temos uma autêntica ação popular pró República centrada na capital federal. Era o jacobinismo ou o que Lincoln Penna chamou de “florianismo de rua”. Pois a República estava em perigo (Revolta da Armada) e houve respaldo popular para sua salvação. Lincoln Penna destaca este “florianismo das ruas”, que ocorreu concomitante ao que o mesmo autor chamou de “florianismo de gabinete”, que tinha sua expressão do Congresso.

A promessa modernizadora que a República representava agitava as classes urbanas civis e militares. Esse jacobinismo tinha lastro filosófico no positivismo e uma sincera crença na ciência.

“Não parece possível compreender o período sem levar em conta a obsessão modernizadora dos diferentes movimentos influenciados pelo positivismo e pelo cientificismo”.⁷⁴

Contudo, neste ponto, destacaremos como este grupo vislumbrava uma modernização econômica/ monetária. Espremidos entre Deodoro com Rui Barbosa e Campos Salles com Joaquim Murinho. Quais foram as propostas e contribuições para a modernizações desse grupo, importante, centrado na figura de Floriano?

Economicamente este grupo afinava-se com as propostas econômicas ortodoxas praticadas finalmente por Murinho. Tinha um discurso moralizador na economia cujo repertório era todo retirado da mais tradicional literatura econômica. Os positivistas eram aferrados defensores da ortodoxia econômica. Além de ter o governo de Floriano

⁷³ *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Ana Luiza Backes; Ed. Da Câmara dos Deputados, Brasília-2006. p. 106

⁷⁴ Idem p. 99

uma divergência interna com o de Deodoro, ligado a Rui Barbosa e sua política econômica. Logo, o florianismo na seara econômica foi marcado por um discurso saneador e moralista contra os excessos identificados com o *Encilhamento*. Havia desacordo político entre o grupo florianista e os republicanos paulistas quanto a forma de conduzir o processo republicano. Porém em economia tendiam para uma direção parecida, apesar das divergências políticas de então soarem dominantes. Citando Lincoln Penna:

Dois foram os modelos que coexistiram conflitivamente com vistas ao progresso. Ambos centrados no pressuposto de que este objetivo passava pela reforma da ordem e, portanto, do poder público. Um destes modelos concebia que, pela via da legalidade constitucional, a República atingiria os propósitos para responder afirmativamente os imperativos do progresso. O outro apelava para o princípio da legitimidade. Sem descartar os preceitos legais, entendiam que acima destes estava a própria sobrevivência das instituições republicanas, diante da ação subversiva de seus inimigos. A estes dois modelos vão se filiar civis e militares, históricos evolucionistas e radicais auto-proclamado jacobinos.⁷⁵

Era, segundo Lincoln Penna, dentro do campo republicano o antagonismo político entre “legalidade” VS “legitimidade”. Tal antagonismo deu-se na seara política, representados pela distância entre republicanismo de uniforme de Floriano e o republicanismo legalista dos paulistas como Prudente de Moraes e Campos Salles. Contudo em economia tinham muito mais pontos em comum do que divergências.

⁷⁵ Penna, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República*. RJ. Ed Sette Letras, 1997. P 14

2.5 3º MOMENTO REPUBLICANO: O INTERVENCIONISMO NO MERCADO DE CAFÉ OU CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Em 1886, havia mais ou menos cento e quarenta e um milhões de pés de café no planalto ocidental de São Paulo. Em 1896, o número disparou para trezentos e oitenta e seis milhões de pés⁷⁶.

Nosso período de estudo coincide com o que Delfim Netto chama de terceiro ciclo do mercado cafeeiro sem a intervenção estatal (1886-1906).⁷⁷

Já adiantamos a reação à ortodoxia liberal iniciada em 1898: depois do governo Salles seguiu-se o de Rodrigues Alves (1902/1906), igualmente afinado com os ditames liberais. A melhora do preço internacional do café permitiu ao governo que, apesar do prosseguimento da política ortodoxa, a economia não fosse asfixiada. Quando, em 1906, no planalto paulista a floração dos cafezais anunciava uma “safra monstro”, o pragmatismo econômico cresceria rápido, lastreado na classe de cafeicultores. Foi então que esse grupo, já punido por oito anos de câmbio relativamente alto, temeu uma situação com prejuízos mortais. Foi esse momento que incorporou o termo “valorização” ao vocábulo internacional, assim como desencadeou uma série de negociações complexas e inter-relacionadas, envolvendo políticos, burocratas, comerciantes e banqueiros de três continentes.

Mas tal plano tinha suas origens gestadas em oitos anos de políticas deflacionistas. Em 1895, a Câmara dos Deputados encarregou uma comissão interna para estudar a proposta de um monopólio federal das exportações do café. Nada resultou desse plano, mas, a partir de 1899 até 1906, a cada sessão legislativa, pelo menos um projeto de lei era proposto para ajudar a situação do café. 1902, Quintino Bocaiuva, então Presidente do estado do Rio de Janeiro, propôs que os principais estados produtores fixassem, por lei, um preço mínimo do café. Em 1903, Siciliano propôs um plano de valorização.

Já nascia uma consciência bem crítica diante do discurso liberal darwinista típico dos anos de Murtinho na pasta da Fazenda: os cafeicultores médios percebem a intensa concentração dos comerciantes internacionais e o quanto perdem para eles que, via estocagem e transportes, controlam os preços. A concentração do comércio em poucas mãos é notável. As setenta e uma companhias listadas controlavam 99,2 por

⁷⁶ Holloway, Thomas H. « *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café.* »

⁷⁷ Netto, Delfim. *O Problema do Café no Brasil.* p.21.

cento de todas as exportações de Santos. As vinte maiores exportavam 87,3 %; as dez maiores, 70,6%; e as cinco maiores 52,7%. Nada menos de 18,5% de toda a exportação desse período foi feita pela maior de todas: a Theodor Wille & Co de Hamburgo. Dezenove firmas brasileiras juntas controlavam somente 6,6% de toda a exportação santista⁷⁸.

Chega-se a uma situação em que o discurso liberal não resiste à história: o país detentor do monopólio de produção do café no período era refém dos oligopólios estrangeiros de comercialização e estocagem.

Assim sendo, o então presidente do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, solicita a Augusto Ramos pesquisas sobre nossa margem de barganha como produtores e o risco de possíveis competidores internacionais para o café. A resposta: não havia razão para temer a competição dos demais países americanos produtores. O relatório de Ramos foi um fator importante para convencer Jorge Tibiriçá, presidente de São Paulo, e Albuquerque Lins, secretário estadual da Fazenda, de que a valorização era de fato praticável.

Chegamos a uma hipótese aqui defendida: ser esse o momento da tomada de consciência dos cafeicultores de seu virtual monopólio enquanto produtores ao mesmo tempo que reconhecem os oligopólios comerciais internacionais em que estão presos.

Diante da “safra-monstro” de 1906, os estados produtores (SP, RJ e MG) deliberaram sobre o que fazer. Cândido Rodrigues (deputado) traçou o plano. Os três estados produtores interviriam conjuntamente no mercado e comprariam o excesso da produção a um preço lucrativo. À diferença do plano de Alexandre Siciliano, de 1903, era que no lugar de consórcios privados respaldados pelo governo seria o próprio governo que encabeçaria a operação.

A primeira consideração era a principal: a financeira. Os estados teriam que conseguir uma grande quantidade de capital. Através do cálculo do preço que deveria ser pago e do excesso que deveria ser retirado do mercado, os planejadores decidiram que necessitavam de doze a quinze milhões de libras esterlinas. Entraram em negociação com o *Brasilianische Bank für Deutschland* de Hamburgo, que demonstrou interesse no projeto, mas exigia que o governo federal fosse fiador do empréstimo. Em fins de 1905, houve um encontro entre os líderes paulistas, Rodrigues Alves e o futuro presidente-eleito Afonso Pena, para melhor explorar a questão do respaldo federal. Não conseguiram chegar a nenhuma conclusão e o banco retirou sua oferta.⁷⁹

⁷⁸ Holloway, Thomas H. « *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café.* »

⁷⁹ Holloway, Thomas H. « *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café.* ».Cap.III.

Dada a fraqueza e desarticulação de nosso sistema bancário de então, diante da safra-monstro de 1906/07, tinha-se “colocado o problema entre duas limitações: 1 a obrigação do governo de atender aos reclamos da lavoura e 2 esse auxílio não deveria perturbar a estabilidade monetária, ficava claro que existia somente uma solução: o empréstimo interno ou externo.”⁸⁰

Jorge Tibiriçá, presidente do estado de São Paulo, convidou Nilo Peçanha, presidente do estado do Rio de Janeiro e Francisco Sales, de Minas, para um encontro em 25 de fevereiro de 1906 em Taubaté. (...) Eram 22h, quando teve início, a portas fechadas, a sessão oficial. O convênio foi assinado às duas horas da manhã do dia 26 de fevereiro. Tornaram-se públicos os detalhes da valorização, permitindo um debate aberto e melhor fundamentado da questão. Constituiu um apelo oficial dos estados para que o governo federal participasse do programa. E pedia ao governo federal que tomasse uma atitude para estabilizar a taxa cambial do mil réis.⁸¹

Ressaltamos mais essa mudança qualitativa num período em que ainda não existia banco central: a necessidade de não deixar a taxa de câmbio livre ao “mercado”, sob pena de sacrificar toda a realidade produtiva e, sobretudo, o plano que visava salvar um produto chave da pauta produtiva brasileira. Temos nesse ponto a cláusula mais controversa do convênio, a de que o governo federal estabeleceria uma caixa de conversão que fixasse a taxa cambial do mil réis. O controle do câmbio para os formuladores do plano de valorização do café mostrava-se vital para calcular a quantia necessária de empréstimo para compra do excesso de café a um preço mínimo: os cafeicultores combatiam a valorização cambial.

A importância atribuída ao convênio de Taubaté por observadores mais recentes, não é justificada. De fato, o acordo nunca teve força de lei, as medidas por ele planejadas nunca foram tomadas e o projeto não foi executado. Se os paulistas não tivessem fracassado na tentativa de obter empréstimos no estrangeiro, talvez não tivessem convocado a reunião. O plano que foi realmente posto em prática tinha poucas semelhanças com o plano original⁸².

O termo valorização é errôneo: o que os paulistas na verdade conseguiram foi evitar uma desvalorização, conseguida que foi por uma nova geração de políticos que

⁸⁰ Netto, Delfim. « O Problema do Café no Brasil. » pg 61

⁸¹ Holloway, Thomas H. « *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café.* » Cap.III.

⁸² Holloway, Thomas H. « *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café.* » p.61.

expressavam o que defendemos aqui como uma mudança qualitativa na postura de parte da elite dirigente diante da consciência nacional, como produtores numa economia mundial que se oligopolizava em todas as frentes.

Em 1906 temos um *turning point* de consciência das possibilidades e limitações de sermos produtores quase monopolistas de café, estando submetidos ao monopólio estrangeiro da estocagem e comercialização desse produto. O que vemos em 1906 no Brasil pode ser defendido como o primeiro acordo internacional num capitalismo que se oligopolizava mundialmente entre uma elite interna e oligopólio externo numa “associação dependente”, lucrativa para ambos os lados. Ou ainda:

A solução final para o problema monetário e cambial vem junto com o Convênio de Taubaté, por meio da Caixa de Conversão. Embora formulada em conjunto com a política de valorização do café, a Caixa de Conversão podia conciliar os aspectos críticos da questão monetária e cambial: por um lado, manter uma taxa cambial estável e relativamente valorizada; e, por outro, ampliar o meio circulante, via emissão lastreada da Caixa de Conversão (lastro de divisas estrangeiras equivalentes a metal), com evidentes reflexos positivos sobre a disponibilidade de crédito em geral. Se agregarmos a isso a manutenção de preços do café em níveis elevados, percebemos que a “lavoura” podia ser satisfeita mesmo sem o atendimento de suas propostas específicas. Ao mesmo tempo, os “setores cafeeiros urbanos” conseguiam um câmbio relativamente alto e estável.⁸³

Partindo da política do governo Campos Salles, profundamente marcada pelo empréstimo de consolidação da dívida ou o *Funding Loan* de 1898, vemos como uma fração da elite paulista e brasileira partirá dessa política liberal em direção a uma política de perfil mais intervencionista, como a defendida oito anos depois no chamado Convênio de Taubaté (1906). Mas vemos neste ponto de intervenção no mercado de café e certo controle no câmbio via Caixa de Conversão (mesmo que esse controle fosse discreto e bem ligado ao automatismo do “Mercado” pelas entradas de divisas e exportações de nossa pauta produtiva) um momento de equilíbrio entre a busca de expansão de numerário e ânsia de estar no padrão-ouro. Decidimos chamar esse nosso “terceiro momento econômico” republicano de 1906 de um “metalismo possível”.

Estava esse movimento recortado por uma ânsia de modernização advinda desde a República, mas agora se ajustando a observação de um novo momento econômico global: em plena consolidação do café como produto soberano de nossa pauta de exportação, a agenda econômica da jovem República balança da prática liberal

⁸³ SAES, Flávio Azevedo Marques. Revista Brasileira de História, 2 set/1981. *Estado e Sociedade na Primeira República: a Questão Monetária e Cambial Durante a Crise Cafeeira (1896-1906)*.p. 255.

de forte influência ideológica inglesa (bem como de influência objetiva da casa Rothschild sobre a economia brasileira), então sob o ministério de Joaquim Murinho durante o governo Campos Salles, em direção a uma agenda modernizadora pragmática, mais afeita a algum intervencionismo para a produção, em contraponto ao intervencionismo para valorização cambial (praticado por Salles/Murinho). Ao mesmo tempo que utiliza da inovação, vinda da Argentina, da Caixa de Conversão como meio de alcançar este equilíbrio entre ampliação de numerário e uma certa valorização dessa moeda, que podendo ser emitida conforme aja cambiais no Brasil, mantinha sua conexão cambial no Mundo do padrão-ouro de então: era o “metalismo possível”.

Encontramos nesse movimento uma elaboração maior de nossa classe dirigente de então em sua forma de fazer política econômica: de uma postura ideológica ligada a modelos, partimos para uma ação que articulava intervenções público-privadas mediando considerações sobre o câmbio, estoques, impostos divididos, em meio a uma pulverização de prejuízos articulados.

Ousamos reconhecer neste momento da história econômica brasileira uma movimentação pragmática de nossa classe dirigente para se distanciar do estado de mimetismo mental frente aos dogmatismos econômicos eurocêtricos de que nos disse Furtado ao fim do capítulo 27 de “Formação Econômica do Brasil”, citado aqui no início do capítulo 2.3. Diante da crescente pressão econômica vivida pela tendência ao desequilíbrio externo da economia brasileira em monetização num regime internacional de padrão-ouro. Sofrendo ainda os impactos de ser uma economia com o eixo dinâmico no setor exportador, desenvolvendo seu sistema de trabalho assalariado frente todas as dificuldades que tal desafio acarretava em adequar-se num sistema monetário internacional do padrão ouro. Reconhecemos neste momento em 1906 a expressão original de uma moeda que representa uma economia em deslocamento do eixo dinâmico de simples economia exportadora para uma mais internalizada: que aqui chamamos de metalismo possível.

A hipótese aqui aventada é de termos nesse movimento em torno do chamado Convênio de Taubaté o despertar nacional de uma fração da classe dirigente para uma forma econômica de usar o Estado moderno que foi vital para os países centrais saírem da crise sistêmica do fim do século XIX, a saber: a articulação oligopolista entre empresas e Estados defendendo preços lucrativos. Tendo a crise no centro do sistema se alongado de 1873 até 1896, o que temos aqui como hipótese é que o Brasil alcançará tal

lógica entre parte de sua elite dirigente dez anos após o fim da crise no centro (1906), nesse momento crucial para defender este produto do qual tínhamos um verdadeiro monopólio: o café. Porém tínhamos o monopólio de sua produção, mas não de sua distribuição ou estocagem, o que tornava ainda mais perigoso e audacioso o movimento de valorização ali pretendido.

Enxergamos aqui a mudança pendular de uma elite que vinha da política econômica de Salles-Murtinho, para uma esquina histórica que a empurrou ao pragmatismo para defender posições de interesses frente essa nova “fase superior do capitalismo”⁸⁴ que emanava do centro.

Percebemos de forma contextualizada a dinâmica geral pela qual passava o capitalismo em seu processo de consolidação da segunda revolução industrial, com seu corolário de maciços investimentos em larga escala na produção, sendo a corrida imperialista, com a partilha da África pelo Congresso de Berlim (1885), o pano de fundo planetário inescapável para pensarmos o Brasil de então. Tanto quanto em 1898, quando o governo sacrifica qualquer política produtiva em nome do crédito internacional e da segurança de nossa soberania num período imperialista com risco de intervenção estrangeira, com possibilidade de perda de rendas de alfândegas (caso da Venezuela em 1903), quanto em 1906, quando essa mesma elite já se sente confiante para jogar como parceira subordinada do quadro econômico monopolista, tal contexto mundial nos é vital. Assim como o quadro, que hoje vemos como de transição de ciclo sistêmico entre Inglaterra e EUA, compunha o fundo de tal situação. O crescimento dos EUA e da Alemanha como consumidores e parceiros comerciais do complexo cafeeiro abriam o diminuto leque de opções que um país periférico e dependente como Brasil de então tinha para fazer política econômica internacional. Lembremos que a primeira negociação para a valorização do café foi feita com um banco alemão. O que nos mostra que a Inglaterra não era mais a única potência financeira a nosso alcance. Pelo caso do café podemos já ver nos bancos alemães, americanos e ingleses (que depois entraram) se exporem numa situação que nos parece de concorrência oligopólica naqueles anos que, não por acaso, antecede a primeira grande guerra.

O que torna essa mudança de atitude ainda mais audaciosa e consciente na ação monetária e no manuseio fiscal, até quando ela transforma seu discurso, em busca de

⁸⁴ Lenin, Vladimir. “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo.”

argumentos para uma política de valorização do café e de um câmbio mais competitivo e, sobretudo, controlado em suas oscilações (Caixa de Conversões).

Tal mudança de perspectiva se lastreia nas consequências danosas para produtores da valorização cambial, mas também para a percepção das ações de trustes que abaixam o preço do café ao produtor, porém jamais abaixam o preço ao consumidor. Queriam, alguns brasileiros, maior participação como produtores no lucro total do café, que era centrado nas casas estrangeiras.

Em suma, uma visão mais crítica e conectada com modernas práticas de cartelização do período pelo mundo afora mudam o discurso e a postura de parte importante da elite política, sob pressão interna dos pequenos produtores, que eram no quadro produtivo do complexo cafeeiro os mais sacrificados. Vemos como marco dessa transformação a ação política em torno do chamado Convenio de Taubaté, com sua ambicionada política de valorização do café, que pelo menos impediu a desvalorização e introduziu a Caixa de Conversão.

Neste ponto cabe uma digressão sobre a pressão das empresas com capital estrangeiro no começo da República. O capital estrangeiro penetra na economia brasileira através dos empréstimos externos e de empresas de serviços públicos: sua presença em obras modernizadoras da época, bem como seu interesse numa moeda brasileira valorizada. A maior parte das empresas operadoras de concessões públicas, cujos capitais vêm de diversas atividades, são baseadas em garantias de juros sobre capital, sendo tal cláusula fundamental para a atração de capitais e empresas estrangeiras, interessadas em aplicações financeiras. Nesse ponto tal garantia para as concessões públicas nos remete para o crônico problema dos *deficits* públicos, surgidos também por conta desse esquema de garantia dos juros por parte do governo, que cobria os *deficits* com emissões simples ou lastreadas em empréstimos internacionais.

Como escreveu Celso Furtado os empréstimos governamentais são contraídos pelo governo com o principal fito de “defender o câmbio”, assim “o aumento da importância relativa do serviço da dívida pública na despesa pública tornou mais e mais difícil ao governo financiar seus gastos com receitas correntes nas etapas de depressão.”⁸⁵ Furtado ainda destaca o importante papel que esse capital entranhado em serviços públicos tem em pressões políticas contra depreciações cambiais.

⁸⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Cia Ed Nacional, p.159, 160.

Dentro desse complexo cafeeiro, o capital investido em serviços públicos de larga escala, notadamente ferrovias, tende a defender o câmbio valorizado, enquanto os que são simplesmente cafeicultores defendem a desvalorização cambial que lhes aumenta a quantidade de moeda interna gerando transferência de renda para esse grupo. Diante desse dilema monetário, o Brasil republicano inclinou-se inicialmente para a trilha emissionista, tendo em 1898 vivido uma guinada oposta. Contudo, é apenas em 1906, com a Caixa de Conversão e uma política de “valorização do café” (melhor seria dizer: política de combate à desvalorização desse produto) que a primeira República alcança o equilíbrio, em um esquema oriundo de experiências com certo voluntarismo histórico e mesmo audácia, mas depois tendo o que foi posto em prática com submissão da estrutura produtiva brasileira a internacionalização financeira. É com a penetração do capital estrangeiro e o respaldo de bancos internacionais que um plano de intervenção no mercado de café se concretiza, com distribuição e estocagem desse produto sendo usada para contornar as oscilações negativas do preço. Pois tal plano partiu de brasileiros para acabar ser aceito e executado, de forma adaptada, por banqueiros internacionais.

Graças ao papel do capital estrangeiro a valorização ocorre justamente como saída de um quadro em que as desvalorizações estão limitadas. E só é executada com a aquisição de mais financiamento externo. Como frisou Sergio Silva:

o desenvolvimento capitalista, assegurado pela valorização, é acompanhado por uma participação mais direta do capital estrangeiro. A partir da valorização, a realização da mais valia torna-se praticamente impossível sem o financiamento dos bancos estrangeiros. É nessa época que o capital estrangeiro se torna dominante ao nível da comercialização do café e as filiais dos bancos estrangeiros desenvolvem-se mais rapidamente.⁸⁶

Em suma, como interesses de classe e análise de conjuntura da economia se entrecruzam para recriar o discurso de parte da elite brasileira, retirando-a de uma leitura liberal para uma chave que já se mostrava crítica e interessada em estruturas monopolísticas que, justamente, dominavam cada vez mais o horizonte da economia mundial, incluindo cada vez mais o espaço produtivo brasileiro. Parece mesmo que até para a lucratividade de um complexo cafeeiro bastante internacionalizado um planejamento com direito a presença estatal já se mostrava necessário.

⁸⁶ SILVA, Sergio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. Ed. Nacional, 1986. p. 61,62.

Através do racha do Partido Republicano paulista, vemos o quanto essa questão estava presente, dividindo republicanos históricos como Campos Salles e Rodrigues Alves, de um lado, e Prudente de Moraes de outro. Tal racha da elite paulista, e depois seu “Congraçamento”, parece-nos ser o ponto de mutação de uma elite originalmente liberal, partindo para outra postura politicamente consciente de estruturas monopolistas na organização da economia mundial, quando isso está no horizonte de seus interesses.

O Convênio de Taubaté foi uma encruzilhada para mudança de atitude, quando parte dessa elite resolveu colocar na ponta do lápis perdas e ganhos e chegou o momento em que mostrou não ser mais tão interessante para uma grande parte da elite brasileira, ou de frações dela, a política econômica vinda do *Funding Loan*. Ou, dito de outra forma, quando parte dessa elite constatou que podia ir além de:

A valorização da taxa de câmbio tinha sobre a economia cafeeira um duplo efeito: de um lado, reduzia os preços internos do café, mas, de outro, diminuía, os custos dos elementos importados componentes dos salários, contribuindo para rebaixá-los⁸⁷.

Quando o lado negativo de tal política se sobrepôs ao positivo, os grupos interessados não tiveram medo de mudar de opinião.

Para parte importante da elite, ali estava o limite das políticas econômicas vindas dos paulistas Campos Salles e Rodrigues Alves. Tais governantes promoveram

“a estruturação do Estado em detrimento da crise de preços pelo qual passava o café, já que, na verdade, o grande capital cafeeiro tinha totais condições de resistir à crise por meio do achatamento dos salários e pelo próprio rendimento das outras atividades do complexo cafeeiro”⁸⁸.

Enfim, até Taubaté e o racha do Partido Republicano paulista, o corte do financiamento externo seria muito pior do que vinha sendo a crise dos preços do café para o grande capital cafeeiro⁸⁹ centrado em São Paulo.

Neste ponto temos que ressaltar novamente que os interesses cafeicultores não podem ser homogêneos entre grandes e pequenos produtores, entre os desprovidos de crédito e os capitalizados já que, por mais que ainda e também sejam cafeicultores, têm interesses em grandes investimentos diversificados e, por vezes, calculados em moeda estrangeira. Tal distinção foi lançada por Flavio Saes ao separar o grande capital

⁸⁷ J. M. Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. 10ª edição. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998, p. 144-45

⁸⁸ Silva, Sergio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. Ed. ALFA-OMEGA

⁸⁹ Saes, Flavio. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista, 1850-1930*. Instituto de Pesquisas econômicas, 1986.

cafeeiro do médio e do pequeno ou dos produtores circunscritos ao pequeno e médio capital cafeeiro.

Logo, vemos aqui o Convênio de Taubaté e toda a polêmica parlamentar, entre Estados e na imprensa, em torno de uma política de valorização do café, com seus rachas e subsequentes congraçamentos como um ponto de mutação de parte de nossa elite econômica e política. Assim pretendemos enxergar mais fundo e desvendar os caminhos dessa mudança parcial de estrada por parte da elite ligada ao complexo cafeeiro, bem como a percepção, por parte interessada da sociedade brasileira, da economia mundial cada vez mais em direção aos trustes e cartéis.

Um último ponto sobre as consequências dos planos de “valorização” do café surgidos a partir de 1906 com relação à indústria. Graças à legislação coibindo novos cafezais e o alcance dessas políticas em manter bons preços do café houve uma acumulação de capitais nos grupos cafeicultores que se viram impedidos de reinvestirem em cafezais seus lucros. O que favoreceu a indústria paulista.

Sobre essa relação café e indústria usaremos agora a contribuição sobre o assunto de Jacob Gorender.

Nos últimos vinte anos do século passado, a cafeicultura paulista atravessou um período de auge. Com o extraordinário afluxo de trabalhadores imigrantes, ampliou-se rapidamente o mercado regional. Assim é que uns tantos fazendeiros aplicaram parte de seus excedentes líquidos na montagem de fábricas. Em numerosos casos, porém, o capital inicial para a indústria veio do comércio. Às vezes, também os bancos adiantavam empréstimos para iniciativas industriais, como se deu com Francisco Matarazzo, cujo investimento num moinho foi apoiado por um banco inglês.

Mas

De um modo geral, os bancos preferiam transacionar com os fazendeiros de café, uma vez que este era, então, o negócio mais seguro.” “Por isso mesmo o grosso dos excedentes líquidos gerados pela cafeicultura e concentrado pelos os bancos ou pelos comerciantes foi reaplicado na expansão da própria cafeicultura. Entre 1880 e 1902, o número de cafeeiros em produção no Estado de São Paulo passou de 105 milhões a 685 milhões, com um aumento de 577 milhões de pés de café, ou seja, um acréscimo de 550%. Esta é, portanto, uma fase em que a cafeicultura paulista, apesar do auge de sua prosperidade, forneceu capitais à indústria em escala moderada.

Contudo, ao iniciar-se o século XX, caem as cotações internacionais de café e o volume das safras paulistas configura uma situação de perigosa superprodução. A solução encontrada consistiu no plano de valorização adotado pelos Estados cafeeiros no Convênio de Taubaté, em 1906: uma parcela das safras será estocada e retida, com fim de sustentar os preços. Ao

mesmo tempo, criou-se um imposto sobre os novos cafeeiros, o que contribuiu para inibir o plantio. Em 1917, aplicou-se o segundo plano de valorização. Tais medidas foram coroadas de êxito. Entre 1902 e 1921, a quantidade de cafeeiros paulistas em produção só aumentou em 20%(...) Considerando as condições internacionais satisfatórias, verifica-se, portanto, que a cafeicultura paulista gerou vultosos excedentes líquidos cuja maior parte, ao invés de reaplicar na própria expansão, *desviou, por meio dos bancos, para o financiamento da indústria*. Nas circunstâncias da época, os investimentos industriais em capital fixo não eram grandes, nem exigiam prolongada maturação. Os industriais careciam com maior premência de crédito para capital de giro (despesas com matérias-primas e salários), o que o sistema bancário existente se mostrou capaz de atender, cumprindo o papel de mecanismo de transmissão entre acumulação originária de capital na cafeicultura e a acumulação propriamente capitalista na indústria.

Em 1919(...) o Estado de São Paulo já representava 33,1% da produção industrial nacional, em contraste 22,4% da Capital Federal e 6,1% do Estado do Rio de Janeiro (o que dava a região fluminense um cômputo total de 28,5%). Daí em diante, a concentração industrial só fez se acentuar em São Paulo, na medida em que a reprodução ampliada do seu capital era impulsionada pelos mecanismos das economias externas, das economias em escala e dos fatores multiplicadores. Em 1939, a produção da indústria paulista já representava 45,4% da produção industrial brasileira. Tal participação sobe para 47,9% em 1949, para 55,6% em 1959, e sobe para 56,1% em 1969.”⁹⁰

Logo, vemos nessa ação política do Convênio de Taubaté uma consequência inesperada para a diversificação produtiva e fortalecimento da formação de capital industrial. Temos nessa elucidativa passagem um resumo do que nos interessa neste ponto relacionando café e indústria. Explicando a concentração industrial em SP através do café, mas sem idealizar o fazendeiro paulista: as condições sistêmicas envolvidas nos planos de valorização(que taxavam e coíbiavam novos cafezais) ajuda a explicar o escoamento da acumulação originária do café para a indústria. Sendo tal processo realizado pelo sistema bancário. Devendo-se este processo a estas condições históricas muito mais do que a algum “espírito capitalista” dos cafeicultores paulistas.

⁹⁰ GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. Ed. Brasiliense. 1981. Pg. 36

2.6 Relação entre Dívida Externa e Moeda Nacional

Diante da discussão cambial centrada no caso do Encilhamento fervilha um debate candente do período: o que determinava a variação cambial? Adiantamos concordar com o exposto por Rui Barbosa: o balanço de pagamentos de um país é mais importante para a questão cambial do que o volume de emissão interna. Sendo a balança de pagamentos ainda mais determinante do que a balança comercial: esta seria secundária, ou estaria embutida nos cálculos do balanço de pagamentos, para determinar o câmbio. Logo, a entrada de capitais, diretamente relacionada ao endividamento externo, tem ao longo do século XIX uma clara importância para pensarmos que moeda existia então.

Encontramos no desenrolar do século XIX uma problemática emissora no Brasil que seguirá presente no momento do qual nos ocupamos: arcar com compromissos internacionais e estimular a circulação interna.

Entre percalços, o Brasil consegue contrariar interesses britânicos, como na não renovação de tratados de comércio, ainda na primeira metade do XIX, assim como a reforma tarifária de Alves Branco (1844), que visava angariar mais recursos para a receita do governo. No âmbito das débeis finanças do período, a concentração de poder nas mãos do Estado não impediu que surgissem, conforme a necessidade de liquidez da economia, vários tipos de moedas e vales, não oficiais, geralmente aceitos pelo público. Maria Barbara Levy refere-se a essas “moedas de crédito privado”, estudando o sistema bancário brasileiro entre 1834-1860⁹¹.

Em 1853 Itaborahy aplica medidas monetárias restritivas. Em 1857, Souza Franco concedia direito de emissão a bancos privados. Seguimos assim num movimento pendular entre sanear situações deficitárias e também alcançar maior liquidez para o sistema de comércio e produção.

Ao longo de todo o século XIX, o governo teve estreitas condições de angariar impostos, por conta da estrutura de sua economia, assim sendo o recurso ao capital externo foi a saída utilizada para suprir as deficiências de capital.

O historiador econômico Mircea Buescu destaca o fato de que, mesmo nas muitas oportunidades em que o Império utilizou o financiamento externo britânico para cobrir déficits orçamentários, ele o fez consciente de que, se

⁹¹ LEVY, Maria Barbara e ANDRADA, Ana Maria Ribeiro. Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860. Estudos Econômicos 15.p. 21.

não fosse a entrada de capitais externos, teria que contrair empréstimos internos, o que significaria carrear para o governo montantes que não mais seriam empregados em atividades produtivas⁹².

Em outras palavras o Estado nacional reconhecia a insuficiência da base tributária como uma realidade crônica do Brasil: não poderia e não deveria o Estado drenar recursos da sociedade carente de créditos, na opinião dos executores públicos de então. Logo, o Estado recorria ao crédito externo como uma saída lógica. Quando da negociação do *Funding Loan* de 1898, o Brasil já tinha tomado vinte empréstimos externos, sendo que as piores condições de financiamento externo ocorreram nos anos 1829, 1839, 1865 e 1893. E as melhores em 1875 (contratos assinados a 95%) e 1888 (a 97%).

Como já foi comentado anteriormente, esse bom ambiente econômico ainda estará presente em 1889, quando Ouro Preto consegue um grande financiamento que irá permitir a reconversão das dívidas de 1865, 1871, 1875 e 1886. Assim, o que o Brasil devia ainda, relativamente a esses contratos, foi transformado em um novo empréstimo no valor de 19.837.000 libras. Essa era, então, do “tipo” 90% e foi ratificado por um segundo contrato em Londres, já depois da proclamação da República. Essa reconversão da dívida externa, como já assinalado anteriormente, fez-se com uma taxa de juros de 4% ao ano em vez da tradicional taxa de 5% das anteriores. O que demonstra que o Brasil estava numa boa situação creditícia no cenário financeiro mundial.⁹³

Neste momento analisaremos o empréstimo de consolidação da dívida externa brasileira negociado em 1898 na Inglaterra entre o então presidente eleito Manoel Ferraz de Campos Salles e os banqueiros Rothschild, a partir da indicação de Prudente de Moraes, presidente ainda em exercício.

Prudente de Moraes caminha para a conclusão de seu governo com o Brasil em uma precária situação financeira. O *deficit* do orçamento havia crescido muito, tanto em consequência das despesas militares quanto dos problemas cambiais. No começo de seu governo, seguindo a trilha do começo da República, em seus dois primeiros anos, ocorreu uma grande desvalorização cambial que, por um lado, favoreceu o setor exportador, na medida em que aumentou seus lucros, mas por outro, representou um acréscimo nos gastos governamentais em divisas estrangeiras. De 1892 a 1894 o

⁹² Palazzo, Carmem Licia. *Dívida Externa: a Negociação de 1898*, p.45.

⁹³ Idem. p. 58

Governo executou um programa deflacionário, mas já em 1894 foram realizadas novas emissões. Os gastos públicos aumentaram com a guerra no sul do país. E a partir de 1896, as safras de café passaram por um imenso aumento, quando os pés plantados no início da década, por conta dos bons preços de então, entraram em produção. O aumento da produção cafeeira nessa década é também consequência da política inflacionista, que inflava os pagamentos em moeda nacional de produtos exportados. Contudo, com o aumento das safras de café o preço caiu. Inicialmente, tal queda era compensada pelo aumento da produção, mas ainda no governo Prudente de Moraes esse aumento já não compensava a queda do preço, despencando assim a entrada de divisas e, por consequência, a capacidade de pagamento do Brasil.

Assim o próprio serviço da dívida tornava-se cada vez mais pesado. Os financiamentos aos capitais ingleses, aos quais o país recorria desde a Independência, avolumavam-se, ao ponto de a República, entre o final de 1897 e 1898, ter dificuldades para efetuar o pagamento de juros e amortizações. É nesse contexto no qual o presidente, em fim de governo, busca uma solução que o livrasse da insolvência.

Logo, tínhamos internamente uma situação limítrofe para Prudente de Moraes, que tinha pressa em escapar da insolvência, assim as ideias ortodoxas de Campos Salles, que procurava uma solução cujo principal objetivo era o saneamento das finanças, puderam ter um grande desenvolvimento prático a partir de então.

Havia ainda o perigo de intervenção militar, que já se fazia anunciar como método do imperialismo⁹⁴, reconhecendo o direito de credores intervirem militarmente sobre devedores inadimplentes. Tal risco aterrorizava os brios nacionais e aprofundava a necessidade de afirmar a jovem República com uma imagem de respeitabilidade e estabilidade. Externamente. Londres seguia então sendo a fonte para suprir a demanda de capital na América Latina, pois os EUA só se confirmam em posição financeira como credor internacional a partir de 1920; contudo, quando nos acercávamos dessa negociação, a crise argentina da Casa Baring ainda mantinha-se na memória e gerava sérias reações contrárias aos empréstimos para países latino-americanos, o que tendia a diminuir o poder de barganha do Brasil. Dessa forma, diante de tal situação, veremos como Campos Salles firmou um caminho para esse problema, apoiando-se no seu escolhido para ser o Ministério da Fazenda: Joaquim Murinho. Esse será então

⁹⁴ HOBBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. Forense Universitária. P.121.

conhecido como o implacável Ministro, cargo que ocupará por quase toda a presidência de Campos Salles (Murtinho deixa o cargo apenas alguns meses antes do fim do mandato de Salles, com o fito de se candidatar ao senado por Mato Grosso, o que conseguiu alcançar). Joaquim Murtinho ganhou essa imagem tanto de admiradores quanto de opositores, graças a fidelidade às suas ideias e princípios. Analisaremos o pensamento desse homem prático e seu impacto na história do Brasil. Contudo, antes ainda seguiremos na análise do contexto em que esses personagens executaram suas políticas, começando pelo quadro financeiro internacional, mais especificamente, o britânico.

Vinha a Europa, como já destacamos anteriormente, no final do século XIX, saindo de uma crise depressiva que havia durado de 1873 a 1896. É o que, por parte dos historiadores econômicos, ficou conhecido como fase B do segundo Kondratiev, e Hobsbawm chamou de o equivalente vitoriano ao que a quebra de 1929 em Nova Yorque foi para o século XX⁹⁵. Pois sigamos a situação britânica de então: os nossos credores internacionais.

As importações britânicas eram de produtos primários e a pauta da balança comercial correspondia à estrutura de um país industrializado. Mesmo a crescente concorrência alemã e norte-americana nas três últimas décadas do século XIX ainda não destronava a posição britânica, apesar de apontar já claramente nessa direção no campo industrial. A aposta britânica diante de sua perda relativa na posição de potência industrial veio na frente comercial e financeira: a financeirização da Grã-Bretanha, vindo ela a se especializar na exportação de capitais e serviços comerciais e financeiros, e justamente consolidada nesse período do fim do século XIX em que o Brasil encontrava-se, em 1898, em crise de liquidez. Podemos dizer que financiamentos e exportações correspondiam a um mesmo fenômeno, ainda mais se considerarmos que a Inglaterra vendia ao exterior principalmente equipamentos para estradas de ferro, máquinas-ferramentas e outros itens de capital, inúmeras vezes acompanhados pelos próprios empréstimos necessários à consecução das obras. O que demonstra que essa transição para uma fase “outonal” das potencia industriais maduras, de que nos fala Braudel e Arrighi, ocorre paulatinamente. Estando no momento em foco a especialização financeira britânica ligada aos produtos de sua indústria.

⁹⁵ HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*.

Encontramos no período 1856-1860, o saldo médio da balança comercial inglesa negativo, de 33,5 milhões de libras e, entre 1866-1870, também negativo, de 65 milhões. Porém, as rubricas “transportes marítimos”, “lucros, juros e dividendos” e “seguros, corretagens e comissões” foram todas positivas para ambos os períodos, compensando largamente o *deficit* comercial. Só em “lucros, juros e dividendos”, o saldo médio anual alcançado em 1856-1860 foi de +33,5 milhões e, em 1866-1870, de + 57 milhões.⁹⁶

O que afirmamos sobre a transição de potencia industrial à financeira vemos em Eichengreen, na sua análise dos ciclos na Grã-Bretanha, ressaltado o quanto os empréstimos britânicos estimularam a demanda externa por produtos ingleses.⁹⁷ Logo, a transição, descrita por G. Arrighi, de uma posição de primazia industrial para uma de primazia financeira naquele país se deu de forma complexa. Os investidores britânicos demonstravam maior interesse por aplicações em títulos de países com os quais a Inglaterra mantinha um relacionamento comercial de grande porte, tendo esse comércio preferencialmente impacto para a indústria britânica.

Comércio Exterior de Inglaterra (em milhões de libras): Tabela II

	Valor anual médio	Valor anual médio	Valor anual médio
	1830/59	1860/79	1889/99
Balança Comercial			
Exportações	70	220	250
Reexportações	12	55	65
Importações	90	260	420
Exportação como % do PNB	16	20	19

BROWN, Michael Barratt. *A Economia Política do Imperialismo*. Ed. Zahar, p. 94.

Vemos com relação aos investimentos britânicos no exterior certo consenso entre historiadores econômicos, ao estabelecer uma fase de apogeu em torno de 1860-1873, seguindo-se uma queda e depois uma retomada em 1880-1888. No decorrer de

⁹⁶ BEAUD, Michel, *Historia do Capitalismo: de 1500 até nossos dias*. Ed. Brasiliense. p. 163

⁹⁷ Eichengreen, Barry J. 1983p 145 a161.

1890, porém, ocorre nova diminuição nos fluxos de capitais e uma nova recuperação no final da década.⁹⁸

As razões para o crescimento e contração dos investimentos externos britânicos têm sido discutidas tendo vários autores relacionado tais movimentos com as próprias contrações cíclicas do século XIX, sendo então destacado o declínio dos lucros, internos, comuns às economias industriais avançadas, o que causaria uma busca dos capitais britânicos por aplicações lucrativas no exterior. Sendo a posição britânica virtualmente hegemônica nas finanças mundiais, esses capitais forçavam considerações políticas nessas decisões de onde investir, sendo as crises de insolvência pelas quais passaram diversos países tomadores de capital um fator dominante, pois pesava ainda a opinião pública europeia reagindo desfavoravelmente à tomada de títulos estrangeiros cada vez que ocorria uma crise nos países devedores.⁹⁹

Dentre o aumento de meados do século e o refluxo após 1873, vemos o movimento desses capitais seguirem o fluxo maior do capitalismo do período, sendo a retomada da década de 1880 um passo a frente entre duas retraídas. Pois, na década de 1890, volta um movimento de diminuição dos fluxos de capitais ingleses no exterior, sobretudo como consequência à suspensão dos pagamentos da Casa Baring, agente financeiro da Argentina, seguindo-se uma ameaça de pânico no setor de crédito, bem como uma nova depressão que se verificava, especialmente na Argentina, na Alemanha, nos EUA e na Austrália.

Tabela III

Distribuição geográfica dos investimentos britânicos no exterior					
	Europa	EUA	América Latina	Império Britânico	Outros
1870	25	27	11	34	3
Fonte: BEAUD, Michel. <i>Historia do Capitalismo de 1500 aos Nossos Dias</i> . Editora Brasiliense. 1987.p. 164					

Ou ainda.

⁹⁸ DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Ed. Zahar. p. 366.

⁹⁹ JOSLIN, David, 1963. *A Century of Banking in Latin America: to commemorate the centenary in 1962 of The Bank of London & South America Limited*. Oxford University Press.

Exportações de capital da Grã Bretanha			
Período	Império (%)	América Latina (%)	Total (%)
1860-70	36,0	10,5	46,5
1880-90	47,0	20,0	67,0
Fonte: HOBSEBAWM, E. J. <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo</i> . Ed. Forense Universitária, p. 137.			

Neste ponto reforçamos que a teoria econômica da época era unânime em considerar o endividamento externo como o caminho lógico para os países atrasados, e a exportação de capital, como o comportamento mais racional para os industrializados. É fundamental lembrar que no tempo em questão era considerado um razoável direito dos países que emprestavam capital o controle direto ou indireto exercido sobre aqueles governos que, porventura, estivessem colocando em risco as aplicações de bancos estrangeiros.

Existe uma importante literatura do século XIX defendendo essa dinâmica da lucratividade do capital por sobre as fronteiras nacionais. John Stuart Mill publicou, em 1848, *Principles of political Economy*. Nessa obra, chamou a atenção para a importância do fluxo de investimentos internacionais na busca de maiores lucros. Rudolf Kobatsch, referindo-se à expansão imperialista, criou o conceito de “internacionalização dos Estados atrasados.” É também típico desse século a pressão pela internacionalização dos grandes rios como Mississipi, Prata, Amazonas e Nilo. Lembremos que críticas ao imperialismo, e mesmo a criação desta palavra só virá na virada do século com os trabalhos de Hobson, Hilferding, Lenin e Rosa Luxemburgo.

Tínhamos na Grã-Bretanha o grande provedor de capitais, não apenas para o Brasil como para o mundo. Pois um dos períodos em que os investidores britânicos encontravam-se menos propensos a colocar seu capital no exterior estava justamente na década de 1890. Somemos a ameaça de intervenção de uma potência estrangeira em um país onde seu capital investido se encontrasse em risco como uma possibilidade aceita então pela mentalidade da época a corroborar a experiência dos métodos do imperialismo. Os defensores dessa política encontravam justificativas para a intervenção quando a situação financeira dos países atrasados estivesse à beira de algum colapso.

Esse era, portanto, em linhas gerais, o quadro da época em que o Brasil, já considerado devedor, chegava, em 1898, a uma situação quase de insolvência.

Podemos destacar como principal condicionante externa, na ocasião em que foi negociado o *Funding Loan*, o fato de ser a Grã-Bretanha a única supridora de capitais no volume que se fazia necessário para a demanda brasileira; e a Inglaterra ainda não havia retomado plenamente a expansão de seus investimentos no estrangeiro, em queda desde 1890. Internamente havia a condicionante do pânico ante o risco de alguma forma de intervenção, caso o governo brasileiro não apresentasse condições de continuar pagando sua dívida.

Pois é neste contexto histórico em que o Brasil está quando da negociação do *Funding Loan*, sendo exatamente por isso central a figura de Joaquim Murinho e o que ele significou naquele momento com suas ideias e decisões em economia. O rigor em seguir os ditames da ortodoxia por parte do governo foi da capital importância para o sucesso do plano. E Joaquim Murinho personificou tal compromisso.

Seguindo ainda a relação da situação da balança de pagamentos e a moeda nacional no período, a título de exemplo, reproduzimos uma tabela dessa balança que cobre uma parte do nosso período de estudo.

Tabela IV
Balanço de Pagamentos

	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Exportações	28552	26382	27136	30854	32007	30491	32586	28333	25883	25019	25545	33163
Importações	24002	24019	25565	26302	26215	27145	29212	27880	22990	23536	22563	21409
Saldo Comercial	4550	2363	1571	4552	5792	3346	3374	453	2893	1483	2982	11754
Navegação	429	476	533	502	465	486	517	532	492	467	429	429
Remessas de Lucro	-244	-639	-313	-363	-316	-323	-495	-415	-438	-441	-458	-494
Juros	-1414	-1963	-2044	-2014	-2352	-2400	-2482	-3020	-3019	-2222	-1638	-1779
Garantias juros	-971	-1004	-1012	-1045	-1134	-1124	-1218	-1272	-1326	-1380	-1434	-1488
Outros	-2869	-663	-693	-1234	-1946	-464	-1720	-1303	-710	-1153	-899	-707
Saldo de Serviços	-5070	-3792	-3530	-4153	-5282	-3825	-5397	-5477	-5001	-4728	-4000	-4039
Mercadorias/serviços	-520	-1429	-1959	399	510	-479	-2023	-5024	-2108	-3245	-1018	7715
Transferências	-332	-362	319	-433	-62	-410	-272	10	-224	-457	-1133	-1533
Conta Corrente	-852	-1791	-1636	-33	448	-89	-2295	-5014	-2332	-3703	-2151	6182
Investimento direto	6363	3698	1132	-141	-260	-72	222	2406	2388	3867	7833	7421
Empréstimos	24146	2161	0	3574	4747	1597	8677	4825	1982	3892	1731	1148
Amortizações	-1813	-372	-516	-596	-1634	-808	-1415	-2186	-1966	-1877	-1507	-1016

Saldo Conta Cap.	12377	5487	616	2837	2853	717	7484	5045	2404	5882	8056	7552
Erros e omissões	-8383	-4962	-1956	-5301	-3752	689	-4761	287	-205	168	-2118	-10545
Superávit/Déficit	11525	3696	-1023	2804	331	-172	5188	30	72	2180	5905	13735
Ouro	3323	-1340	-1829	-68	-253	103	1671	305	-28	768	1169	-261
Saldos do Governo	-182	73	-1342	-2591	-99	286	-1198	48	-297	257	-7	477
Saldos privados	1	1	191	161	-98	128	-46	-35	193	-99	-283	105
Total	3142	-1266	-2980	-2497	-450	517	427	318	-133	2347	3787	3190
A Década Republicana: o Brasil e a Economia Internacional- 1888/1900. G. Franco P.57												

Para voltar a focar na moeda ressaltamos a sincronia da situação dessa moeda com o conseguido junto à melhora da balança comercial brasileira a partir de 1886: a realização de bons empréstimos em Londres em 1889. O que teria sustentado a alta do câmbio do último gabinete imperial e sua queda nos anos 1890 durante uma deterioração das contas externas. Sendo determinante para a baixa do câmbio de 1891 a passagem do tempo a escoar os capitais recebidos no último empréstimo. E por mais que tal queda tenha sido vivida pelos contemporâneos como marcante, a apreciação finalmente vivida a partir do *Funding Loan*, talvez hoje nos pareça um tanto relativa.

Pois podemos ver que o programa ortodoxo de Murinho alcançava uma apreciação bem distante da velha meta metalista de paridade determinada por lei em 1846(27), ficando o câmbio ao redor de 14 *pence* por mil-réis nos anos sob o *funding scheme* (lembramos que a tão lastimada queda do câmbio de 1891 teve seu ponto mais baixo em 11 *pence* por mil-réis). E segue a polêmica se para essa estabilização cambial o que teria sido mais importante: a austeridade monetária ou a incrível retomada das exportações a partir de 1899, capitaneadas pela borracha. Podemos inferir que a melhora da balança de pagamentos e comercial foi o principal. Mas não sabemos até onde a apreciação cambial se deve à contração monetária ou a fatores associados ao balanço de pagamentos, como exportações de borracha e a retomada das entradas de capital. Como sempre há margem para a velha polêmica entre metalistas e papelistas: ou os que acreditavam numa teoria monetária da determinação da taxa de câmbio e os que explicavam o câmbio pelo balanço de pagamentos.

Aos homens do período coube mais destaque a teoria monetária da determinação da taxa de câmbio, tendo a Primeira República mais historiadores econômicos a defender tal tese. Homens como: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Carlos Inglês de Souza, J. Pandiá Calógeras e Ramalho Ortigão.

Uma bela exceção encontra-se em Vieira Souto¹⁰⁰ que publicou no jornal “O Correio da Manhã” uma série de artigos entre novembro e dezembro de 1901 e depois publicados sob o título de “O Último Relatório da Fazenda”. Ele era professor de economia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e foi crítico de Joaquim Murinho. Vieira Souto critica a equação de Murinho para determinar a taxa de câmbio e, sobretudo, os efeitos depressivos da retirada do meio circulante. Pois Souto enxerga nas contas relativas ao Balanço de Pagamentos o fator de determinação do câmbio. Para Souto “a taxa de câmbio é regida pela relação dos créditos e débitos recíprocos entre um país e as praças estrangeiras”¹⁰¹ Uma vez que o “papel-moeda não é causa fundamental e direta da variação do câmbio; é simplesmente uma circunstancia ou causa indireta ou secundária, que pode atuar ou deixa de atuar, e só atua prejudicialmente quando a situação dos créditos e débitos internacionais é desfavorável ao país.”¹⁰²

Vieira Souto defende que a valorização sob Campos Salles ocorreu graças as alterações de fluxo de capitais, via não pagamento da dívida externa e ingresso de capital, e não pela retirada de papel-moeda. Sendo tal medida duramente atacada por Souto que a considerava ineficaz e anti-econômica. Pois para ele o meio circulante não era excessivo. “Subtraindo à circulação as cédulas de papel-moeda, que são títulos de dívida, S. Ex enriquece o Tesouro que é o devedor, mas empobrece a credora, isto é, a circulação, representada pela lavoura, indústria e comércio, que não pode prescindir deste único instrumento de troca que possuímos, desse indispensável elemento de nossa atividade produtiva.”¹⁰³

Para Vieira Souto pouco importava o valor intrínseco de que era feito o dinheiro sendo sua função a de realizar trocas materiais demandadas pela realidade econômica. Pouco importando do que era feito a moeda. Tal concepção de moeda se aproxima da visão de nosso tempo, mas ainda era muito inovadora naquele Mundo do padrão ouro. Mas cabe notar como uma visão, que será dominante tempos depois, já se anunciava no Mundo intelectual brasileiro.

Entre as concepções de moedas e as realidades econômicas vividas no período estudado, o momento do Convenio de Taubaté foi possivelmente a mais interessante encruzilhada monetária. Pois, além da política de busca de valorização do café, tal

¹⁰⁰ SOUTO, Viera. *O Último Relatório da Fazenda*.

¹⁰¹ Idem pg 405.

¹⁰² Idem pg 416

¹⁰³ Idem pg 374

momento trouxe (da Argentina) a inovação da Caixa de Conversão que agia como estabilizador cambial. Melhorando a previsibilidade para os produtores e equilibrando interesses de expansão numerária interna com compromissos metalistas. Foi por isso aqui chamado de o “metalismo possível”. Além de ter tido o efeito colateral, já desenvolvido neste trabalho, de, impedindo a expansão dos cafezais paulistas e defendendo os preços, gerarem um fluxo de renda ao complexo cafeeiro paulista que não poderá ser reinvestido na lavoura cafeeira. Tal renda virará capital ao escorrer para investimentos industriais através do setor bancário. Estando o Convênio de Taubaté de 1906 na origem de uma alavancagem industrial paulista através do café organizado por lideranças que, já ousando incorporar medidas de cartelização de preços, defendeu o produto de quedas e, ao coibir a reinverção em cafezais, ajudou de forma decisiva a deslanchar a indústria paulista. Lembrando também que esta posição política-econômica em torno do Convênio destoa em muito do discurso liberal, em grande medida dominante. Defendemos que se a crise no centro do capitalismo iniciada em 1873 teve seu desfecho por volta de 1896 em grande parte através de trustes e cartéis, a crise do café desde meados dos anos de 1890 viveu uma superação de forma semelhante dez anos depois (em 1906). Com parte da elite brasileira buscando e conseguindo intervir na economia para salvar o “fluxo de renda nacional”. E, colateralmente, ainda ajudando na futura concentração industrial do estado de São Paulo.

As concepções de moedas e de políticas econômicas mais adequadas à realidade econômica de então podiam variar e serem alvo de disputa. Mas reiteramos aqui, concluindo, certos pontos de semelhança: o câmbio (tão apaixonadamente debatido) ficou ao redor de 14 *pence* por mil-réis nos anos sob o *funding scheme*. Nada tão distante dos 11 *pence* por mil-réis dos dias de baixa de 1891. Ficando a economia brasileira engatilhada num ponto de equilíbrio justamente a partir da inovação da Caixa de Conversão, que defendia a economia interna das variações agressivas do câmbio. Agindo como um antepassado de um Banco Central, este instrumento foi uma forma de alcançar um “metalismo possível” para o comércio internacional e ao mesmo tempo buscar uma expansão monetária interna para atender esse crescente eixo econômico que vai se desenvolver como um mercado interno. Tal equilíbrio foi exitoso e presenciou os anos, de crescimento econômico não inflacionário, que se seguiram desde pouco antes de 1906 até se encerrarem na grande guerra em 1914.

3 De Rui Barbosa a Joaquim Murtinho: visões econômicas sobre moeda e capital.

Neste capítulo analisaremos *O Papel e a Baixa do Câmbio*, discurso proferido por Rui Barbosa na sessão do Senado de 3 de novembro de 1891. E também os levantamentos e análises dos relatórios ministeriais de Joaquim Murtinho, extraídos da coletânea *Ideias Econômicas de Joaquim Murtinho*. Entre Rui Barbosa e Joaquim Murtinho buscaremos, nestes textos, rastrear as visões de ambos sobre moeda e os caminhos monetários para a formação de capital no Brasil republicano.

Para leitura da ação da política monetária como meio de formação de capital, numa análise comparativa entre essas duas famosas crises de nosso período de estudo no Brasil: o Encilhamento (1891-92) e a crise do café (1896-1906). Pois vemos nelas crises de crescimento tanto do setor financeiro quanto do produtivo em processos de busca de valorização de capital.

Tanto a gestão de Rui Barbosa foi marcada pela crise financeira do Encilhamento, como a gestão Murtinho foi marcada pela crise produtiva do café. Começamos com uma pequena comparação entre setor financeiro e o produtivo no nosso período em tela. Focando nossa mais importante produção então, o café, e a mais falada crise financeira de então, o Encilhamento, vemos certo deslocamento inicial. A crise do café seguiu ritmo próprio em relação ao momento do “Encilhamento”. Pois foi um resultado posterior do aumento de numerário do Encilhamento que aumentou investimentos na produção logo saturada da “indústria” cafeeira. Durante o encilhamento em si o café não viu crise alguma, sendo a crise deste produto, pelo aumento de sua produção, em parte, uma consequência retardatária da expansão monetária advinda do momento conhecido como Encilhamento. Há em ambas as crises a busca de valorização capitalista via ação monetária: seja expandindo numerário de caráter fiduciário com vistas ao incremento dos negócios com Rui Barbosa, seja no enxugamento do mesmo numerário já com Murtinho com o fito de concentrar a produção em indústrias e atividades consideradas competitivas.

Por momento centremos nosso olhar na primeira crise: a financeira. Para isso foquemos na defesa de Rui Barbosa de sua passagem pela Fazenda, frente aos ataques recebidos por conta da crise financeira do encilhamento.

Utilizaremos fontes diretas de nossos personagens escolhidos para investigação: Rui Barbosa e Joaquim Murinho. De Murinho usaremos como fonte três de seus relatórios ministeriais.

Mas começaremos com Rui Barbosa, tendo como fonte um histórico discurso proferido no Senado em sessão de 3 de novembro de 1891, em defesa de sua política monetária quando ministro da Fazenda. Tal discurso foi publicado com o nome de “O Papel e a Baixa do Câmbio.”¹⁰⁴ (Hoje quando a moeda brasileira se desvaloriza dizemos que o câmbio subiu: é preciso maior quantidade de moeda nacional para a compra de cambiais. No nosso período de estudo o mesmo fenômeno era adjetivado ao inverso: era a baixa do câmbio).

Na leitura destas fontes almejamos rastreamos nos dois personagens suas visões sobre como viam a política monetária mais adequada. Entre outras coisas, a formação de capital naquele contexto. Bem como buscar compreender o que entendiam como capital e moeda. Iniciamos com Rui Barbosa, que começa destacando aspectos políticos antes de entrar na análise propriamente econômica.

“Sob a crise financeira, que se pensa em resolver, insinua-se sutilmente a crise política de 15 de novembro, que a especulação procura prolongar.

A dinastia que a revolução descorou, valetudinária, incapaz, exausta, desprestigiada, liquida-se silenciosamente do outro lado do Atlântico. É elemento morto. A casa reinante, porém, nos últimos momentos de sua existência política, descera a uma triste condição de subalternidade, prefácio da sua eliminação iminente, e estava sendo apenas objeto de exploração às grandes ambições dos chefes de partido. Mas essas conveniências, que a revolução deslocou do poder, encarnaram-se em numerosa família de destronizados, que não se resignam. Elas envenenaram contra nós os preconceitos da opinião européia; elas retribuíram, com a ingratidão da calúnia, a clemência do governo revolucionário; elas procuram tisonar, com a obliquidade de consciência dos vesgos, as reputações republicanas; elas nutriram contra nosso crédito a guerra das novelas telegráficas; elas ainda agora, se delicias, aplaudindo à janela dos hotéis, quando a desordem criminosa passa pelas ruas.”¹⁰⁵

Rui Barbosa em sua defesa da República deixa claro que seu apego a esta forma de governo é de fato o único patriotismo possível então. Explicita que defendendo a República defende o federalismo, conquista central aos paulistas e gaúchos, colando a República à forma federativa. E o republicanismo, em suas palavras, ganha status de

¹⁰⁴ “O Papel e a baixa do Câmbio”. Um discurso histórico de Rui Barbosa. Ed. Rer, RJ, 2007.

¹⁰⁵ Idem p. 36

único patriotismo possível então pela alternativa que ele vê caso fracasse a República: o desmembramento do Brasil. “(...) no dia em que o governo provisório proclamou a forma federativa, no dia em que o Congresso Constituinte entregou aos estados o foral da sua autonomia, ficou estabelecido para sempre o dilema entre a República e o desmembramento.”¹⁰⁶ Para então entrar na defesa de sua área de ação no governo provisório. “E como as finanças são o nervo dos estados, é no terreno das finanças que, desde os primeiros meses da República, se abriu contra nós o fogo da reação.”

Defende Rui que os críticos da República contrapõem o que apontam como erros do regime republicano as finanças da monarquia por eles romantizada. “As influências cujo peso arrastou a realeza ao naufrágio propõem-se hoje a ensinar à República nascente a arte da salvação. Com a mais transcendente generosidade, os destruídos pela revolução vêm comunicar à revolução o segredo de não se destruir a si mesma!”

Tal inversão, inaceitável para Rui, apenas conseguiu respaldo em setores influentes por cinismo de uns e uma verdadeira amnésia de outros: “Somos um povo de amnésicos, uma raça de esquecidos.”¹⁰⁷

“O contágio perverso vai-se insinuando em aderências surpreendentes. (...) Uma parte da opinião republicana, pura, honesta, mas ingênua e desvairada como um bando de crianças, iludida pela irisação do disfarce transparente, senta-se descuidada aos joelhos da sedução, recantando docilmente a mesma solfa que lhe cantam. E, assim, da malícia de uns com a inocência de outros, da inexperiência destes, fascinada pela esperteza daqueles, se compõe esta situação inenarrável, em que os nossos inimigos são os curadores mais eloquentes dos nossos interesses, e como plano de salvação financeira se desenha a ruína do edifício levantado pela administração republicana, a ruína desse edifício de solidas esperanças, em glorificação póstuma dos sofismas sepultados no esboroamento da monarquia”

Rui defende-se: “Emissão, conversibilidade, câmbio, direitos em ouro, mobilização do lastro metálico, todos esses problemas de agora são os mesmos problemas de ontem, os mesmos do princípio de 1890. A história, pois, é que há de ser o nosso facho no labirinto deste julgamento, a história, o exame calmo das circunstâncias de então e das circunstâncias de hoje.”¹⁰⁸

E defende-se do que alega ser uma onda de ódio contra si ressaltando seu papel na obra de instauração de República. “O homem a quem coube a missão de desmontar o

¹⁰⁶ Idem p. 37

¹⁰⁷ Idem p. 37

¹⁰⁸ Idem p. 39

plano político das finanças da monarquia não podia esperar misericórdia do monarquismo revivescente.”¹⁰⁹

E explica:

“Senhores, eu não encontrei no ativo da administração, a que sucedia, senão isto:

_ O empréstimo interno de 100.000 contos, estatuído pelo decreto de 27 de agosto.

_ Os bancos de circulação metálica, projetados pelo regulamento de 6 de julho.

_ O resgate do papel-moeda, estipulado com o Banco Nacional no contrato de 2 de outubro.”¹¹⁰

Começa Rui atacando o primeiro ponto elencado, o que chamou de empréstimo interno, mais conhecido como “auxílios à lavoura”.

“Este (empréstimo) fornecia dezenas de milhares de contos sem juros, por prazos de que variavam de sete a 22 anos, a certos estabelecimentos bancários, obrigados, pelos ajustes com a Fazenda, a emprestarem à lavoura o duplo dessas quantias, a prazos de um a 15 anos, com o juro de 6%.”¹¹¹

Coloca Rui Barbosa que tais encargos eram brutalmente onerosos ao Tesouro sendo inócuos para o desenvolvimento agrícola. Pois “o desenvolvimento agrícola do país não vencia com isso o menor terreno.” Para na sequência explicar que logo que possível reviu tais contratos e tratou de “suspender, inovando os contratos celebrados com os bancos pelo meu antecessor (...) o resultado foi, para os cofres públicos, uma economia de 27.250 contos”.¹¹²

Em seguida, parte para análise do problema do resgate e conversão do papel-moeda. Começa fazendo um histórico de algumas leis monetárias do Brasil. Para concluir atacando as decisões do derradeiro gabinete monárquico neste assunto. Pois tal gabinete que alardeava a conversibilidade, descapitalizava o Tesouro em flagrante oposição a própria lei de conversão invocada pelos metalistas de então como meta. Pois:

“na disposição da lei de 1846, pela qual a autorização conferida ao governo se circunscreve às operações de crédito precisas, para elevar o valor do papel-moeda ao par, e nele conservá-lo. Ora, não se eleva o valor do papel do Estado comprometendo-lhe o crédito em novos e maiores gravames,

¹⁰⁹ Idem p. 41

¹¹⁰ Idem p. 42

¹¹¹ Idem p. 43

¹¹² Idem p. 44

como se dava com a operação de ajustada, em 1889, no contrato com o Banco Nacional. Esse contrato feria, pois, flagrantemente a lei de 1846, não revogada pela de 24 de novembro de 1888 em que ele se estribava, mandando converter títulos de uma dívida sem juros, como é o papel-moeda, em rendas de 2% de amortização e 4% de juros em ouro.”¹¹³

Questiona a própria correteza dessa transferência de funções para uma única instituição financeira. “O contrato de 2 de outubro, propondo-se a extinguir a circulação inconvertível do Tesouro, preparou simplesmente a circulação inconvertível do Banco Nacional.” Beneficiando um grupo privado em detrimento do Tesouro público.

“É o que irresistivelmente resulta da cláusula desse convênio, onde se ressalvara, para a emissão deste estabelecimento, o direito ao curso forçado, nos casos não só de guerra e revolução, como de *crise política e financeira*.”¹¹⁴

A linha da argumentação barbosiana segue no ataque à pretensa conversibilidade das notas desta instituição, diante das prerrogativas legais que carregava para garantir a legalidade do curso forçado quando necessário. Necessidade que, segundo nosso autor, era apenas questão de tempo para vir à tona, uma vez que tal conversibilidade era garantida apenas por um depósito metálico igual a terça parte de seu valor. Podendo lançar notas no triplo do que conservava em metal, entendia Rui que o curso forçado das notas desta instituição privada, ligada ao último gabinete imperial, seria inevitável.

Rui Barbosa defende a irresponsabilidade do pagamento em ouro num país com um histórico de câmbio tão volátil:

“E aqui está porque, nos decretos de 17 de janeiro e 7 de dezembro, não ousei estipular para iniciação da conversibilidade um prazo de paridade no câmbio inferior a doze meses. Enquanto o desenvolvimento da fortuna pública e a expansão das nossas forças produtoras nos não pudessem assegurar essa aturada fixidez nas taxas cambiais, parecia-me arriscado, e frustrâneo o anúncio de volta aos pagamentos em ouro.”

E já respondendo diretamente aos que acusavam sua expansão fiduciária de ser a causa da baixa do câmbio, nega a existência de abuso em sua política emissora:

“Não pertenco ao número dos que a respeito de circulação fiduciária, constituem a escola dos desabusados. Não creio na inocência dos excessos de papel. Não desconheço que suas intemperanças podem ser perniciosas no

¹¹³ Idem p. 46

¹¹⁴ Idem p. 46

mais alto grau. Nego apenas que os sintomas financeiros da atualidade indiquem um caso de supersecreção nas funções emissoras.”¹¹⁵

A crise causada pela especulação bursátil do período do Encilhamento nada tinha de intrínseco com a República ou com qualquer falha operacional do ministro da Fazenda de Deodoro. Tal crise foi intrínseca ao próprio capitalismo em modernização, que então permitia a liberdade dos negócios, enquanto o governo fazia política econômica basicamente com a moeda e impostos, sem bons dados empíricos e maiores informações. A capitalização de bancos pelo Tesouro nos “auxílios à lavoura” esteve na origem do aumento do valor das ações desses bancos e dos negócios que estes financiavam via a inovação financeira da bolsa carioca. Tal liberdade aos agentes privados naquele momento de expansão numerária gerou uma hipertrofia de dinheiro em alguns ramos com cada vez mais capacidade ociosa, enquanto áreas de estrangulamento seguiam carentes de numerário. Além de parcela desse dinheiro se concentrar na especulação (como foi tão alardeado então), sendo parte tanto para especulações com algum fundo produtivo, quanto para as fictícias. Contudo parte da expansão numerária de fato escoou para a produção.¹¹⁶

Contudo, fora nosso quadro nacional de pós Abolição e começo de República, crises como o Encilhamento foram recorrentes em outros países naquela década na Argentina, EUA e alhures.

Podemos destacar nesta polêmica que diante da dificuldade sistêmica então para fazer o dinheiro emitido lastrear produções necessárias, pois faltavam bancos de fomento direto, o desequilíbrio da sociedade para absorver tal expansão seria inevitável naquele ambiente de falta de instrumentos políticos e bancários.

Raymundo Faoro faz uma crítica direta a essa falta de coordenação entre política monetária e setor industrial:

“O Encilhamento (...) dá uma idéia dos resultados do liberalismo econômico sem apoio na indústria, corrompendo-se na especulação comercial, com as incorporações imoderadas de sociedades anônimas, de objetivos unicamente nominais, fictícias no fundo.”¹¹⁷

¹¹⁵ Idem p. 153

¹¹⁶ SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Ed. Hucitec, Ed. Unicamp. p.50.

¹¹⁷ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, 1º Ed. , Porto Alegre, Globo, 1958. p. 249

Talvez a medida política mais acessível naquele momento para minimizar os problemas subsequentes tivesse sido o prolongamento no tempo para os bancos de emissão lançarem o numerário excedente. Assim talvez a absorção de numerário pudesse ser mais bem alocada.

Com a palavra Rui:

“(...) o desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política. (...) A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regimen, que lhe trará o equilíbrio conveniente.” RB Obras completas, vol. XVIII, tomo III, p. 143.

Seguindo a argumentação barbosiana do discurso “O Papel e Baixa do Câmbio”, Rui, após elencar o histórico da paridade da moeda brasileira pela maior parte do século XIX(p.47-50), demonstrando a raridade dos meses em que o câmbio esteve em paridade com o estipulado. E finaliza dizendo que “a conclusão dessas cifras é inelutável. Em países onde a paridade no câmbio é efêmera e excepcionalíssima como aqui, dar à circulação conversível a extensão tripla de sua base é zombar da eterna credulidade do povo.”¹¹⁸

O centro da argumentação barbosiana passa por criticar o uso, por parte do derradeiro gabinete liberal, de argumentos em favor da “liberdade bancária” (algo que Rui Barbosa, um pouco a contragosto, defendeu quando chegou ao Ministério da Fazenda, preocupado em agradar ao espírito federalista dominante) para arrancar do Tesouro o monopólio da emissão de “curso forçado”, mas na prática depois recriar este monopólio sob o poder do Banco Nacional.

“Nas condições do Banco Nacional e do contrato que o favoreceu com a promessa explícita da inconvertibilidade para os casos abrangidos na definição amplíssima de “crise política ou financeira”, o sofisma da conversão anunciada é ainda mais óbvio. Como, dentre todos os bancos emissores, só um desfrutava os benefícios dessa promessa, a desigualdade instituída assim em seu favor o investia na posse de um monopólio inexpugnável.” “Que era, pois, da liberdade bancária, (...) ? Desaparecera. À sombra dos textos que pretendiam firmá-la se inaugurará de fato o monopólio da emissão.(...) a situação do nosso meio circulante ficava

¹¹⁸ “O Papel e a baixa do Câmbio”. Um discurso histórico de Rui Barbosa. Ed. Reler, RJ, 2007. p. 50

entregue ao Banco Nacional, constituído, para com ele, na posição de regulador exclusivo e soberano.”¹¹⁹

Por todo o texto, Rui Barbosa defende que as boas condições cambiais em que o moribundo império lançava sua aventura metalista eram passageiras. Estava então o Brasil calçado em ótimos preços internacionais de nossos produtos, com fluxo migratório significativo e, sobretudo, com empréstimo internacional recém feito em 1889. Tal bela situação, fatalmente, se esgotaria, levando a desnudar a insustentabilidade do bilhete nacional cambiável em ouro.

“Toda corrida, arrastaria, mais ou menos imediatamente, o curso forçado. E, como as corridas haviam de ser o resultado ordinário das baixas do câmbio, num país onde estas são quase perenes, claro está que não era a circulação metálica, mas a continuidade do papel inconvertível.” “Na essência, portanto, o que o contrato de 2 de outubro estipulou foi simplesmente isso: dar o monopólio da emissão ao Banco Nacional e transformar a emissão inconvertível do Tesouro na emissão inconvertível, muito mais vasta, deste estabelecimento.” “Aí tendes como, sob a aparência da monarquia constitucional, se exercia rasgadamente a ditadura dos ministros do rei.”¹²⁰

E ironiza a pretensão a circulação metálica dos dias finais da monarquia, visto que passado o efeito dos empréstimos externos a baixa do câmbio obrigou ao fim da circulação metálica.

“Com a baixa do câmbio, a circulação metálica desfez-se como bolha de sabão. Teria tido, para a alta do câmbio antes da revolução, alguma influência a expectativa da regeneração do meio circulante por obra do Banco Nacional? Teria tido, para a sua baixa, alguma influência a queda da monarquia? Nem uma nem outra hipótese se podem sustentar.”

“Esperar a regeneração do meio circulante pela circulação metálica num país de câmbio mudável como o tempo nos climas tropicais é cair num círculo ocioso. Essa mutabilidade do câmbio, essa sua depressão habitual denunciam a insuficiência dos recursos ordinários do país na liquidação de suas contas com os mercados do exterior. Não é, portanto, a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto; é, pelo contrário, a estabilidade do câmbio ao par, efeito de prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação convertível.”¹²¹

Pois esse segue sendo o nó e eixo da argumentação barbosiana, vendo nos saldos positivos da economia real o caminho para a melhora da valorização monetária. Contudo, sem deixar de vislumbrar o metalismo no horizonte. E acusa seus detratores de desconhecimento:

¹¹⁹ Idem p. 50

¹²⁰ Idem p. 51

¹²¹ Idem p. 59

“ Os metalistas invertem os termos do problema, e por isso suas criações não passam de castelos de cartas. Os saldos a favor do país, nas liquidações internacionais, geram o câmbio favorável; o câmbio duradouramente favorável determina a circulação metálica. Nós(brasileiros), ao revés, queremos, pela circulação metálica artificialmente preparada, fazer o câmbio, apoiando-a em saldos transitórios promovidos por empréstimos externos. É uma pretensão puerilíssima.”¹²²

Percebemos que Rui Barbosa não foge ao padrão-ouro enquanto meta, mas nega o caminho apontado pelos defensores do derradeiro gabinete imperial para isso: pois não seria um malabarismo monetário calcado em empréstimos externos que sustentaria um câmbio conversível, mas uma economia produtiva nacional que sustentasse uma balança comercial favorável com entrada de capitais que levantaria o câmbio.

Para tanto, Rui defende uma política monetária que auxilie a formação de capital através de uma expansão monetária de notas inconvertíveis lastreadas na dívida pública (monetizando a dívida pública que, da forma planejada por Rui, iria diminuindo os juros pagos por essa dívida progressivamente: o que aliviaria as contas do Estado). Vemos no instrumental articulado por Rui, de forma declarada e evidente, este escopo e visão para fazer uso de política monetária para estimular a formação de capital.

“Várias considerações de ordem geral atuavam no mesmo sentido. Imobilizar ouro num país onde a circulação padece por deficiência dele era trazer mais um elemento patogênico ao organismo depauperado e enfermo. Pelo contrário, retirar apólices ao mercado seria desviar os capitais particulares dessa colocação esterilizadora, encaminhá-los para o movimento da vida industrial e converter a dívida do Estado em instrumento de progresso.”¹²³

E deixa claro o exemplo que o inspirou:

“É o que os americanos tinham compreendido e praticado admiravelmente nos seus *bancos nacionais*. Esposando o grande exemplo, o decreto de 17 de janeiro modificou apenas o sistema de garantia com encargos mais onerosos ao emissor e de inestimável benefício para o Tesouro. Por uma ideia absolutamente original, de incalculáveis consequências para a vida econômica e financeira do país, a emissão, a par das suas funções particulares como meio circulante, exercia simultaneamente as de consumir a dívida do Estado; porque as apólices de lastro bancário deixavam de vencer juros contra a Fazenda no termo de cinco anos; ao revés do que acontece nos EUA, como em toda parte, onde os títulos depositados continuam a representar a mesma obrigação por parte do Tesouro e a constituir propriedade absoluta dos bancos depositantes.”¹²⁴

¹²² Idem p. 59

¹²³ Idem p. 76

¹²⁴ Idem p. 77

Nessa singela mas reveladora passagem há a declaração do Ministro sobre a inspiração de seu sistema monetário e bancário: os EUA. Com seus bancos nacionais. Na sequência do discurso Rui Barbosa continua a defender que a expansão de numerário feita em sua passagem pela Fazenda não é a causa da baixa do câmbio. Mas o que nos toca aqui em sua argumentação é o fato dele deixar claro que o aumento de numerário num país carente de meio circulante não poderia causar a baixa do câmbio (argumentação típica dos papelistas de então). E, o que nos interessa aqui: a emissão de tais notas num mercado carente de meios de troca iria efetivar e possibilitar ações econômicas reais no Brasil. Logo, tal aumento de numerário possibilitando inversões reais na economia significava maior formação de capital naquela realidade econômica. Está claro esse eixo argumentativo de Rui Barbosa em defender sua política de expansão monetária como forma de capitalizar uma sociedade carente de capitais.

Para tanto cita o que a imprensa fluminense, que lhe fazia ferrenha oposição então (03/11/1891), dizia nos derradeiros dias do Império:

“(...) O meio circulante existente é absolutamente insuficiente para o Império. Como essa proposição tem sido contestada, aduz várias considerações para demonstrar a sua verdade, apoiando-se, principalmente, em dados oficiais, que analisa detidamente. Vendo que há apenas em circulação 173 milhões de papel-moeda, acha que essa soma não é bastante para as transações em todo o Império, com 20 províncias que são como que 20 estados, e com 6 praças comerciais, sendo as do Norte autônomas com relação às do Sul, e tendo com elas relações insignificantiíssimas. Acresce a necessidade de numerário, para pagamento de salários, que a lavoura daqui por diante terá que pagar, e que o orador já ouviu calcular a homens práticos em 50.000.000\$000.”

Abundam as fontes do período em que temos notícias de falta de meios de troca. Mas, neste ponto somos forçados a reconhecer a grande lacuna da argumentação de Rui no fato de sua expansão de numerário não ter um direcionamento creditício focado nos projetos especificamente voltados para produção. Podemos dizer que bancos de fomento sequer existiam no período e tal cobrança seria anacrônica. Mas a ideia dos bancos de auxílio a lavoura já era o nascimento de um tipo de banco de fomento. Ainda que em tentativa, uma vez que tais bancos, por todo o período em que nos ocupamos, foram sempre criticados por não serem eficazes como tais. Contudo, o que destacamos é que Rui não busca entender esse complexo trilho entre o numerário expandido e a realidade produtiva carente de meios de troca. Ele apenas soma os dois fatos inegáveis: há falta de

meios de troca na realidade econômica brasileira; sua passagem pelo Ministério da Fazenda ampliou o numerário.

Apesar desta lacuna argumentativa, frisamos aqui que a defesa de Rui de sua política de expansão de numerário foi sustentada num declarado projeto de formação de capitais via política monetária, bem ao estilo papelista de então.

Contudo, neste discurso histórico Rui Barbosa está constrangido a se defender dos que acusam sua política expansiva de ser a causa da baixa do câmbio(desvalorização cambial). Em sua defesa Rui reconhece que tal fato até poderia ocorrer, mas que não era o caso. E segue elencando exemplos históricos de países que em momentos de expansão de papéis inconvertíveis o preço do ouro chegou a baixar (seu grande exemplo é a Inglaterra das guerras napoleônicas). Destacando outras causas estruturais da dependente e volúvel estrutura econômica brasileira. Para tanto cita autores e faz uso de argumentos papelista de então. Depois de elencar exemplos que corroborem suas afirmações ele diz, citando economista italiano:

“Todos esses dados”, observa um célebre economista italiano, “manifestam claramente que entre o ágio e a quantidade de papel-moeda não se pode verificar a mínima relação direta na Inglaterra de 1797-1821. Torna-se, destarte, ininteligível por que Ricardo e os autores do *Bullion Report* sustentaram teoria oposta, e confirma-se esplendidamente a teoria de Tooke, que atribuiu o ágio à grande exportação de metal resultante dos empréstimos contraídos na Inglaterra pelos governos estrangeiros, dos subsídios dados em metal a governos de outros países pelo governo inglês, das compras de cereais no exterior, das colheitas malogradas, etc.”¹²⁵

Percebe-se a argumentação papelista sendo usada pelo grande jurista, que, apesar de tudo, nunca foi contra o lastro metálico em última instância. Mas encontramos claramente em sua argumentação o instrumental teórico papelista fundamentando a defesa de formação de capital num país periférico pela política monetária. Via expansão de numerário, que, segundo ele, não estaria na origem da baixa do câmbio. E reproduziremos aqui mais um trecho de Boccardo, que Rui tanto cita em sua defesa, por ser uma citação sintética do eixo argumentativo por ele exposto:

“Não se poderia achar confirmação mais evidente da doutrina de Tooke, nem mais esmagadora confutação da teoria de Ricardo(...). Não se poderia desejar mais clara demonstração de que a influência das emissões, quando não sejam extravagantes, sobre o ágio, *é mínima, em comparação da que, a esse respeito, exercita o estado desfavorável do balanço econômico e comercial*

¹²⁵ Idem p. 80

*da nação. E quando se pergunta se será possível, mediante atos do Parlamento, diminuir ou evitar as depreciações da moeda-papel, não é lícito dar a essa pergunta outra resposta que não a de Minghetti: “Seria sonho pensá-lo. A tal resultado não se pode chegar senão pela eficácia do nosso trabalho e da nossa produção.”*¹²⁶

Rui Barbosa elenca uma infinidade de causas para a baixa do câmbio brasileiro no começo dos anos de 1890, como a falência de grandes instituições privadas, a moratória do *English Bank of River Plate*, além do clima político de rumores separatistas disseminados pelos inimigos da República na Europa. Mas a principal causa da baixa do câmbio vivida então, para ele, era a situação de nossa balança comercial: a inferioridade da exportação à importação. Ou :

“O câmbio é, sobretudo, a resultante desse movimento imenso e continuo de valores que, sob mil formas diversas, em duas correntes opostas, passam e repassam as fronteiras de um país. Exportar é emprestar. Importar é dever.”¹²⁷

Destacamos, portanto, ao longo da defesa de Rui Barbosa de sua política monetária como não sendo ela, com sua expansão monetária, a causa da baixa do câmbio, também rastreamos sua visão sobre ação política para a formação de capital, muito afinada com a argumentação papelistas do período.

Analisaremos agora os relatórios ministeriais de Joaquim Murtinho: o Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1897 e os Relatórios do Ministério da Fazenda de 1899 e de 1901. Entre outras questões, tentaremos rastrear como via este ministro a melhor política monetária para ajudar na formação de capital no Brasil.

Em novembro de 1896, no momento de afastamento do presidente Prudente de Moraes (vítima de um atentado), Joaquim Murtinho foi nomeado Ministro de Estado dos Negócios de Indústria, Viação e Obras Públicas, pelo vice-presidente em exercício, Manuel Vitorino Pereira. Assumindo a Presidência em 1898, Campos Sales convidou Murtinho para a pasta da Fazenda. Joaquim Murtinho aceitou e exerceu o cargo por quase todo o governo de Sales, exonerando-se em setembro de 1902 para se desincompatibilizar como candidato a senador por Mato Grosso, seu Estado de origem.

¹²⁶ Idem p. 90

¹²⁷ Idem p. 135

Lembrando que, se quando da saída de Rui Barbosa da Fazenda, a grande questão econômica era a crise financeira do encilhamento; durante toda a gestão de Murtinho a grande questão econômica foi a crise produtiva do café.

Continuemos agora seguindo a argumentação de Joaquim Murtinho:

“A nossa organização industrial tem seguido nestes últimos tempos uma marcha anômala, irregular e profundamente viciosa. Duas grandes causas têm contribuído para esse resultado: uma compreensão falsa do patriotismo e uma plethora não menos falsa de capitais.”¹²⁸

Encontramos já aqui o uso da palavra capital. Contudo, pelo estudo realizado já adiantamos que neste trecho o Ministro confunde capital com numerário, a “pletora não menos falsa de captais” trata-se de numerário. Em Rui podíamos ver que se tais papéis lastreassem qualquer indústria haveria formação de capital. Em Murtinho mesmo se tais papéis forem para produção, se esta for “falsa” nada se cria: a indústria não pode ser “falsa” e nem o papel, que para o Ministro tinha que ter um valor em si.

“Indústrias naturais versus indústrias artificiais: O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação aos produtos que vêm do exterior, eleva, por meio de taxas ultra-protetionistas nas tarifas da Alfândega, o preço dos produtos estrangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior.”¹²⁹

Percebemos, pois, uma postura política que radicaliza a defesa de melhor alocação de capitais. Melhor queimar reservas em consumo direto do que esterilizá-las em indústrias sem musculatura quando fora do guarda-chuva estatal. (Podemos dizer que tal visão da melhor alocação de recursos transcende a plataforma nacional, arvorando a defesa da melhor alocação do capital em escala global, seguindo o discurso das vantagens comparativas.) Sendo a frequência nacional melhor aproveitada se não dissipar seus nascentes e escassos capitais em indústrias pretensiosas e caras para nossa realidade econômica: melhor uso ao capital acumulado é importar. Concentrando o consumo onde tais indústrias já estavam estabelecidas, constatamos em Murtinho uma declarada visão universalista sobre a melhor alocação de capital, que se coloca contra as ideias listianas de defesa da indústria nascente e, também, contra as ideias nacionalistas de segurança produtiva (a defesa de certas indústrias dentro do território nacional). Em

¹²⁸ Relatório Ministro de Estado dos Negócios de Indústria, Viação e Obras Públicas, p. XIV.

¹²⁹ Idem p. 43

suas palavras, ele é contra “uma compreensão falsa do patriotismo” que persegue uma industrialização que penaliza as “Indústrias naturais” já instaladas alhures em nome de “indústrias artificiais” dentro do Brasil, que só seriam realizáveis com “taxas ultra-protecionistas nas tarifas da Alfândega”, logo, subsidiadas via penalização do consumidor. Claro está que Murtinho prioriza o consumo vendo a produção como uma consequência “natural” dele.

Murtinho deixa claro:

“Todo consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que ele paga pelos objetos nesse regime e o preço que pagaria num regime livre representa um imposto que lhe é arrancado para manutenção daquelas indústrias”¹³⁰

Joaquim Murtinho ao longo do relatório refina sua percepção sobre moeda e sua relação com a produção. Pois ele não fazia objeção a existência do papel-moeda que considerava “um valor potencial”:

“Se o papel emitido é empregado em trabalho produtivo, a riqueza criada vem substituir o valor potencial do bilhete e há aumento verdadeiro de riqueza pública e particular, manifestado por um movimento de circulação monetária não só em sua extensão, mas também em seu valor real.

Se, porém, o emprego do papel-moeda se faz em trabalhos improdutivos, nenhum valor real será criado para substituir o valor potencial do bilhete, que assim desaparece, deixando uma circulação grande em sua extensão e pequena em seu valor real.”¹³¹

“No regime de curso forçado, porém, como entre nós, não há instrumento algum para regular os movimentos da emissão; o crédito não é mais o seu regulador; ela se faz, por isso, às cegas, impelida pela especulação, pelo jogo e por todas as loucuras da bolsa.”¹³²

Há na sua visão da moeda uma percepção subjacente de produção, que ele expressa numa distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Fica entendido que o trabalho produtivo trata-se de quando os bilhetes emitidos lastreiam uma produção material válida e competitiva, e o trabalho improdutivo quando tais bilhetes voam para a especulação ou, principalmente, para produções industriais nascentes que exijam proteção estatal e tarifaria (não competitivas). Logo, Murtinho usa uma argumentação papelistas para defender sua aceitação do papel inconvertível: tal papel indo fomentar

¹³⁰ Relatório do Ministério da Fazenda, 1899, p. XII

¹³¹ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Joaquim Murtinho... Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, p.V.

¹³² Relatório Ministro de Estado dos Negócios de Indústria, Viação e Obras Públicas, p. XIV.

uma indústria real criaria riqueza. Contudo, Murtinho tem uma visão severa quanto a capacidade de seu país de então abrir fronteiras industriais “reais”: fora da agricultura já estabelecida, nosso fôlego industrial seria extremamente limitado por limitações históricas, sociais, climatéricas e raciais. E isso afastava Murtinho do ambiente intelectual dos papelistas. Uma vez que estes defendiam a ampliação de papéis inconversíveis para azeitar as pressões produtivas, sendo que muitos já defendiam que tais fronteiras industriais tinham que receber defesas estatais no seu começo, ao menos a da desvalorização cambial.

Porém, ousamos ver aqui uma similitude parcial com a visão de Rui Barbosa sobre a moeda. Com a diferença de que Rui, diante de seus rasgados argumentos sobre a inquestionabilidade da falta de numerário na economia brasileira, nem cita a possibilidade dos bilhetes emitidos irem para “trabalhos improdutivos”. Murtinho nos coloca tal variante. Pesa em sua argumentação o fato dele, declaradamente, considerar inútil muitas tentativas industriais em nosso território econômico. Seja por dificuldades econômicas ou deficiência racial de nosso povo para muitos fins, Murtinho seguramente inclui em seu rol de “trabalho improdutivo”, além da especulação, uma série de tentativas industriais concretas. Tentativas industriais em território brasileiro que para o político mato-grossense seria “trabalho improdutivo.”

Mas além dessa questão teórica de fundo, Murtinho embrenha-se num exemplo concreto que foi a grande questão econômica de sua passagem pelo Ministério da fazenda: a crise do café. Aliás, o único exemplo citado por Joaquim Murtinho, tanto quando foi Ministro de Industrias, tanto quando foi Ministro da Fazenda, foi o café. De todos os relatórios analisados, em todos eles, o Sr Murtinho não cita nenhum outro produto que não seja o café. Se o Encilhamento foi a crise que perseguiu Rui Barbosa, a crise do café foi a crise que perseguiu Joaquim Murtinho.

E sua visão desta crise se conecta com sua percepção monetária. Liga nosso autor a crise financeira com a crise cafeeira: “superabundância de café em relação ao consumo; superabundância de papel-moeda em relação ao valor da circulação.”

“As grandes emissões, que excitaram a febre de negócios, desenvolvendo os canais da circulação monetária, invadiram os campos destruindo a calma, a

prudência e a sabedoria no espírito dos agricultores, infiltrando-lhes a ambição de grandes fortunas realizadas com grande rapidez.”¹³³

Qual solução? Deixar a economia seguir sem defesas sob as leis naturais, ou seja, deixar a crise limitar a produção cafeeira. Ou estimular a diversificação das culturas e limitar a do café nas áreas mais produtivas. Sendo Murtinho radicalmente contra qualquer política de valorização do café e contra um direcionamento político/estatal na economia que buscasse estimular a diversificação produtiva no campo, o ministro espera a primeira opção: que a crise da lavoura se resolva pela eliminação dos inaptos, de forma spenceriana.

Quanto à lavoura, era contrário a qualquer valorização ou intervenção, admitindo apenas certas medidas laterais:

“ao Governo compete a legislação que garanta da melhor forma as instituições de crédito agrícola; a lavoura, porém, deve estar certa de que nenhum governo tem o poder de criar crédito agrícola(...)” Sendo algo a se destacar essa última afirmação.

Seguindo a sequência de seu relatório, passamos pela imigração. Quanto à imigração estrangeira, Murtinho a desejava desde que fosse espontânea, sendo contrário à subsidiada pelo Estado. Além de se inquietar com a fermentação social trazida pelo estrangeiro que vinha alterando rapidamente nossa nacionalidade em formação:

“devemos ter em mente que nosso poder assimilador é fraco e que, se nosso esforço pelo progresso material não for refletido e moderado, a nossa nacionalidade sofrerá golpes profundos e irreparáveis.”¹³⁴

Inquietava a ele, sobretudo, a influências de ideias socialistas trazidas pelos imigrantes. Sendo o socialismo para ele “essa volta da sociedade à escravidão primitiva”.

“O crescimento de cada nação está sujeito a leis naturais; como todos os seres vivos, os povos precisam de um tempo determinado por uma série de circunstâncias para seu crescimento. Quando um povo qualquer procura infringir essas leis, em lugar de absorver e crescer, ele é absorvido em seus elementos de nacionalidade.”¹³⁵

¹³³ Idem, p. IV

¹³⁴ Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, p. XXV.

¹³⁵ Idem, p. XXV.

Sob Murtinho ainda se decretou o fim da Agência Central de Imigração, vinda do Império, para suprimir o subsídio estatal a entrada de imigrantes.

Constatamos que o conservadorismo de Joaquim Murtinho segue muito bem vestido com o darwinismo: o darwinismo social e o organicismo spenceriano de fato guiam o pensar e agir deste homem público. O cientificismo da época positivista domina a lógica do Ministro que chega (coerente com práticas políticas e discursivas de seu tempo) a biologizar questões econômicas e sociais para negar a legitimidade de intervenções políticas em favor de direcionamentos históricos: como uma política pró industrialização, bem como qualquer intervenção estatal na economia.

Diante das crises econômica e financeira que corroíam o País, Murtinho preconizava a valorização da moeda pelo resgate do papel-moeda de curso forçado e a eliminação dos déficits orçamentários. Além de uma racionalização dos serviços públicos com melhorias na arrecadação de impostos.

Sua visão permitia a ação estatal na melhora da infraestrutura. E ainda com relação à crise da lavoura, Murtinho admitia estimular a demanda internacional de nossos produtos (sobretudo o café) através de propaganda.

“É dever do Governo facilitar a circulação dos nossos produtos nos países estrangeiros; só os próprios lavradores, porém, conseguirão levar a efeito a propaganda, de que deve resultar o aumento do consumo.”¹³⁶

Ao Estado compete o investimento em infraestrutura:

“Cortemos o nosso território de estradas de ferro, procuremos desenvolver nosso serviço postal e telegráfico e ampliar a navegação dos nossos rios sem número, facilitando, por esta forma o comércio, a indústria e a agricultura...”¹³⁷

Contudo, coerente com o liberalismo, defendia que fosse deixada à iniciativa particular a administração desses serviços, quando não sua implantação mesma.

“Quando vemos o banco do estado, estradas de ferro do estado, montepio do Estado, caixas econômicas do Estado, fábricas do Estado, quando vemos o Estado julgar-se no direito de escolher as indústrias que têm o direito a vida neste país, (...) somos forçados a reconhecer que a tendência é para uma

¹³⁶ Relatório citado do Ministro da Fazenda, 1899, p. XLII-XLIII.

¹³⁷ Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, p. XXVII.

República socialista, República na forma, na aparência, despotismo no fundo.”¹³⁸

Criticava então o que via como tendências socialistas do nosso Estado. Era também francamente favorável ao arrendamento das estradas de ferro da União. Era particularmente contra o sistema, vindo do Império, destinado a incentivar as obras de infraestrutura: a garantia de juros.

Criticava as consequências no caso das estradas de ferro:

“(…) procuram-se nas construções os traçados mais longos e dispendiosos para poder empregar todo o capital garantido, e ninguém se preocupa com os produtos a transportar nem com a administração econômica, porque os cálculos estão feitos para assegurar os juros e as amortização do capital empregado com os recursos dos juros garantidos pelo Governo.”¹³⁹

Como já foi dito, quando assume a presidência Manuel Vitorino em 10 de novembro de 1896 este convida Joaquim Murtinho para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que aceita. Para este presidente Murtinho no Ministério era “mais do que uma ideia, um plano econômico: o do resgate do papel-moeda e da emancipação do Estado da exploração dos caminhos de ferro e outras indústrias.”¹⁴⁰

Murtinho foi convidado para o cargo de Ministro dias depois de apresentar o parecer no Senado da Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas, nele Murtinho já definia o que seria seu perfil ministerial, com suas ideias “avançadas” sobre a inadequação da intervenção do Estado na economia. O que também seduziu o presidente Campos Sales, que quando eleito escreveu uma carta ao seu futuro Ministro da Fazenda, na qual declara que o arrendamento das estradas de ferro e o resgate do papel-moeda iriam “constituir o programa do futuro governo.”¹⁴¹

A participação de Joaquim Murtinho no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas não foi muito marcante. Ele marcou posição defendendo sua visão econômica, que lançava em projetos, ciente que o programa por ele defendido só teria execução com anuência do Congresso. Vinha tal postura de sua própria experiência parlamentar que ele usou quando ministro para por em prática o programa orquestrado com Campos

¹³⁸ Senado Federal, nº219, 1896, p. 1-5.

¹³⁹ Relatório do Ministro da Fazenda, 1901, p.XXII.

¹⁴⁰ Manuel Vitorino. *Manifesto Político*. São Paulo, Carlos Jeep & Cia, 1898, p.48.

¹⁴¹ Relatório do Ministro da Fazenda, 1901, p.X.

Sales. Focaram em conseguir do Congresso o eixo deste programa: o arrendamento das estradas de ferro de propriedade da União e a aplicação do produto de tal operação no resgate do papel-moeda de curso forçado.

Tal operação começa no governo de Manuel Vitorino: em 7 de dezembro o Senado autoriza o Executivo a arrendar as estradas da União com o fito do resgate do papel-moeda. Em 9 de dezembro promulga-se a lei que determina o Tesouro Nacional a assumir a responsabilidade dos bilhetes bancários em circulação regulando a substituição dos mesmos e o resgate do papel-moeda.

Chegando enfim ao *Funding Loan*, Murtinho chegou a defini-lo da seguinte maneira:

“a redução das despesas em todos os ramos da administração pública, para corresponder ao empobrecimento atual do país; o imposto do consumo, para corresponder à nossa viciosa organização industrial; e o imposto em ouro, para corresponder ao mercado de câmbio em que uma massa enorme de papel-moeda desvalorizado imprime o cunho de uma sensibilidade doentia, constituem os três aparelhos de adaptação do nosso organismo financeiro ao nosso meio econômico.”¹⁴²

Lembremos que o imposto em ouro foi uma criação de Rui Barbosa quando ocupante do mesmo ministério e mantida por Murtinho. Quanto a isso fica claro o reconhecimento da necessidade de concentração no governo de cambiais. Assim como do ceticismo de Murtinho quanto ao poder vivificador do aumento do meio circulante. Destacamos antes sua postura de não ser contra ao papel inconvertível desde que fomenta um “trabalho produtivo”, argumento que em teoria se origina nos papelistas. Mas a diferença é que para estes, assim como para Rui, tais papéis tendem a lastrear produções que pressionavam a realidade brasileira de então (a já destacada falta crônica de numerário). Logo, ser papalista era confiar na necessidade de mais meios de troca pela percepção concreta dessa demanda na realidade econômica. Murtinho, sem negar a lógica dessa argumentação, apenas a invalida no caso histórico ao não reconhecer capacidade produtiva à altura da escala na sociedade brasileira: o aumento de numerário iria em grande parte, basicamente, ao encontro de “trabalhos improdutivos”, o que em nada serviria para a geração de riqueza, logo, não formaria capital. Ao contrário: essa expansão numérica do papel dissiparia capital, que melhor estaria se concentrado.

¹⁴² Relatório do Ministro da Fazenda, 1899, p. XXXVIII-XXXIX.

Em Rui destacamos em seu posicionamento a falta de um reconhecimento da dificuldade de conectar o aumento de numerário com as pressões produtivas carentes dele na economia. Em Murtinho destaca-se a postura de considerar nula a liberação de meios de troca para grande parte dessas pressões produtivas, por ser a maior parte destas incapazes de serem produtivas e competitivas. Sendo então tal aumento de emissões fadado a financiar “trabalho improdutivo”. Assim o bilhete emitido a mais diluiria o valor da riqueza monetária não aumentada. Logo inflação e descapitalização: uma visão claramente metalista.

Claro está que na perspectiva barbosiana a formação de capital se incrementaria numa via papelista. Enquanto que em Murtinho as possibilidades para a formação de capital no país em que era gestor econômico eram bem mais exíguas e lentas, submetidas a condicionantes “naturais” de nossa formação como nação e como raça. Não poderíamos acelerar processos indo contra o peso de nossa morosidade natural.

Murtinho critica decididamente os adeptos de ideologias voluntaristas que estimulam a aceleração desses processos.

“A idéia errônea e anti-social de que a grandeza industrial de nossa pátria depende sobretudo da nossa libertação, cada vez mais completa, dos produtos da indústria estrangeira, foi provocando a aspiração de estabelecer empresas industriais de todos os gêneros, para conseguir realizar aquele *desideratum* pseudopatriótico.”¹⁴³

E na sequência entra na crítica do desenvolvimento do setor financeiro.

“De outro lado a grande ilusão financeira, de que mal acabamos de sair, fez-nos acreditar na existência de capitais enormes, de riquezas inesgotáveis e mais que suficientes para realizar aquela aspiração”

E entra numa melhor explicação de sua visão monetária.

“Confundindo bilhete de emissão convertível, precioso instrumento de crédito, com o bilhete inconvertível, simples instrumento de ditadura econômica, organizamos os nossos bancos emissores, pensando por essa forma dar ao nosso crédito expansão suficiente para satisfazer a todas as nossas fantasias patrióticas.

No régimen de curso forçado, porém, como entre nós, não há instrumento algum para regular os movimentos da emissão; o crédito não é mais o seu

¹⁴³ INTRODUÇÃO AO Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas 1897. p. 143

regulador; ela se faz, por isso, às cegas, impelida pela especulação, pelo jogo e por todas as loucuras da bolsa”.¹⁴⁴

De forma curiosa, pois antes havia dito concordar com a premissa papalista de que o bilhete inconversível era válido (desde que gerasse “trabalho produtivo”), agora Murtinho explicita enxergar no “bilhete de emissão convertível” um “precioso instrumento de crédito”; enquanto escancara que vê “n’o bilhete inconvertível, simples instrumento de ditadura econômica”. Logo, deixa claro que vê no papel inconversível um voluntarismo autoritário do Estado que ia contra a “natureza” da economia. E quanto ao bilhete conversível, Murtinho parece mesmo confundir crédito com moeda conversível em ouro.

Vemos uma indisposição do Sr Ministro, de viés conservador, contra excessos da modernização capitalista e seu espírito argentário com rápidas transferências de riquezas. O que tanto incomodou sensibilidades mais afeitas à estabilidade e perenidade da riqueza nas mesmas mãos, como nos tempos do Império.

Contudo, no que mais nos toca, destacamos uma visão sobre as possibilidades de formação de capital extremamente exíguas por parte do Ministro. Ou tínhamos que já ter algum lastro metálico (via impostos em ouro ou endividando-nos: como foi o *Funding*), ou, tínhamos que ter alguma produção exportável competitiva. Sendo que construir e ampliar esta ultima opção, era algo que para Murtinho não dependia de voluntarismos arbitrários de parte do Estado. Pois insistir nisso seria uma inversão da natureza da economia.

“Daí em massa colossal de papel-moeda inconvertível, invertendo os laços que ligam a indústria ao crédito; não sendo mais a necessidade social de uma indústria que provoca a emissão, mas a emissão que solicita a criação de uma indústria sem razão de ser.”¹⁴⁵

É muito coerente com seu tempo esta afirmação de Murtinho: tinha que ser a demanda a empurrar a oferta. Murtinho já critica o que começa a surgir no capitalismo em que vivia e que será a tônica do futuro fordismo: a produção gera sua própria demanda. Até inventarem o carro ou a TV ninguém tinha necessidade de tais produtos. Uma vez eles criados a demanda se instaura. Pois esse tipo de capitalismo com perfil

¹⁴⁴ Idem p. 144

¹⁴⁵ Idem p. 145

fordista, que ainda não havia se instaurado nem no centro do capitalismo, parece já incomodar no horizonte Joaquim Murtinho. Pelo menos na realidade brasileira de então.

Não deixa de chamar atenção tal comentário pensando o contexto de ausência industrial do Brasil de então. O que mais havia na perspectiva produtiva da época era “a necessidade social de uma indústria”. Por mais que podemos lhe dar o benefício retórico de sua posição criticar as indústrias que se criavam por motivos errados: a explosão de papel-moeda inconvertível (segundo ele). Mas continua sendo curioso a falta de interesse e comentários de um Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, em direcionar ao menos em parte esse numerário para indústrias viáveis e realmente faltantes em território brasileiro. Isso destoa muito com todo o histórico queixume da crônica falta de meios de troca tão elencado por Rui e tantos outros contemporâneos. Murtinho realmente via pouquíssima viabilidade industrial no país em que foi Ministro da Indústria. E reiteramos que em seus relatórios não há citação a nenhum produto brasileiro além do café.

“Esta solicitação de pseudoscapias procurando colocação a todo o transe, reunida ao esforço pseudopatriótico para nossa emancipação industrial absoluta, gerou a estrutura atual da nossa organização industrial, organização viciosa, porque ela daria como resultado a extinção do comércio internacional e o isolamento dos povos e porque nenhum povo dispõe nem das aptidões, nem dos elementos naturais, nem dos recursos econômicos para realizar semelhante aspiração.”

Ele chama o papel inconvertível de “pseudoscapias. E novamente chama a atenção num relatório ministerial uma crítica contra o que o Ministro enxerga como uma pretensa ambição “*a nossa emancipação industrial absoluta*”. Qualquer dado do período mostra que o Brasil tinha uma posição industrial decididamente fora dessa perspectiva(o Brasil de 1900 não era um país industrializado). Novamente fica ressaltado a falta de balizamento do Ministro entre indústrias realmente viáveis e já exequíveis e possíveis naquele momento e as que não.

Contudo, neste documento para organização prática do Estado o Ministro não faz isso, preso num curioso discurso que vê naquele Brasil da Velha República uma ambição de *industrialização total*, que almejava em ser capaz até mesmo de chegar numa “extinção do comércio internacional e o isolamento dos povos”.

Pois continuemos a acompanhar a argumentação do ministro:

“Antes da emissão desordenada e louca de papel tivesse manifestado seus efeitos completos, durante o tempo em que o valor e o crédito se diluíam na massa geral do papel-moeda; antes que a baixa do câmbio viesse mostrar aos mais cegos que o suco era o mesmo e que só o bagaço havia aumentado, manifestou-se a ilusão da abundância quase inesgotável de capitais.

Organizaram-se empresas de todas as espécies e a esperança de que imediatamente o Brasil se tornaria um grande país industrial parecia transformar-se em realidade.

Em breve tempo, porém, a ilusão dissipou-se, deixando ver bem claro que os capitais não se haviam multiplicado, que o crédito havia caído desastrosamente e que os recursos distribuídos a cada uma das empresas eram absolutamente insuficientes para seu desenvolvimento.”¹⁴⁶

A descrição ecoa todas as mais duras queixas a baixa cambial dos anos 1890, que Rui tanto defendeu que não era consequência do aumento de numerário. Confirmamos que Murtinho discorda. Mas destacamos, num homem público que se colocava e se via numa renovação científica críticas das tradições bacharelescas do Brasil, o quanto seu relatório ministerial é narrativo e, sobretudo, calcado em seu posicionamento filosófico. Não há dado algum sobre as tais indústrias desnecessárias e nem sobre as necessárias. Realmente chama a atenção essa falta de dados em relatórios ministeriais. Sobretudo os primeiros aqui estudados: os do fim do período aqui coberto começam a trazer alguma quantificação em dados e números. Podemos ver esse começo de transição. Mas ousamos dizer que Murtinho, assim como Rui Barbosa, ainda é um homem que carrega elementos do Brasil que critica: narrativo e literário.

Um exemplo:

“O nosso patriotismo exulta com esta política industrial curiosa: “Importamos caro aquilo que podíamos produzir barato e produzimos caro aquilo que podíamos importar barato”, formula que representa degradação econômica, pois que ela se traduz no emprego dos nossos capitais e do nosso esforço para elevar o preço dos objetos de consumo, tornando a vida cada vez mais dura e mais difícil.”

A lógica é clara, mas segue viva a falta de exemplos de indústrias nas quais devíamos investir e das quais produziríamos competitivamente. Num relatório ministerial tal lista de indústrias seria fundamental para elencar na realidade o proferido discurso. Sua argumentação segue genérica na maior parte das páginas e, chega a destoar com os quadros de planilhas trazidos por Rui, para apenas um discurso no

¹⁴⁶ Idem. p. 145

Senado, quando este buscou fundamentar com dados históricos de datas e países exemplos de baixa de preço do ouro em países que aumentaram o numerário.

Contudo, sigamos em nossa leitura dos relatórios outros sinais e pistas da visão do Ministro sobre moeda e capital.

“Verificou-se, e já tarde, que tinha havido dispersão excessiva do capital e começou-se então o trabalho de sua concentração.

Uma grande soma, porém, de capital circulante havia sido transformada em capital fixo, imobilizando-se em máquinas e edifícios, ficando assim improdutivo durante muito tempo ou inutilizando-se para sempre.

Essa imobilização improdutiva e essa inutilização definitiva de capitais acarretaram, como consequência, o empobrecimento do País e perturbações graves em nossas condições financeiras.”¹⁴⁷

Percebemos neste trecho que dentro de sua visão de indústrias competitivas e as outras improdutivas é lógico que a concentração de capital elevaria a chance de investimentos com musculatura para serem competitivos. E ele começa destacando justamente essa “dispersão excessiva do capital”. Bem como sua “imobilização improdutiva”, causa de dissipação e desperdício de nossos capitais. Contudo, não deixa de ser curioso constatar estes pontos em comparação a sua constante crítica ao excesso de papel: não seria tais inversões reais uma forma de melhor utilização de um papel que, se mantendo líquido, perderia poder de compra? Diante de uma realidade econômica difícil de rastrear os meandros vemos discursos defendendo usos e fins para moeda e capital. Para o Ministro era claro: enxugar numerário e concentrar capital, sem desconfiar de que a inflação dos 1890 poderia dar ao numerário melhor uso se imobilizando do que desvalorizando em estado líquido. Parece que Murinho vê o papel perder valor por ser invertido numa “imobilização improdutiva” mais do que se mantido líquido, não vendo nada de positivo em tal experiência produtiva. Sigamos sua explicação:

“Ora, a indústria não constitui um fim em a que se deve procurar atingir à custa de todos os sacrifícios, mas simplesmente um meio de tornar mais fácil, mais confortável e mais feliz a vida humana. E a amplitude e a intensidade da vida se traduzem pelo consumo, o fim da indústria é tornar possível o máximo de consumo, o que se consegue aumentando o poder aquisitivo do homem e diminuindo o preço dos produtos.”

¹⁴⁷ Idem P145

Encontramos neste trecho uma explicitação da visão de produtividade do então Ministro. E sobre como ele vê a finalidade industrial: a finalidade é o consumo. Contudo, para haver riquezas para o consumo é preciso haver produção. E quais seriam as indústrias produtivas ao nosso alcance na visão do então Ministro? Numa visão bem conhecida ele ensaia relacionar nosso alcance produtivo com consumo, infelizmente sem exemplos nem dados.

“Para obter-se esse resultado é necessário procurar-se o trabalho que dê o máximo de produto com o mínimo de esforço, o que se traduz por grandes lucros para o produtor, coincidindo com preços baixos para o consumidor.”:

“(…) sendo ainda muito limitado nosso capital social e o nosso crédito, somos forçados limitar também a esfera de nossa vida industrial, para evitarmos a dispersão e a conseqüente esterilização dos nossos recursos. A segunda é ter sempre em mente que o capital não precisa de guia, nem de mentor governamental para chegar ao ponto em que ele encontra maior renda, determinando assim a indústria que convém fundar.”¹⁴⁸

Depois de demonstrar concordância com a teoria ricardiana das vantagens comparativas, Murtinho, num relatório do Ministro das Indústrias, não se ocupa em nos informar qualquer vantagem do país em que é gestor. Segue em destaque sua inclinação a não concordar com dissipação de capital em investimentos que podem, até, esterilizá-los. Para encerrar lembrando que a não intervenção na economia é a melhor ação que um governo pode fazer por ela.

Interessante este comentário de que o “capital não precisa de guia” bem depois de criticar inversões que teriam levado “a dispersão e a conseqüente esterilização dos nossos recursos”. Claro está que o Ministro critica a baixa cambial que auxiliou numa defesa alfandegária. Mas segue em destaque sua fé na administração privada do capital como o seu melhor uso. O que não deixa de ser coerente com um Ministério que insiste em não produzir dados sobre a realidade econômica que gere. Coerente e limpa: a visão econômica do nosso estudado Ministro segue em tela ainda num proselitismo teórico dentro de um relatório que, por mais que comporte teoria, poderia conter mais exemplos concretos. Contudo, no trecho acima, vemos a teoria iluminar a prática: coerentemente, o Ministro deixa claro que nem precisa elencar indústrias competitivas com espaço de

¹⁴⁸ Idem p. 146

crescimento no contexto produtivo brasileiro, pois o capital às cegas tem mais visão do que qualquer governo que se pretenda intervir produzindo relatórios.

“Nenhum governo, por mais sábio, mais poderoso e mais patriótico que seja, pode substituir-se à ação dos milhares de homens de negócios que, impelidos pela grande força do interesse individual, esclarecidos por longos anos de prática, dividem a solução de um problema destes em milhares de problemas parciais, a que cada um pode, pela competência adquirida, pelo estudo e experiência de muitos anos em uma esfera determinada, dar a melhor solução possível.”

“Subordinemos paciente e corajosamente a nossa expansão industrial à pequenez dos nossos recursos econômicos, e limitemos a ação governamental ao que ela pode oferecer de mais útil de mais salutar ao desenvolvimento industrial de nossa pátria: a ordem por meio da Liberdade, mantendo a paz a todo o transe e fazendo desaparecer todas as peias regulamentares que entorpecem os movimentos da atividade industrial.”¹⁴⁹

Já foi antes aqui citado os defensores de um industrialismo que “alavancasse” o desenvolvimento do Brasil¹⁵⁰. Pois havia sim neste período brasileiros adeptos desse discurso e estes tinham seu grande modelo nos EUA, então em brilhante desenvolvimento industrial sob suas então altas tarifas alfandegárias. Murtinho responde aos adeptos de que sigamos o exemplo dessa grande República do norte.

“Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para nosso desenvolvimento industrial, porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no progresso industrial desse grande País. Nem devemos considerar o protecionismo como agente exclusivo, nem mesmo principal, do progresso industrial da América do Norte, pois a indústria de transportes por caminhos de ferro, que jamais ali gozou de proteção oficial, representa, entretanto, a maior vitória industrial dos americanos sobre todos os povos do mundo.”

Este trecho esclarece meandros subjacentes da visão de nosso Ministro: os EUA não nos podem ser um modelo por nossa falta de “de aptidões superiores de sua raça”, logo está, em certa medida, naturalizado o desenvolvimento deles vindo da própria genética do povo. O darwinismo social não era exceção no tempo de Joaquim Murtinho e ele nesta linha se inscreve sem temor, junto com muitos então. Contudo no mesmo parágrafo admite a presença do protecionismo naquele país, o que parece enfraquecer ou, pelo menos por duvidas sobre o argumento anterior: por que uma raça fadada ao

¹⁴⁹ Idem p. 147

¹⁵⁰ LUZ, Nícea Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. Ed Alfa Omega, São Paulo. 1978.
/ LIMA, Heitor Ferreira. *História Político-econômico e industrial do Brasil*. Nacional, São Paulo. 1976.

sucesso precisa se proteger tarifariamente? Mas Murtinho se escora no exemplo de um sucesso industrial que, segundo ele, o grande país do norte alcançou sem proteção: suas estradas de ferro. Mesmo sem entrar na polêmica se não houve, de várias outras formas, proteção aos caminhos de ferro, claro está, mesmo no discurso de Murtinho que ele sabe que o desenvolvimento industrial daquele povo segue (para além de sua supremacia rática) com medidas protecionistas. Modelo este que nosso Ministro repudia decididamente como exemplo para o Brasil.

E escreve ele então o que defende para ser “a fórmula de nossa política industrial:

“-produzir barato aquilo que só podemos importar caro, e importar barato aquilo que só podemos produzir caro. Por esta forma teremos o máximo de produção com o mínimo de esforço, o que se traduz por grandes lucros para os produtores e preços baixos para os consumidores, isto é, riqueza e vida fácil e confortável.”

Continua, agora indo mais ao ponto:

“A crise financeira e a febre industrial de que acabamos de falar acarretaram para a agricultura perturbações de tal ordem que essa fonte principal de nossas riquezas está sob a ação de uma crise profunda e de difícil solução.”

“A atração que a vida nas cidades exerce sobre os operários, a ação que os lucros grandes e rápidos das indústrias protegidas exercem sobre os capitais e sobre os braços, a desconfiança características das épocas de crises financeiras são outras tantas causas de drenagem que sofre a agricultura em seus elementos mais importantes de produção.”¹⁵¹

Eis aí a política industrial proposta por Joaquim Murtinho: a agricultura. Vê-se com clareza neste trecho uma defesa da vocação agrária do Brasil. Logo, nossa “indústria” mais competitiva deve ser a agricultura. E segue nosso autor elencando como a ação governamental dos anos precedentes atrapalharam tal vocação, gerando distorções industrialistas com custos inflacionários para todos. Até uma interpretação antropológica sobre o modismo entre os pobres em ir para as cidades inflando os preços (“acrescente-se a isto a elevação de salários produzida entre outras causas pela carestia de vida e pelo hábito de uma existência mais confortável e por isso mesmo mais dispendiosa por parte dos operários.”).

¹⁵¹ Relatório do Ministro da Fazenda, 1901, p.148

Enfim, podemos ver nestes relatórios ministeriais um discurso político contra um movimento geral daqueles primeiros anos da República, não por acaso uma crítica contra as consequências do chamado *Encilhamento*, ou melhor, uma crítica da política papelistas vinda do primeiro gabinete ministerial da República. Pois foi justamente a ampliação do numerário com papel-moeda fiduciário o que estava turbinando as indústrias, sejam as agrícolas (como o café) ou as propriamente industriais. Há no estudo destes Relatórios: do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (de 1897) e nos da Fazenda de 1899/1901 a oportunidade de ver a lógica de um Ministro a reclamar do excesso de “indústrias”, pois ineficientes e sugerindo em como o Governo pode parar de ajudá-las, pois a expansão destas são consequências pervertidas de uma política monetária que gerou tal distorção econômica pelo Brasil.

“Se em condições financeiras normais os defeitos intrínsecos do crédito agrícola constituem uma das grandes dificuldades da lavoura, pode-se imaginar os embaraços que eles devem produzir nas condições em que nos achamos.”

“O agente principal de nossa situação financeira é a desvalorização da nossa moeda, conseqüente à emissão exagerada de papel-moeda inconvertível.”

“O resgate real desse excesso de papel é, pois, para a agricultura, como para todas as outras atividades nacionais, o primeiro dos deveres do Governo. Não pensam assim aqueles que acreditam ser a baixa do câmbio um elemento favorável aos agricultores de café.”¹⁵²

Contudo, após sentirmos a falta de exemplos industriais nos relatórios, podemos ressaltar que a única “indústria” citada pelo ministro em todos os Relatórios foi a cafeeira. Logo, suas preocupações com excessos produtivos causados pelos excessos de papel tratam, primordialmente, da produção cafeeira. Está acusada pelo Ministro a origem do problema e os que alimentam o mesmo: a super-secreção de papel por parte do Estado. E vemos como está ligada para Murtinho sua política industrial com a monetária: o enxugamento monetário, com subsequente valorização, é a melhor forma de concentrar os capitais em forças produtivas eficazes. Pois ele conecta a superabundância de papel-moeda com a superprodução cafeeira: uma é a causa da outra e ambos os males deveriam ser combatidos com urgência.

¹⁵² Idem P.149

CONCLUSÃO

Começamos nosso trabalho usando autores que operam com chaves de uma geografia econômica e o sistema Mundo da Pax Britânica com seu padrão ouro foi a tela de fundo para rastreamos nas moedas ensaiadas no começo da República brasileira quais eram as perspectivas, necessidades e anseios do organismo econômico brasileiro em modernização.

Numa tradição pradiana, de ver nosso surgimento nacional como uma extensão econômica complementar do Mundo europeu em modernização, podemos afirmar que os vetores dominantes de nossa construção estiveram a serviço dessa lógica de origem externa. Ou em termos furtadianos: o *eixo dinâmico* de nossa economia na maior parte dos séculos de formação histórica foi dominado de *fora para dentro*, pelo setor exportador da economia brasileira. Seria este setor o que daria o rumo de todo o corpo econômico da colônia e Império. Levando atrás de si outras dinâmicas ligadas à economia de abastecimento. Esta seria, inicialmente, dependente e secundária do setor dominante: o exportador. O caso da economia mineira colonial, estudada por Celso Furtado e Caio Prado Jr entre outros, seria o exemplo clássico do surgimento de um dinâmico setor exportador (a mineração) que geraria no século XVIII, em Minas Gerais, a maior concentração humana das Américas então. Com uma rica cultura urbana aquela região tornou-se um centro consumidor que arrastou para si teias de produtores desde o nordeste até os pampas gaúchos. Criadores de gado e produtores de arroz, feijão, mandioca e milho, de várias regiões, replanejaram e redirecionaram sua produção para abastecerem a região especializada no setor exportador dominante. Como disse Darcy Ribeiro “Minas Gerais é o nó do Brasil”. Pois esse nó foi criação dessa soma de produtores especializados no abastecimento interno, vindo de outras regiões, com os concentrados na produção para o setor exportador. O fim da mineração como ciclo econômico gerou um redirecionamento da província mineira para ser, ela mesma, abastecedora. Sobretudo depois da chegada da família real ao Rio de Janeiro, o que tornou esta cidade um polo consumidor.

Há uma certa polêmica gerada recentemente na historiografia econômica brasileira sobre qual eixo dinâmico é o dominante: o de abastecimento ou o exportador. Assim como quando e onde há deslocamentos entre os eixos para troca de dominância.

Já nos posicionamos aqui como tributários da tradição pradiana e furtadiana ao considerarmos o eixo dinâmico da economia brasileira, na maior parte de sua formação histórica, como sendo o setor exportador. Sem jamais negar a força das dinâmicas econômicas de abastecimento por ele geradas. Ao contrário. Pretendemos justamente rastrear na moeda de nosso período de estudo o quanto e como esta dinamizou tais eixos.

Muitos ainda seguem vendo a força do setor exportador até hoje a redesenhar nossa geografia econômica: na produção de soja, minérios e já no impacto de descobertas petrolíferas. Mesmo sendo nosso mercado interno um dos maiores do mundo. Logo, a convivência e vitalidade dos dois setores não precisam ser antagônicas hoje. Como não foram em Minas Gerais do século XVIII: a mineração gerou o setor de abastecimento. Sem nos alongarmos mais neste debate, focaremos em nossa contribuição neste estudo ao analisarmos um instrumento vital da economia: a moeda.

Pois nosso recorte de estudo (1889-1906) foi o momento em que o setor exportador foi protagonizado pelo complexo cafeeiro. Tendo em alguns anos (sobretudo nos da negociação de 1898) a borracha feito sua importante aparição. E a economia viveu nesses mesmos anos as consequências da Abolição. Logo, o surgimento de um mercado de trabalho em formação que incrementaria a cada ano nosso mercado interno.

Há, portanto, no Brasil escolhido para o estudo, tanto o setor exportador quanto o de abastecimento interno e ainda o de subsistência na base de tudo (ou o primeiro andar braudeliano). Além de os primeiros ensaios industrialistas após a escravidão. E como as moedas experimentadas neste período contribuíram para o fortalecimento desses eixos econômicos em convivência?

Voltando a Celso Furtado podemos dizer que o setor exportador sempre esteve conectado com o mercado mundial. Lembrando que nosso contexto mundial era a pax britânica do padrão-ouro, isso coloca o setor exportador, a princípio, conectado a uma moeda cambiável internacionalmente. No caso o padrão-ouro. Contudo, as casas importadoras, ligadas ao consumo interno (de luxo, sobretudo, é bem verdade), também defendiam uma moeda cambiável. Além do clássico exemplo do próprio Furtado de que a desvalorização cambial beneficiava cafeicultores e usineiros, ligados a exportação.

Como no acima elencado vemos que nada é homogêneo. Já desenvolvemos no trabalho uma contribuição para ver dentro do próprio setor cafeeiro anseios monetários distintos: dependendo de ser este produtor baseado num pequeno ou médio capital cafeeiro (normalmente, defensor de alguma desvalorização cambial, como nos explicou

Furtado). Ou num grande capital cafeeiro: que como todo grande capital nunca está numa só raiz, diversificando entre ferrovias, setor bancário e atividades urbanas (como nos explicou Flavio Saes), logo menos afeito a uma desvalorização cambial.

Enfim, o próprio centro do setor exportador já demonstrava uma complexidade a gerar buscas por moedas distintas. Pois um “setor exportador ideal” seria defensor do padrão-ouro. Porém, podemos dizer que a Primeira República é a ante sala do deslocamento do eixo dinâmico de uma economia exportadora para uma voltada ao mercado interno. Que Furtado registra o salto decisivo deste deslocamento nos anos 1930. Logo, naquele Brasil recém saído da escravidão indo estruturar lentamente seu mercado de trabalho, vemos um eixo econômico interno a ganhar musculatura. Tal processo vinha do Império, mas seguramente se acelera muito com a República: Abolição, imigração e uma economia cafeeira que conseguiu dinamizar em cascata setores urbanos em modernização com o despontar de indústrias como as de vestimentas e alimentícias. Criavam um eixo interno cada vez mais presente e audível.

A própria ampliação monetária do derradeiro gabinete imperial era uma resposta a essa dinâmica interna em ebulição. Defendemos que sua ambição de realizar tal ampliação dentro do padrão-ouro como algo irrealizável para além daquele 1889 de excepcionais preços internacionais de café e de um empréstimo recebido em ótimas condições que garantiram uma balança de pagamentos incrivelmente positiva. Sendo tal quadro temporário.

Rui Barbosa entra na sequencia com a moeda fiduciária se antecipando ao derretimento daquela situação do balanço de pagamentos. Sua audácia econômica estava lastreada no que aqui chamamos de eixo interno em modernização: novos industrialistas, produtores rurais e urbanos. Além de um idealismo sincero a alimentar as concretas audácias monetárias dos primeiros dias da República.

Nesta conclusão retomamos as moedas experimentadas entre a versão metálica (ensaiadas nos derradeiros dias do Império) e a dívida pública monetizada de Rui (nos primeiros dias da República). A mentalidade do período era imersa no dogma do padrão metálico, mas já sentia a sedução de teorias heréticas justamente por pressão de uma realidade em mudança. E as experiências monetárias do período nos mostram isso. Pois se a queda do câmbio iniciada em 1891 teve alguma ajuda do aumento de numerário fiduciário, o que mais determinante para isso foi a deterioração das contas da balança de pagamentos. Assim como, se o enxugamento de numerário ajudou na melhora cambial vista a partir de 1899, o que lhe foi determinante teria sido a melhora de nossa balança

de pagamentos, graças a moratória negociada do *Funding* nos permitir passar alguns anos sem pagar a dívida nem juros e ainda receber empréstimo, além de termos melhora nos preços de café além do boom da borracha.

Percebemos, portanto, a moeda brasileira a dançar entre momentos em que o setor exportador e/ou o endividamento externo lhe garante estrutura cambiável sem sufocar o setor interno até momentos em que a deterioração de nossa balança comercial e de pagamentos nos exilava do mundo do padrão-ouro que tínhamos como fim civilizacional. Mas a força e a esperança de que nosso setor exportador nos garantisse como atores com cambiais sempre esteve no horizonte. Assim como a dinâmica econômica interna sempre foi inescapável desde o começo da República. Que já recebia do Império um Brasil em expansão de numerário justamente para saciar esse Brasil interno em adolescência. Até a Revolução de 1930 que, segundo Furtado, coroará o deslocamento do eixo dinâmico do setor exportador para um centrado na economia interna. As moedas existentes já serviam a tais forças. E num Brasil entre a busca de ordem para o progresso ou de progresso para a ordem, parece que mesmo os governos ensaiando moedas diferentes, a realidade econômica do Brasil levava as moedas a pontos aproximados.

Pois podemos ver que o programa ortodoxo de Murtinho alcançava uma apreciação bem distante da velha meta metalista de paridade, ficando o câmbio ao redor de 14 *pence* por mil-réis nos anos sob o *funding scheme* (lembramos que a tão lastimada queda do câmbio de 1891 teve seu ponto mais baixo em 11 *pence* por mil-réis). E segue a polêmica se para essa estabilização cambial o que teria sido mais importante: a austeridade monetária ou a incrível retomada das exportações a partir de 1899, capitaneadas pela borracha. Podemos inferir que a melhora da balança de pagamentos e comercial foi o principal. Mas não sabemos com certeza até onde a apreciação cambial se deve à contração monetária ou a fatores associados ao balanço de pagamentos, como exportações de borracha e a retomada das entradas de capital. Como sempre há margem para a velha polêmica entre metalistas e papelistas: ou os que acreditavam numa teoria monetária da determinação da taxa de câmbio e os que explicavam o câmbio pelo balanço de pagamentos.

Nessa conclusão destacamos um ponto já anteriormente elencado sobre moeda: a monetização de nossa dívida pública ensaiada por Rui Barbosa. Além de terem os bancos nacionais clara inspiração no praticado nos EUA, a própria moeda do início da República nos parece ser inspirada no greenback praticado por Lincoln na guerra civil

americana. Pois estes eram papéis livres de dívida e o tentado por Rui buscava diminuir a dívida pública nacional ao monetizar esta e pagar juros decrescente que zerariam em cinco anos. Algo engenhoso e audaz, que nos parece inspirado no “greenback” norte-americano, apesar de não haver nenhuma declaração explícita sobre o assunto por parte de Rui Barbosa.

Depois a economia brasileira reverterá sua moeda para uma tendência metalista graças a renegociação de 1898. Ajudada pelo peso positivo da borracha em nossa balança comercial.

Em menos de dez anos o Brasil foi da moeda fiduciária para a submissão de sua moeda às regras internacionais do padrão-ouro para manter-se com acesso ao crédito externo. De certa forma percebemos, no direcionamento político de tais questões, grupos mais afinados com proposições do centro do sistema capitalista de então e outros mirando forças ascendentes do período como exemplo. Pois se vivíamos no auge de um ciclo sistêmico de acumulação britânico, também vivíamos o despontar industrial de EUA e Alemanha. E de certa forma o movimento monetário vivido pelo Brasil naqueles anos reflete isso. Tanto quando da realização da moeda fiduciária, quanto da metalizada, buscava-se algum caminho de desenvolvimento desenhado no horizonte: seja estimulando a produção interna, seja facilitando o acesso ao crédito externo.

A economia brasileira passa a ficar engatilhada num ponto de equilíbrio justamente a partir da inovação da Caixa de Conversão, que defendia a economia interna das variações agressivas do câmbio. Agindo como um antepassado de um Banco Central, este instrumento foi uma forma de alcançar um “metalismo possível” para o comércio internacional e ao mesmo tempo buscar uma expansão monetária interna para atender esse crescente eixo econômico que vai se desenvolver como um mercado interno. Tal equilíbrio foi exitoso e presenciou anos, de crescimento econômico não inflacionário no Brasil, que se seguiram desde pouco antes de 1906, até este esquema ser explodido pelo lado externo, pela grande guerra de 1914.

Foi depois da inovação da Caixa de Conversão que percebemos a política monetária do Brasil alcançando um êxito relativo em se associar ao mundo do padrão-ouro e amortecer os impactos cambiais. Finalmente participando desse sistema, acumulando cambiais, mas ao mesmo tempo em que usava dessas reservas para emitir internamente e incrementar a economia, respondendo parcialmente às pressões internas por uma crescente monetização das relações sociais e busca por crescimento econômico. Além de proteger toda a economia de movimentos cambiais mais bruscos. Facilitando

assim os investimentos produtivos que demandam mais tempo de investimento, logo, sensíveis a rupturas cambiais.

Encontramos nesse movimento uma elaboração maior de nossa classe dirigente de então em sua forma de fazer política econômica: de uma postura ideológica ligada a modelos, partimos para uma ação que articulava intervenções público-privadas mediando considerações sobre o câmbio, estoques, impostos divididos, em meio a uma pulverização de prejuízos articulados.

Ousamos reconhecer neste momento da história econômica brasileira uma movimentação pragmática de nossa classe dirigente para se distanciar do estado de mimetismo mental frente aos dogmatismos econômicos eurocêntricos de que nos disse Furtado ao fim do capítulo 27 de “Formação Econômica do Brasil”, citado aqui no início do capítulo 2.3. Diante da crescente pressão econômica vivida pela tendência ao desequilíbrio externo da economia brasileira em monetização num regime internacional de padrão-ouro. Sofrendo ainda os impactos de ser uma economia com o eixo dinâmico no setor exportador, desenvolvendo seu sistema de trabalho assalariado frente todas as dificuldades que tal desafio acarretava em adequar-se num sistema monetário internacional do padrão ouro. Reconhecemos neste momento em 1906 a expressão original de uma moeda que representa uma economia em deslocamento do eixo dinâmico de simples economia exportadora para uma mais internalizada: que aqui chamamos de metalismo possível.

Conseguiram neste “metalismo possível” com a Caixa de Conversão lançar uma moeda que expressou a realidade de um Brasil em deslocamento de eixo dinâmico de sua economia. Uma moeda que participou na superação desta situação nacional: de uma economia capitaneada pelo setor agrário exportador para uma com o eixo dinâmico já de perfil urbano industrial internalizada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARRIGHI, Giovani. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP/Contraponto, 1996.
- “Globalização e macro-sociologia histórica”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, 2002, Universidade Federal do Paraná.
- ARRIGHI, G; HAMASHITA, T. e SELDEN, M. *The rise of East Asia in world historical perspective*. Binghamton: Fernand Braudel Center, 1997.
- AURELIANO, L. M. *No Limiar da industrialização*, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BACKES, Ana Luisa. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Editora da Câmara dos Deputados, Brasília-2006.
- BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.
- BARBOSA, A. F. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo : Alameda, 2008.
- BARBOSA, Ruy Obras Completas. Fundação Casa de Ruy Barbosa.
- BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República, discursos e escriptos*, Ed. Cia. Imperial 1892,
- BEAUD, Michel. *Historia do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. Ed. Brasiliense. 1987
- BLACKBURN, Robin. *An Unfinished Revolution*
- BOTELHO JUNIOR, C. O. A crise cambial do Encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado. VII Encontro Nacional de Economia Política, 28-31 de maio de 2002, Curitiba/PR.
- BRAUDEL, F. *Civilisation Matérielle et Capitalisme (XVe-XVIIIe siècle)*, Paris, Armand Colin, 1979.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XIII*. Ed. Martins Fontes.
- BROWN, Michael Barratt. *A Economia Política do Imperialismo*. Ed. Zahar
- BUENO, C. *A República e sua Política Exterior (1889-1902)*. Sao Paulo: Unesp, 1995.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial de S. Paulo*. São Paulo: Queiroz, 1981.
- CARDOSO, F. H. *Condições Sociais da Industrialização em São Paulo*. Revista Brasiliense
- CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes sociais)*. Editora Bertrand Brasil: São Paulo: Difel, 1972
- _____. *A República Velha (Evolução Política)*. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 2ª Edição, 1974
- CARONE, Edgard. *Pensamento industrial no Brasil*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1977

- DAVES, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Ed. Record. 2002.
- DEANE, P. *A Evolução das Idéias Econômicas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.
- DELFIN NETTO, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo : Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Ed. Zahar.
- EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital*. Editora 34. 2000
- FAUSTO, Boris. *Expansão do Café e Política Cafeeira*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2006.
- FRANCO, Gustavo H. B. *Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983
- FRANCO, G. “A primeira década republicana”. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. São Paulo: Campus, 1992.
- FRANCO, G. “Há cem anos atrás”. *O Estado de São Paulo*, 02/01/2000.
- FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. 1959
- GAMBI, Thiago. *Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864*
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. Ed. Brasiliense. 1981.
- GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil* Cambridge University Press, 1968
- GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Sales*. Brasília: Editora UNB, 1983.
- HOBBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. Forense Universitária
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo : Paz e Terra, 1988
- HOLLOWAY, Thomas. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté. A Primeira Valorização do Café*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1978
- JOSLIN, David, 1963. *A Century of Banking in Latin America: to commemorate the centenary in 1962 of The Bank of London & South America Limited*. Oxford University Press.
- KUGELMANS, Eduardo. *A Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH-USP (tese do doutorado), 1987
- KUGELMANS, Eduardo. *Moeda, Café e Poder na Primeira República*. São Paulo, 1988.
- LÉRIAS, A. Reinéro *O Governo Provisório e o Encilhamento: História, Historiografia e o caso da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 1998.
- LEVY, Maria Barbara e ANDRADA, Ana Maria Ribeiro. *Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860*. Estudos Econômicos

- LEVY, Maria Barbara. *História da Bolsa de Valores do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.
- MARIUTTI, Eduardo B. *Colonialismo, imperialismo e desenvolvimento econômico europeu*. São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2009.
- MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo Boitempo 2010
- MELLO, J. M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 10ª edição. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998
- MELLO, Z. M. Cardoso de. São Paulo, 1845-1895: metamorfoses da riqueza. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo 1981
- MENEZES, A.; MARTINEZ, R. “A dívida externa brasileira, moratória e FMI: uma lógica que está fazendo 100 anos...” *Boletim Meridiano*, 47, Vol. 3, n. 28-29, 2002
- PALAZZO, C. L. *Dívida Externa: a negociação de 1898*. Brasília: Da Anta, 1999
- PELAËZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Brasília: Ed. UnB, 1981
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República*. RJ. Ed Sette Letras, 1997.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*. Campinas, SP, Brasil : Editora da Unicamp, 1994.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro : Elsevier : Campus, 2000.
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense.
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira (1963)*. In *Os Desenvolvimentistas*. Ed: BNDES.
- RANGEL, Ignácio. *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Publicações da Universidade de Bahia, 1957.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*. Ed. Agora.
- ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. Fondo de Cultura Economica
- SAES, Flavio. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE, 1986.
- SAES, Flavio Azevedo Marques. *Estado e Sociedade na Primeira República: a Questão Monetária e Cambial Durante a Crise Cafeeira*. Revista Brasileira de História. 2/09/1981.
- SALLES, Campos: *Mensagens Presidenciais. , Da Propaganda à Presidencia. Manifesto Presidencial; Correspondências*. FUNDAP, São Paulo 2007.
- SILVA, Sergio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. Ed. Nacional, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Burguesia Brasileira* Ed. Vozes, 1983.

- STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1979.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000
- VERSIANI, Flávio R. "Industrial Investment in an 'Export ' Economy: the Brazilian Experience before 1914." In: University of London, Institute of Latin American Studies, April 1979. (Working Papers, n. 2)
- VERSIANI, Flávio R. e BARROS, J. R. Mendonça. *Formação Econômica do Brasil*. SARAIVA. 1978.
- VILLELA, Annibal V. e Suzigan, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1973
- WALTON, Gary M.; ROCKOFF Hugh. *History of the American Economy*. Eleventh Edition.